



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0359/11	DATA: 28/04/2011
INÍCIO: 10h20min	TÉRMINO: 15h01min	DURAÇÃO: 04h40min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h40min	PÁGINAS: 105	QUARTOS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

DOUGLAS MORGAN FULLIN SALDANHA – Delegado da Polícia Federal e Chefe do SINARM.
BENÉ BARBOSA – Presidente do Movimento Viva Brasil.
ANTÔNIO RANGEL TORRES BANDEIRA – Coordenador do Programa de Controle de Armas da ONG Viva Rio.
ALMIR DE OLIVEIRA JÚNIOR – Pesquisador do Sistema de Indicadores e Percepção Social do IPEA.
MILENA RISSO – Diretora do Instituto Sou da Paz.
SALÉSIO NUHS – Representante da Companhia Brasileira de Cartuchos – CBC.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *Controle de Armas no Brasil*,

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Bom dia a todas.
Bom dia a todos.

Declaro aberta a 8ª reunião da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para discutirmos o tema *Controle de Armas no Brasil*, atendendo ao Requerimento nº 13/11, do Deputado Alessandro Molon, do PT do Rio de Janeiro.

Destaco a importância desta audiência pública no contexto do nosso País, que está enfrentando uma grave crise na área da segurança pública, com homicídios; que está discutindo sobre a realização de uma campanha de desarmamento, sobre a necessidade de realização de um referendo ou não. Então, com certeza, os resultados desta audiência pública servirão como base para que toda a sociedade se mobilize e para que o Governo trace estratégias. Ouvindo todos os lados de peso dessa sociedade que podem ajudá-lo, o Governo pode traçar estratégias para sair da situação de violência que enfrentamos em todo o Brasil.

Informo a todos que formaremos duas Mesas, a fim de melhor acomodar os nossos convidados.

Convido a compor a primeira Mesa o Sr. Douglas Morgan Fullin Saldanha, Delegado da Polícia Federal e Chefe do SINARM; o Sr. Bené Barbosa, Presidente do Movimento Viva Brasil; e o Sr. Antônio Rangel Torres Bandeira, Coordenador do Programa de Controle de Armas da ONG Viva Rio.

Informo aos Srs. Parlamentares que também foram convidados para participar desta audiência as seguintes autoridades: a Secretária Nacional de Segurança Pública, que tinha compromisso agendado para esta data, mas que se comprometeu a tratar do tema na audiência em que será apresentado o *Mapa da Violência 2011*, agendada para o próximo dia 5 de maio, nesta Comissão de Segurança Pública; e o Coronel da Polícia Militar Álvaro Batista Camilo, Presidente do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, porque haverá reunião do Conselho no período de 26 a 28 deste mês, na cidade de São Paulo.

Esclareço, para o ordenamento dos trabalhos, que adotaremos os seguintes critérios.



Os convidados disporão de 15 minutos para as exposições, não podendo ser aparteados. E os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria desta Comissão.

Para iniciar esta nossa audiência pública, concedo inicialmente a palavra ao Sr. Douglas Morgan Fullin Saldanha, Delegado da Polícia Federal e Chefe do SINARM.

O SR. DOUGLAS MORGAN FULLIN SALDANHA - Bom dia, Srs. Deputados e demais cidadãos presentes.

Sou Douglas Saldanha, Delegado da Polícia Federal e Chefe do Serviço Nacional de Armas da Polícia Federal. A minha proposta aqui hoje é a de falar um pouco sobre o que a Polícia Federal vem desenvolvendo acerca do controle de armas no Brasil e pontuar inicialmente também que o Estatuto do Desarmamento estabeleceu uma sistemática de controle compartilhado, entre a Polícia Federal e o Comando do Exército.

Aliás, na convocação desta audiência pública, senti falta de representante do Comando do Exército para falar acerca das suas atribuições, que são muito importantes, e que abarcam também uma parcela da sociedade civil, em relação aos caçadores, aos colecionadores e aos atiradores desportivos.

Bom, feita essa primeira observação, informo que a Polícia Federal é responsável pelo controle de armas em circulação, em poder da população civil. Então, nós fazemos o controle dos registros de arma, dos documentos que dão possibilidade ao cidadão de ter uma arma em casa e dos portes de arma, aquele documento que permite às pessoas andar com uma arma em ambiente público. Então, basicamente, nós fazemos esses controles, além de fazer o controle das aquisições, das transferências, do banco de dados, para acesso de outras forças policiais. Tudo isso para fazer a prevenção da criminalidade armada.

Qual é o ciclo do nosso controle? A Polícia Federal tem um controle muito estrito sobre toda arma que está em circulação no País de forma legal. Então, temos um controle desde que a arma é produzida ou importada. Esses dados são enviados para a Polícia Federal de forma eletrônica, e entram no nosso sistema. A partir daí, nós temos o controle de todo o ciclo de vida da arma.



Então, essa arma passa pelo comerciante, é adquirida por um proprietário. Essa arma, eventualmente, tem ocorrências — o proprietário ou perde, ou vem a ter essa sua arma furtada, e ele tem que registrar isso na Polícia Civil, para ser feita a investigação; e, eventualmente, ele entrega essa arma ou ela vem a ser destruída pelo Comando do Exército. Então, desde o nascimento da arma até a sua efetiva destruição, isso tudo é controlado pelo Sistema Nacional de Armas.

Com relação aos registros, vou falar a respeito de alguns números aproximados que nós temos, porque estamos constantemente atualizando o sistema, devido ao grande volume de pedidos da população, de posse e de registro.

Quanto ao registro de arma, que é aquele documento que autoriza o cidadão a ter a arma em casa ou no local de trabalho, atualmente está girando em torno de 1 milhão e 840 mil o número de armas registradas legalmente no País. Então, após aquelas sucessivas campanhas de registro de armas, de regularização de armas, nós alcançamos o número de 1 milhão e 840 mil armas registradas legalmente no País.

Em relação aos portes de arma, atualmente, há um critério de concessão legal. A lei estabelece critérios muito restritos para a pessoa obter autorização para andar com uma arma de fogo em local público. Atualmente, nós concedemos cerca de 2 mil portes por cidadão, para poder ter uma arma de fogo em local público.

E nós concedemos portes de arma a algumas categorias profissionais, como a dos guardas municipais, o que a legislação define, mas que não está nesse quantitativo. São cerca de 2 mil portes por ano. É um número muito pequeno diante do número de armas que existem legalmente no sistema.

A campanha do desarmamento é outra das iniciativas que são operacionalizadas pela Polícia Federal. Então, nós temos que acatar essa política que está estabelecida no Estatuto do Desarmamento e que é patrocinada pelo Ministério da Justiça. A Polícia Federal é responsável por operacionalizar essa campanha. As últimas campanhas tiveram um sucesso muito grande.

Nós temos dados aproximados: na primeira fase da campanha, de 2003 a 2005, que nós chamamos de primeira fase da campanha, algo em torno de 500 mil armas foram recolhidas e efetivamente destruídas.



Após isso, o Estatuto do Desarmamento previa um prazo para que essa campanha terminasse. E essa campanha foi encerrada. Durante esse período, entre 2006 e 2007, a Polícia Federal continuou recebendo armas. Só não fazíamos a indenização porque a legislação não permitia. Em 2008, com a Medida Provisória nº 417, de 2008, a campanha do desarmamento retornou, aí de forma definitiva e permanente, permitindo que a qualquer momento o cidadão entregasse sua arma voluntariamente à Polícia Federal. Então, de 2008 em diante, a qualquer momento, tornou-se possível para o cidadão entregar sua arma de forma voluntária.

É uma campanha permanente. Desde então, a média é de 15 mil armas entregues por ano. Também é um número bastante expressivo, considerando que somente em 2009 houve uma campanha de publicidade com grande penetração na sociedade, que nos outros anos não houve uma campanha de publicidade. Isso mostra realmente que o cidadão voluntariamente tem procurado as autoridades e tem procurado se desarmar.

Alguns pontos ainda têm de ser aprimorados, como a subnotificação de apreensões.

O SINARM é um sistema nacional. Ele é a evolução de um sistema concebido em 1997. A Lei nº 9.437, de 1997, criou um sistema em que as Polícias Civis faziam a administração das armas diretamente com o cidadão, e esses dados eram centralizados no SINARM, na Polícia Federal. Só que essa administração era descentralizada, com o auxílio das Polícias Civis. Em 2003, o Estatuto do Desarmamento, a Lei nº 10.826, houve por bem centralizar todo esse controle. Então, hoje, o relacionamento do cidadão é feito diretamente com a Polícia Federal, e esses dados são centralizados em um único sistema.

Qual é o problema que ocorre aí? Para que nós tenhamos esse banco de dados efetivamente atualizado, dependemos ainda da colaboração das forças estaduais de segurança, de modo a nos informarem as ocorrências que tiveram em relação àquelas armas. Então, se um cidadão tem uma arma regular na sua casa, e essa arma vem a ser furtada ou é extraviada, ele tem que fazer uma ocorrência na Polícia Civil, e essa ocorrência tem que chegar ao conhecimento da Polícia Federal, para que o Sistema tenha informações atualizadas sobre qual o destino dessa arma. Então ainda vimos sentindo um índice de subnotificação.



Quanto aos depósitos judiciais, essa é uma questão recente com a qual vimos trabalhando, até junto com o CNJ, no Sistema Nacional de Bens Apreendidos, e houve uma estatística consolidada recentemente dando conta de que os depósitos judiciais têm cerca de 755 mil armas depositadas. Entendemos também que esses dados têm que estar atualizados perante o Sistema Nacional de Armas, para sabermos que essas são armas apreendidas e têm que ter uma forma de inutilização para que, eventualmente, numa falha do sistema, elas não voltem à circulação.

Nós temos algumas outras colocações também sobre os projetos de lei que vêm sendo discutidos aqui no Congresso a respeito de categorias que pleiteiam o porte de arma — isso já foi questionado pela *TV Câmara* de manhã.

A Polícia Federal, na verdade, tem um posicionamento de cumprir a lei. Nós cumprimos o que a lei determina. Só que nós sentimos que, a cada categoria que consegue ter o porte de arma — e isso tem que ser analisado caso a caso, porque cada categoria tem sua especificidade —, de fato, o número de armas em circulação aumenta. Esse é um fato incontestável.

De forma geral e para não cansar os senhores, era isso o que tínhamos a dizer. Estamos abertos aos questionamentos dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Para dar continuidade a esta audiência pública, concedo a palavra ao Sr. Bene Barbosa, Presidente do Movimento Viva Brasil.

O SR. BENE BARBOSA - Bom dia a todos. Agradeço a oportunidade de estar aqui falando para os senhores e falando um pouco mais sobre esse assunto que volta à tona com força total, a questão do controle de armas, a fiscalização e as campanhas de desarmamento em geral.

Hoje, no Brasil — aliás, não hoje, mas pelos menos nos últimos 15 anos —, há uma grande confusão entre controle de armas, fiscalização de armas e política pública de desarmamento. Elas se confundem bastante e, muitas vezes, acabam se entrelaçando em vários momentos, dificultando assim as ações, até se saber exatamente o que é bom para a fiscalização, o que é bom para o controle ou o que, na realidade, é simplesmente uma forma de impedir ou de dificultar que o cidadão adquira e tenha uma arma para sua defesa, legalmente.



(Segue-se exibição de imagens.)

Em 1997, uma lei criada por Fernando Henrique Cardoso transforma o porte de arma em crime — até então ele era considerado uma simples contravenção penal — e cria o Sistema Nacional de Armas (SINARM), com a intenção, exatamente, de centralizar os registros, que eram estaduais, em âmbito federal.

A obrigação de passar esses dados para a Polícia Federal seria dos Estados, para abastecer o banco de dados do SINARM, coisa que, na maioria dos casos, na maioria dos Estados, não foi feita. Não havia essa obrigação, não havia essa responsabilidade total dos Estados, das Unidades da Federação, em repassar esses dados para o SINARM. E isso já começou a causar um certo descontrole, uma vez que todos os bancos de dados, estaduais e federal, estavam separados.

Em 2003, com a aprovação do Estatuto do Desarmamento, criou-se a obrigação de que toda arma fosse diretamente registrada no SINARM e também que os Estados deveriam migrar os seus bancos de dados para essa base centralizada.

Na prática, o que aconteceu? Muitos Estados não só abandonaram os seus bancos anteriores, os seus controles anteriores, como, em alguns casos, chegaram a destruir esses bancos de dados, esses controles. E aí, mais uma vez, por força de lei, e por não atuação do Estado, acabou-se criando muito mais descontrole do que controle em si.

A política de desarmamento vem, como disse, de 15 anos. A venda de armas no Brasil despencou a partir, principalmente, da década de 90, com mais restrições, ao mesmo tempo em que o número de homicídios continuou crescente. Então vocês podem perceber, neste gráfico, que, enquanto a venda de armas legais caía, declinava, diminuía rapidamente, a quantidade de homicídios continuava crescendo e continuou assim mesmo depois do ano 2000. Este é o gráfico que temos até 2000.

Quando se fala que a maioria das armas ou que a maioria da munição é de fabricação nacional, vem do mercado interno, isso não é verdade. Na realidade, o que tínhamos, até alguns anos atrás, era uma preferência, digamos, dos criminosos, das quadrilhas organizadas em se abastecer com o que havia no mercado naquela época, que era o bom e velho 38 ou uma pistola 765 ou 380.

Com a organização dessas quadrilhas do tráfico de drogas e com o alto poder financeiro que eles possuem, eles começaram a preferir armamento mais



sofisticado, mais moderno, de calibres mais letais, ou seja, que não eram comercializados no Brasil, que não eram fabricados, inclusive, na época no Brasil.

Assim, a partir de 2003, de acordo com essa reportagem de *O Globo*, do Rio de Janeiro, a maioria das armas apreendidas no Rio de Janeiro deixa de ser nacional de calibre civil e passam a ser internacional de calibre restrito, jamais vendidas ao cidadão comum, ao civil em geral.

Como eu disse, aqui está uma reportagem do *Terra Magazine*, de 15 de abril deste ano, que demonstra que, nos últimos 10 anos, 90% da venda legal de armas de fogo no Brasil desabou, caiu, diminuiu muito. Mesmo assim, continuamos acompanhando e vemos que, na maioria absoluta de todos os Estados brasileiros, o homicídio continua crescendo, e crescendo muito. Inclusive, a Região Nordeste, hoje campeã de homicídios no Brasil, de acordo com dados da própria Polícia Federal, é a região onde há o menor número de armas legais. Mesmo assim, não havendo relação direta, como sempre afirmo, entre a venda legal, a posse legal e os homicídios, essa região apresenta hoje o maior índice de mortes por arma de fogo ou por armas brancas, por outros tipos de armas, do Brasil.

Aqui uma pesquisa do IBGE mostrando que a criminalidade continua crescendo, os homicídios continuam crescendo. Temos no País ainda um sério problema com a questão de dados concretos sobre homicídios. Em 2005, inclusive, o Ministério da Justiça modificou o critério para fazer a somatória de todos os Estados, e, com a modificação desse critério, houve, aparentemente, uma queda, que nunca existiu. Quando se modificou o critério — inclusive temos esses documentos —, houve o sumiço, vamos dizer assim, de quase 15 mil homicídios nos anos de 2004 e 2005.

Por isso, reafirmo: a criminalidade continua crescendo, os homicídios continuam crescendo, com a exceção de raros Estados, como, por exemplo, São Paulo, Rio de Janeiro e Roraima; únicos três Estados que tiveram uma queda. E o campeão dessa queda continua sendo São Paulo.

Aqui há mais uma pesquisa, feita pela Confederação Nacional de Municípios e que aponta também esse crescimento. E ela é categórica em sua conclusão. Isso aqui é uma conclusão que está nessa pesquisa: *O que se vê é que o tão aclamado Estatuto do Desarmamento foi mais uma lei inócua, que conseguiu tirar de*



circulação uma quantidade de armas legais, mas não passou perto ao menos da tentativa de lidar com o tráfico de armas ilegais.

Ou seja, o Estatuto do Desarmamento, depois de 7 anos aprovado, continua se mostrando ineficaz, completamente inepto para o que se promoveu na época: que seria a grande solução para os índices altos de homicídio no Brasil. Isso não aconteceu e vai continuar não acontecendo.

O Estado de São Paulo continua sendo campeão na redução de homicídios no Brasil. E graças a isso, inclusive, é que hoje a taxa média brasileira não é tão alta quanto poderia. Por quê? Porque São Paulo tinha, em números brutos, o maior número de homicídios do Brasil. E, nos últimos 10 anos, muito antes do Estatuto do Desarmamento, iniciou-se uma queda, através de policiamento ostensivo, de uma delegacia que investiga homicídios, aumentando muito o número de casos resolvidos. E lembro que hoje, dos mais de 300 mil condenados no Brasil, 120 mil estão em São Paulo. O Estado tem 40% de todos os condenados no Brasil. O Estado de São Paulo é hoje o Estado onde a polícia mais prende e onde o Judiciário mais condena. E aí, sim, está a razão direta e clara para a queda de homicídios e a queda da maior parte da criminalidade violenta no Estado.

Mesmo assim, São Paulo é hoje ainda o Estado onde mais se vendem armas particulares, armas para civis. Isso, de forma nenhuma, afetou essa queda nos homicídios, essa queda da criminalidade. Exatamente por aquilo que reafirmo: a venda legal de armas, o cidadão com a sua arma registrada e legalizada não tem envolvimento direto com o crime. Ele não abastece as organizações criminosas.

Por último, para não me estender demais, gostaria de lembrar um ponto específico, que é a questão do recadastramento periódico. Na realidade, o recadastramento periódico não foi criado com o intuito original de controlar o armamento na mão da população, na mão do civil. Ele foi criado, sim, com o intuito de dificultar que um civil mantivesse uma arma legalmente em seu poder, criando uma taxa sobre isso, uma burocracia enorme, uma série de quesitos que ele precisa cumprir, dificílimos de cumprir e que muitas vezes torna impossível que ele continue com essa arma legalizada.

Precisamos lembrar que o Brasil não é feito só de grandes centros urbanos. Temos pessoas vivendo a 300, 400 quilômetros de um posto da Polícia Federal, de



uma delegacia da Polícia Federal. E esse cidadão lá com a sua cartucheira 28 também precisa, por lei, fazer o recadastramento. Só que ele não vai conseguir fazer esse recadastramento. Sendo assim, vamos ter mais uma arma na ilegalidade. E, o que é pior, essa pessoa, esse cidadão que não passa nem perto de ser um criminoso, pode, inclusive, ser preso, porque essa arma está ilegalmente em seu poder. Além disso, um dia ele vai precisar comprar munição. Não tendo o registro dessa arma, ele não poderá comprar munição em uma loja legalizada. Ele vai, obviamente, recorrer ao mercado ilegal, fomentando, assim, mais ainda o contrabando internacional de armas e munições, que é hoje, sem dúvida nenhuma, o grande fornecedor de armas para o crime.

Para encerrar, gostaria de mostrar a capa da *Folha de S.Paulo* de hoje: “*Arma ilegal entra pela fronteira até por motoboy*”. Um simples repórter da *Folha de S.Paulo* foi até a fronteira com o Paraguai e, com um ou dois telefonemas, comprou lá um 38, uma caixa de munições, e um *motoboy* fez a entrega para ele em uma cidade brasileira. Essa é a facilidade que hoje existe para quem quer se armar ilegalmente continuar se armando ilegalmente.

Então, 1 milhão e 800 mil pessoas que possuem hoje um registro de arma é uma quantidade ínfima para levar isso em consideração quando se fala sobre segurança pública. Hoje, o grande problema, reafirmo, continua nas nossas fronteiras e no contrabando internacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradecemos as palavras e a participação ao Dr. Bene Barbosa e ao Delegado Douglas, da Polícia Federal.

Concedo neste momento a palavra ao Sr. Antonio Rangel Bandeira, Coordenador do Programa de Controle de Armas do Viva Rio.

O SR. ANTONIO RANGEL TORRES BANDEIRA - Bom dia.

Sr. Presidente Fernando Francischini, obrigado por convidar o Viva Rio para participar deste debate democrático. Também estou aqui representando a Rede Desarma Brasil, que congrega mais de 70 instituições e igrejas que lutam pela redução da violência no Brasil.



Cumprimento nosso parceiro da Polícia Federal, Delegado Douglas, e o meu companheiro de lutas Bene Barbosa. Ambos lutamos para reduzir a violência no Brasil, através de métodos diferentes, mas ambos estamos empenhados na redução da violência.

O que distingue países desenvolvidos que resolveram seu problema de criminalidade dos países subdesenvolvidos com altos índices de criminalidade, como o Brasil, é que eles baseiam sua política pública de segurança em pesquisa, em conhecimento científico. Essa é a diferença.

Nesse aspecto o Brasil dá os primeiros passos. O universo das armas é ainda algo absolutamente obscuro, porque os principais atores — produtores e comerciantes — não têm interesse algum em dar transparência a esse comércio milionário. O resultado é que parte da população ainda é permeável a mitos que vêm de uma sociedade rural em que a realidade era muito outra.

O Brasil hoje é um País absolutamente urbanizado, com problemas de criminalidade em cidades grandes. Então, transpor para as cidades a ideia de uma sociedade rural em que o fazendeiro tem a sua espingarda para proteger o seu rebanho e os seus tratores é causa de um grande desacerto.

E a ignorância alimenta mitos. A única forma de a nossa polícia, como começa agora, ter eficiência na redução da criminalidade é se basear em conhecimento científico, em pesquisa, não em achismo. E também não em citações sem fontes, estatísticas que não se comprovam, que é muito o método da National Rifle Association, a indústria de armas americana, que tem uma campanha milionária para convencer o cidadão de que a melhor forma de se defender é comprando uma arma. E ela é conhecida e desmoralizada em todo o mundo acadêmico como grande manipuladora de informações.

As nossas pesquisas estão todas na Internet e muitas vezes são avaliadas pelo Exército, pela Polícia Federal e pelos organismos internacionais. Essa é a diferença. Então, conhecimento científico se baseia em pesquisa para orientar a nossa polícia e para orientar o cidadão sobre o que é arriscado e o que é um bom instrumento de defesa.

Nesse aspecto, o massacre de Realengo é exemplar. Estão lá contidos os principais elementos da situação das armas no Brasil. Primeiro, as duas armas



usadas pelo assassino eram brasileiras; não eram estrangeiras. Arma estrangeira é 40% do armamento do narcotráfico do Rio de Janeiro, que é o grande núcleo de armas estrangeiras no Brasil. Mas aparece na televisão todo dia, e as pessoas ficam, ingenuamente, achando que o problema no Brasil são as armas estrangeiras. Isso é o que a indústria de armas no Brasil quer que se pense, para que não seja fiscalizada.

Nós terminamos uma pesquisa com 300 mil informações sobre armas apreendidas pelas polícias no Brasil, com dados oficiais da PF, que nos ajudou muito, do Exército e das Secretarias de Segurança Pública. Entre 7% e 10% das armas ilegais apreendidas no Brasil são estrangeiras. Essa é a realidade dos números. Isso está na nossa página, isso foi divulgado pelo Ministério da Justiça, isso está na ONU. Vamos acabar com esse mito, com essa enrolação de dizer que o que nos atinge é a arma estrangeira. Isso não é ingênuo, isso é para que o nosso comércio continue a vender armas para qualquer um. Isso é para que o controle do transporte das armas no Brasil não se efetive, e elas se desviem no percurso.

Outra lição do massacre de Realengo é que uma das armas tinha sido roubada da casa de um cidadão. Segundo a Polícia Federal, que só trabalha com números concretos, sérios, uma das maiores fontes de abastecimento da criminalidade são as armas de homens de bem que são roubadas. Essa história de que a gente atira contra o assaltante... O assaltante escolhe o momento do ataque. Qualquer especialista sério sabe que a arma é um excelente instrumento de ataque, mas, para que seja um bom instrumento de defesa, ela exige a circunstância de se ver o atacante primeiro, o que raramente acontece. Conclusão: pesquisa da Polícia Federal indicou que, em 2003, foram roubadas das nossas residências 27 mil armas.

Isso é o que mostra o massacre de Realengo. A lição para que o massacre não se repita é acabarmos com a facilidade com que se compram armas e munições legais e ilegais no Brasil.

Nos Estados Unidos há uma legislação extremamente permissiva. Lá é muito fácil comprar armas. Imigrantes brasileiros compram fuzil na Flórida e o remetem para o Brasil por correio. E ele chega aqui.

A facilidade com que se compram armas no Brasil ocorre porque grande parte do Estatuto do Desarmamento, uma lei democrática, votada por todos os partidos e



apoiada por 82% da população brasileira, não é cumprido, não saiu do papel. No que saiu, reduziu a criminalidade: a proibição do porte, de andar armado na rua; a retirada de circulação de mais de meio milhão de armas pela Polícia Federal, com o nosso apoio, reduziu em 11% os homicídios no Brasil. Tínhamos 36 mil homicídios por arma de fogo em 2003 e tivemos, há 2 anos, segundo os últimos dados, 34.200 homicídios por arma de fogo. No que foi aplicado, funcionou. Menos armas, menos mortes. Sucede que, em grande parte, ele continuou no papel.

É muito difícil comprar armas no Brasil. Por quê? Porque a lei diz. O País real e o País legal não têm nada a ver um com o outro. Os meus amigos que gostam de armas — tenho muitos, pois já fui atirador — dizem que a coisa mais fácil é comprar armas nas lojas. Por quê? Porque, para todas as exigências, óbvias, como, por exemplo, teste psicológico, para que maluco não compre arma, e teste de manuseio, para que quem não sabe manejar uma arma não possa ter arma, o lojista provê um despachante, na hora, que lhe vende esses atestados. Isto é, as lojas não estão sendo devidamente fiscalizadas no Brasil. É para inglês ver. Então, a nossa luta é para que o Estatuto, que já é lei, seja aplicado.

Restringimos a 50 o número de munições por ano, mais do que suficiente para a autodefesa de quem acha que está muito seguro com autodefesa. O lojista dá CPF de outra pessoa para que o indivíduo compre caixas e mais caixas de munição. Ou seja, há falta de fiscalização das lojas.

Nossas empresas de segurança privada não são fiscalizadas. Todos sabem disso. No Rio de Janeiro, foram desviadas mais de 10 mil armas das empresas de segurança privada para a criminalidade. É por aí.

Notícias chegadas de Pernambuco nesta semana: em Iguazu, bairro de Recife, no dia 25, dez armas foram roubadas do Fórum. Em Santa Maria da Boa Vista, no sertão de Pernambuco, no dia 25, dezenas de armas foram roubadas.

Esse é outro grande problema. Nossos depósitos de armas, sejam na polícia, sejam, principalmente, nos fóruns, onde há armas que estão à disposição dos tribunais, não são devidamente protegidos. As armas ficam lá anos e anos e não são destruídas. A polícia se esforça, arrisca a sua vida, apreende as armas, e elas saem pela porta dos fundos.



É um escândalo! Ninguém discute a situação. Agora, em boa hora, o Conselho Nacional de Justiça fez essa ampla pesquisa, citada pelo Delegado Douglas, do descalabro dos depósitos de armas. Armas são vendidas, são alugadas, são desviadas. É uma política de enxugar gelo: a polícia se expõe e apreende armas, e funcionários corruptos revendem essas armas para o crime organizado.

Os senhores estão vendo? São todas fugas da arma do mercado legal para o ilegal por falta de controle da autoridade responsável.

Em relação à marcação da munição, hoje, o Brasil, legalmente — porque as pessoas de fora acreditam nas nossas leis —, é considerado um país avançadíssimo no controle de munição, porque marca suas munições vendidas para as Forças Armadas e para as nossas polícias. Para quê? Para que a polícia possa rastrear as munições dos bandidos. Porque arma é tão importante quanto munição; uma não vive sem a outra.

Fomos à CBC, e meu grande assessor, infelizmente falecido no desastre da Air France, Pablo Dreyfus perguntou: *“Os senhores estão marcando toda a munição vendida às Forças Armadas e às polícias do Brasil, como manda a lei?”* E ouviu: *“Ah, sim, sempre que é demandado”*. E o argentino que não entendia bem o Brasil perguntou: *“Quer dizer que o senhor só cumpre a lei quando é demandado?”* É falta de controle.

Então, quando se propõe um plebiscito, somos veemente contra, primeiramente, porque somos democratas. Sou de uma geração que passou parte da sua vida nos cárceres, no exílio, e ninguém mais do que nós defende a democracia. Tivemos um referendo, e o povo, por determinadas circunstâncias — na nossa opinião, a maior parte do eleitorado votou de forma equivocada —, decidiu, e nós respeitamos, porque somos democratas. Sem democracia nem estaríamos aqui discutindo. Assim, realmente, nós somos contra essa proposta infeliz de mudar a lei.

O nosso problema é muito mais simples: é cumprir a lei. A nossa lei hoje é imitada por oito países, no momento, da América Latina e Caribe, que estão mudando sua legislação inspirados no nosso Estatuto do Desarmamento. Mal sabem eles que grande parte do nosso Estatuto continua no papel.



Eu acho que a resposta ao massacre de Realengo, para que não tenhamos a mesma sina dos Estados Unidos... Morei muitos anos nos Estados Unidos, fui professor lá, casei-me lá e acho que é uma sociedade fantástica. De lá vêm as coisas melhores e as coisas piores. De 3 em 3 meses, há, em média, um assalto, uma chacina em escola ou em igreja americana. Em 12 anos, nos Estados Unidos, foram mortas 452 crianças e jovens em escolas americanas. Não é esse o modelo que nós queremos seguir.

O que se propôs lá? Conforme as ideias de John Locke, o grande ideólogo dos que glorificam as armas, a proposta de solução lá é que professores e alunos também andem armados, para que se defendam de prováveis alucinados que entrem na escola. Dá para perceber a demência dessa proposta? Não é esse o modelo democrático.

O modelo democrático do Japão, da Grã-Bretanha, dos países que resolveram de forma ideal o problema da segurança é ter uma ótima polícia, bem remunerada, bem treinada, honesta, fiscalizada e que nos proteja, não é fazendo com que a população se arme. Esse é o modelo brasileiro, esse é o modelo norte-americano, e o resultado está aí.

Quando a Comissão da legislatura passada começou a destruir o Estatuto no que ele tem de mais importante, que foi a proibição do porte de armas, que fez diminuir as brigas de bar, muito frequentes, as brigas de trânsito, as brigas de rua, as brigas de futebol e que é o maior responsável pela queda dos homicídios — o homem brasileiro honesto anda sem arma na rua —, e começou a oferecer porte de arma a categorias profissionais, feriu de morte o Estatuto, no que ele teve de mais efetivo, dando um privilégio a algumas profissões, baseado em um argumento falacioso, que é: *“Ora, nós temos profissão de risco e, portanto, precisamos andar armados!”* Assim querem os caminhoneiros, os taxistas, os advogados. Todos nós estamos em risco numa sociedade violenta.

Não é esse o modelo! O modelo é termos uma polícia eficiente, investirmos e darmos à segurança pública a importância que têm a saúde pública e a educação pública. O profissional da segurança pública tem que ser respeitado pela importância que tem a segurança para o cidadão. Esse é um modelo democrático que vai nos proteger com eficiência.



Concluindo, quero fazer um apelo ao meu amigo Bene, com quem temos sempre debates cordiais. Nós achamos que a sociedade mais segura é a sociedade desarmada, e não a sociedade armada. Isso nós tivemos, antes de 2003, e nos tornamos campeões mundiais em homicídios por armas de fogo: 100 brasileiros mortos por dia.

Quando a Polícia Federal começou a campanha de recadastramento de armas, para tirar de homens de bem armas que estavam na ilegalidade para registrá-las, nós, que somos contra as armas, apoiamos. Apoiamos porque perdemos o referendo, e o brasileiro, dentro da lei, tem o direito de ter arma em casa. Então, nós apoiamos. Tivemos problemas inclusive internos, porque há igrejas totalmente contra armas. Mas nós apoiamos porque, se o brasileiro tem direito a ter arma em casa, cumpridas as exigências legais, essa arma tem que ser legalizada. Nós apoiamos essa campanha.

Eu queria o apoio do Viva Brasil para a Campanha de Desarmamento Voluntário, porque ninguém pode ser contra desarmamento voluntário, por ser voluntário, por se tratar de cidadãos que se convenceram de que ter arma em casa é muito mais um risco do que uma proteção.

Podemos criar uma grande frente para termos no Brasil, novamente, uma campanha exemplar. Dentre os 40 países que realizaram campanha de desarmamento, a campanha do Brasil é considerada a de maior sucesso, por ter desarmado mais e por ter tido uma queda vertiginosa no número de homicídios.

O Ministro da Justiça, com apoio da Polícia Federal, inaugurará a próxima campanha na próxima semana, no dia 6. Vamos promover uma grande aliança para enxugar, tirar as armas excessivas da sociedade, armas que estão nas mãos de pessoas que não querem ter armas, para fazer deste País um lugar mais pacífico para vivermos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradecendo as palavras ao Sr. Antonio Rangel Bandeira, solicito aos nossos nobres convidados que fizeram parte da primeira Mesa que tomem assento no plenário, para que possamos formar a segunda Mesa e dar continuidade à nossa audiência pública. Na sequência, os nobres Deputados poderão formular perguntas aos palestrantes.



Convido o Sr. Almir de Oliveira Júnior, pesquisador do Sistema de Indicadores de Percepção Social, do IPEA; o Sr. Salésio Nuhs, representante da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e Diretor Institucional da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições; e a Sra. Melina Risso, Diretora do Instituto Sou da Paz, a comporem a segunda Mesa da nossa audiência pública sobre o controle de armas no País.

Concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Almir de Oliveira Júnior, pesquisador do Sistema de Indicadores e Percepção Social, do IPEA.

O SR. ALMIR DE OLIVEIRA JÚNIOR - Quero cumprimentar os colegas que estão na Mesa e agradecer o convite de estar aqui. Cumprimento todos os presentes, os Srs. Deputados e todos os cidadãos.

Quero fazer uma apresentação objetiva, inclusive para dar mais espaço ao debate. Na democracia, é isso que produz mais frutos, e não simplesmente a voz do especialista, do pesquisador. É interessante misturar isso tudo e conseguir avançar no debate pela solução dos problemas que, na verdade, afligem todos nós.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou fazer uma apresentação citando que minhas fontes principais são os anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os mapas da violência e alguns estudos que meu colega do IPEA Daniel Cerqueira tem realizado há muitos anos, inclusive a respeito da relação entre a disponibilidade de armas de fogo para a sociedade e as taxas de violência, principalmente de homicídios.

Embora não exista consenso entre os acadêmicos e pesquisadores de outros institutos no sentido de que o Estatuto do Desarmamento tenha sido a principal causa desse fenômeno, de fato, em vários Estados, que continuam na mídia como principais baluartes dos eventos violentos — Rio de Janeiro, São Paulo —, a taxa de homicídio tem caído nos últimos anos.

Os mapas da violência e os anuários do Fórum de Segurança Pública — é claro que existem problemas de subnotificação —, na verdade, consolidam dados que são produzidos pelo Ministério da Justiça, junto às Polícias Civis, às Polícias Militares dos Estados, à Polícia Federal, e pelo DATASUS, do Ministério da Saúde. Isso é o que se tem de mais confiável, porque não são dados primários. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública e o Instituto Sangari consolidam, a partir de todas



as fontes confiáveis disponíveis, aquilo que podemos ter de mais fidedigno com relação ao comportamento das taxas de violência da sociedade.

De acordo com essas fontes, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Pernambuco, por exemplo, têm diminuído de forma significativa — acho que nunca se pode dizer que é muito; não é um tanto desejável, mas é uma esperança — as taxas de homicídio. Isso tem acontecido, coincidentemente, a partir da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento.

Ainda com base nessas fontes, nós sabemos que existe uma forte correlação entre o aumento das taxas de homicídios cometidos por jovens entre 15 e 19 anos e a utilização de armas de fogo. Quer dizer, a proporção de homicídios cometidos com arma de fogo é muito concentrada nessa faixa etária.

De acordo com estatísticas referentes a 2008, um dos dados consolidados mais recentes que temos, o Brasil ocupa a sexta posição na taxa de homicídios no mundo, também dentro daquela faixa etária e de uma maneira geral, o que é superpreocupante, uma posição na qual não gostaríamos de forma alguma de estar.

Na taxa de óbitos, contamos acidentes, não necessariamente homicídios. Incluem acidentes que acontecem nas casa, muitas vezes envolvendo pessoas com armas legalizadas ou armas adquiridas sem nenhuma intenção de cometer crimes. Mas essas armas contribuem com os acidentes que ocorrem.

Em relação aos homicídios, alguns números estão determinados pelos dados do DATASUS. O médico, no seu laudo, registra que houve o óbito por perfuração por projétil, mas, em termos legais, não fica determinado exatamente se foi um acidente, um homicídio, um suicídio. Mas é um número muito grande de mortes. Quando se diz que existe um sub-registro de homicídios, dependendo da forma de classificação, isso é verdade. Mas aqui estamos considerando todos os dados disponíveis. Então, essa taxa de mortos por armas de fogo com motivo indeterminado também é muito grande e está aí, não está sub-registrada.

Suicídios e total. Na Venezuela, 34 mortos por arma de fogo por 100 mil habitantes. Esse país está em primeiro lugar no mundo. No Brasil são quase 22 mortos por 100 mil habitantes. Eu selecionei alguns países da América do Sul e da América Latina para compararmos. Há taxas muito altas também em Porto Rico, Uruguai, Equador.



Quero também citar, para termos algum grau de comparabilidade, que na Suécia, que sempre pensamos como modelo de país desenvolvido, houve apenas 1,84 morto por arma de fogo; na Nova Zelândia, 1,35; e no Japão, praticamente zero.

Não gosto muito de usar o termo modelo, mas acho que essas comparações servem para vermos que existem outros mundos possíveis. Quais variáveis presentes nesses casos podem ser comparadas com as do caso brasileiro? Essas estatísticas nos põem a pensar. O fato é que não é normal termos mais de 20 mortos por arma de fogo por 100 mil habitantes no País. Isso não é realmente admissível, quando vemos que boa parte dos países convivem com taxas 10 a 15 vezes menores. Não queremos ocupar essa posição de sexto lugar em homicídios no mundo.

Agora, menos armas geram menos homicídios, especificamente? A resposta parece ser positiva. O Estatuto do Desarmamento fez aumentar, de forma substantiva, o custo da obtenção e da circulação da arma de fogo. Os próprios dados já apresentados das armas que saíram de circulação demonstram esse efeito no mercado de armas.

No Estado de São Paulo, o número de homicídios, considerando todo o período em que o Estatuto está em vigor, diminuiu 60%, de uma forma geral. Não houve uma queda generalizada da criminalidade, já que outros crimes contra a pessoa e contra o patrimônio aumentaram cerca de 20% em São Paulo no mesmo período. Contudo, os crimes que tiveram maior queda foram aqueles geralmente relacionados ao uso da arma de fogo. Vários crimes classificados pelos especialistas como violentos, como homicídios, latrocínios, assalto à mão armada, crimes em que geralmente se utilizam armas de fogo — e não vamos entrar em uma discussão filosófica, porque alguns dizem que todo tipo de crime, na verdade, é violento: lavagem de dinheiro, vários tipos de tráfico, como o de medicamentos, etc. — diminuiriam drasticamente de uma forma geral no Brasil, não em todos os Estados, a partir da implementação do Estatuto do Desarmamento.

Dá para dizer que é o resultado direto do Estatuto do Desarmamento? Não. Ninguém tem uma resposta exata para isso. O fato é que uma série de fatores incide sobre a taxa de violência. Cada Estado com sua Secretaria de Segurança Pública



tem suas estratégias de defesa social, de prevenção da criminalidade, com ritmos diferentes de funcionamento do sistema penal e penitenciário. Alguns aplicam penas alternativas de forma mais eficiente. Hoje acredita-se que penas alternativas possam ser um bom caminho de prevenção à criminalidade, de forma que aquele que cometeu crimes não venha a reincidir. Então, há uma série de políticas e de fatores socioeconômicos que incidem sobre a criminalidade. Agora, um dado que nós temos é que, coincidentemente, com a implementação do Estatuto do Desarmamento, houve uma diminuição drástica, na maioria dos Estados, dos crimes em que geralmente se utilizam armas de fogo.

Vamos tentar continuar a responder à pergunta: menos armas, menos crimes? Provavelmente, o criminoso profissional — e há quem estranhe o uso do termo “profissional” —, aquele que geralmente entrou numa carreira e faz de determinados atos — furto, roubo, assalto à mão armada — o seu meio de vida, o seu meio de ganho econômico, de certa forma, se especializa. Como foi dito aqui, ninguém nasce sabendo manipular uma arma de fogo. Ninguém nasce sabendo como funciona o tráfico de drogas, tanto do ponto de vista local quanto do ponto de vista transnacional, até a droga chegar à boca de fumo. Enfim, a atividade criminosa é aprendida, e muitos cidadãos se especializam nisso. Então, aquele profissional do crime, claro, não vai se intimidar. E, como foi falado aqui, é claro que a arma de fogo não é uma ferramenta de defesa. Ela é de ataque. Então, você ter uma arma em casa não significa maior segurança, necessariamente maior possibilidade de defesa. Muito pelo contrário, a reação, ao estar armado, vai aumentar muito mais a possibilidade de você ser assassinado numa situação de conflito com um criminoso do que se estiver desarmado. Ao estar desarmado, vão levar tudo. Provavelmente vão levar sua carteira, vão fazer você efetuar um saque no caixa eletrônico. Mas vai aumentar a chance drasticamente de tirarem a sua vida, se você tentar reagir com uma arma de fogo.

Então, a apresentação era essa. É uma área muito objetiva. Eu concordo também com o que foi dito pelo Presidente do Viva Rio. Não dá para ficar fazendo uma distinção muito forte entre mercado legal de armas, armas ilegais, mercados ilegais, porque o mercado ilegal é muito alimentado pelo mercado legal.



Quando eu era criança, meu pai tinha uma arma de fogo. Agora, e a trajetória que essa arma teve? Grande parte dos cidadãos, em algum momento, que tiveram uma arma, com o tempo, ficam 1 ano, 2 anos com aquela arma guardada na gaveta. Ele fica sabendo de algumas notícias de fatos que realmente acontecem, um adolescente brincando ou uma criança brincando com a arma se mata ou mata o irmão, a criança junto de um amigo, ou o adolescente que começa a utilizar drogas — realmente, é muito real — e sabe que a arma é um dos produtos mais valiosos no mercado dos criminosos. Então, essa arma acaba chegando, de alguma forma, nas mãos do criminoso. Ela não fica. Sendo registrada ou não, não há nenhuma garantia de que essa arma ficará de posse de uma pessoa que não tenha intenção de cometer crimes.

Ou seja, minha apresentação tem esse objetivo. Nós percebemos, ou quem tem pesquisado a área de segurança por muito tempo sabe que as taxas de criminalidade violenta são de homicídios. Aumentaram muito na década de 80, quando se intensificou o tráfico de drogas pelas metrópoles brasileiras. Esse tráfico de drogas impulsiona e alimenta o tráfico de armas. Essa é a criminalidade transnacional e nacional também. Grande número de armas é de produção nacional. O Brasil é um grande produtor de armas. Então, essa produção alimenta o mercado, o tráfico de armas e de drogas. Até poucos anos, essas taxas subiram a 10 homicídios por 100 mil habitantes no Brasil, pegando só estatísticas de Estados que eram confiáveis, até chegar a esse patamar de sexto lugar em homicídios no mundo, com uma taxa que já chegou a quase 30 homicídios por 100 mil habitantes, uma taxa quase de país em conflito debelado, em guerra.

Portanto, tudo indica — ninguém pode afirmar com absoluta certeza, porque o País não é nenhum laboratório, não é um experimento — que há uma grande relação, segundo os dados, entre o aumento de tráfico de armas, que é alimentado em grande parte também pelo tráfico de drogas, e o aumento da taxa de homicídios; e a queda na taxa de homicídios a partir do Estatuto do Desarmamento.

Para terminar, quero citar uma pesquisa do IPEA, recentemente realizada, sobre as percepções dos cidadãos brasileiros a respeito da segurança pública, da criminalidade, a respeito da confiança nas Polícias. Vou pegar, de forma emblemática, Estados do Sudeste. A pesquisa contemplou todo o Brasil, mas não dá



para comentar tudo. Mesmo São Paulo, Minas Gerais, em menor escala, e Rio de Janeiro, também, tendo diminuído a taxa de homicídios nos últimos anos — só o Espírito Santo não conseguiu, em termos estatísticos, para a Região Sudeste, Espírito Santo tem menos peso, porque é o Estado menos populoso —, mesmo tendo diminuído, a população continua com muito medo. Isso não foi acompanhado por um aumento da sensação de segurança da população. Quero chamar a atenção para a importância desse dado, porque é qualidade de vida. É fundamental diminuir as taxas de homicídios, de criminalidade violenta, como muitos Estados diminuiram. Mas o cidadão, mesmo tendo acontecido isso, ainda acredita. Ele não se sente mais seguro.

Nós fizemos uma interpretação sobre a característica do padrão de criminalidade no Brasil, cometida com a utilização de arma de fogo. Na mesma pesquisa nós perguntamos sobre o grau de confiança das pessoas nos órgãos de segurança pública. A Polícia Federal tem o maior grau de confiança da população. Pesquisamos também sobre as Polícias Militar e Civil e as Guardas Municipais nos Municípios onde havia Guarda Municipal. As pessoas responderam que confiavam menos na Guarda Municipal. Isso contrastou muito com outras pesquisas com as quais eu trabalhei.

No ano passado, nós publicamos um livro sobre a implementação das Guardas Municipais no Brasil. Todas as pesquisas mostravam que as pessoas confiavam mais na Guarda Municipal do que nas Polícias Militar e Civil. Em qual sentido? As pessoas sentiam os guardas municipais mais próximos para atender à população do que os policiais militares e civis. Elas sentiam que a Guarda Municipal era menos corrupta, ou seja, tinha um grau de corrupção menor do que as Polícias Militar e Civil.

Ocorre que, no questionário que aplicamos pelo IPEA, nós fizemos depois uma análise mais qualitativa sobre o significado da resposta. Quando as pessoas falavam que não confiavam na Guarda Municipal é porque na maior parte das vezes a Guarda Municipal não tem arma de fogo. E na ideia das pessoas a segurança pública tem que estar lutando — e nós somos bombardeados o tempo todo pelas manchetes com relação a isso. Eles acreditam que o profissional da área de segurança pública está o tempo todo em guerra, as pessoas estão armadas de fuzis,



metralhadoras, bazucas. No Rio de Janeiro, um helicóptero da Polícia Militar já foi derrubado — alguns são blindados, não me lembro exatamente se esse era —, dado o poderio do armamento portado de alto poder destrutivo das quadrilhas do tráfico de drogas no Rio.

Enfim, a sensação de medo da população não diminui por isso. Ela já tomou para si e tem firme a ideia de que os profissionais da área de segurança pública estão o tempo todo em guerra com os criminosos — filmes também, a mídia, reportagens — que estão tão bem armados como os maiores exércitos do mundo. Em parte é verdade, mas quero chamar a atenção para o efeito simbólico. O Brasil não se constitui apenas de grandes metrópoles. A distribuição desse armamento pesado não se dá em todas as capitais, não são todas as quadrilhas que têm esse armamento disponível. Enfim, o brasileiro já encarnou a sensação de medo devido à imagem da arma de fogo de alto calibre portado pelo criminoso. A pesquisa permite fazermos essa interpretação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradeço ao Sr. Almir de Oliveira Júnior, pesquisador do IPEA, as palavras. S.Exa. contribuiu muito divulgando as pesquisas realizadas pelo IPEA.

Concedo a palavra à Sra. Milena Risso, Diretora do Instituto Sou da Paz, para contribuir com esta audiência pública.

A SRA. MILENA RISSO - Bom dia a todos e a todas. Agradeço à Comissão o convite para fazer parte desta audiência pública. Cumprimento, na pessoa do Presidente Fernando Francischini, todos os presentes e os meus companheiros de Mesa. Muito obrigada por esta oportunidade.

O Instituto Sou da Paz é uma organização que, durante os anos de 2008 e 2009, fez uma pesquisa sobre a implementação do Estatuto do Desarmamento em 10 Estados brasileiros. Nós sabemos que apenas a aprovação de uma lei não necessariamente traz resultados. É preciso tirar a lei do papel e fazer com que essa lei seja implementada.

Não há dúvida nenhuma de que a aprovação do Estatuto do Desarmamento, em 2003, trouxe uma série de mecanismos de controle de armas bastante eficazes e efetivos para o Brasil. Nós temos, a partir de agora com a lei, sete requisitos



mínimos para compra de armas de fogo, como a proibição do porte de armas para civis, concentração dos registros, portes e autorização de compras de armas na Polícia Federal, controles sobre venda e munição, controle sobre as munições adquiridas pelas Forças Armadas, tipificação do tráfico de armas e do crime organizado.

Portanto, sem dúvida nenhuma, o Estatuto do Desarmamento é uma lei bastante moderna, que implementa uma série de mecanismos de controle sobre as armas de fogo em circulação no País.

Ao falar desse mercado, nós precisamos entender — acho que isso já foi dito aqui, o Rangel falou e o Almir também cita esse processo — que é um mito dizer que o mercado de armas de fogo se divide em armas do bem e armas do mal. Não existe isso. Armas são armas. Elas são compradas e a grande maioria delas é fabricada. Ela começa legalmente, mas, ao longo do caminho, vai desviando a sua trajetória. Um cidadão compra essa arma legalmente com nota fiscal na loja, comprova todos os requisitos, mas ela acaba sendo desviada, roubada e cai na ilegalidade. Ela pode ter sido vendida para categorias que têm acesso à arma de fogo, empresas de segurança privada, muitas vezes as forças policiais, que acabam desviando essas armas. Em algum momento ela vai para a ilegalidade ou, então, via contrabando.

O mercado ilegal é abastecido em sua grande maioria pelo mercado legal, até porque essa arma nasce sempre da mesma forma. Então, não dá para nós distinguirmos aqui o que é um mercado ou outro. É sempre um único mercado.

Em relação à circulação de armas no País, a consolidação dos dados é muito complicada para nós entendermos exatamente qual é o número de armas que existem hoje circulando no País. Segundo estimativas, 16 milhões de armas estão circulando no País. Dessas, metade é legal. O que quero dizer com legais? As armas que estão registradas no SINARM, armas que hoje estão cadastradas e legalizadas. A metade dessas armas em circulação no País é ilegal. Nós temos um grande problema de informação, inclusive para saber quando as armas estão passando do mercado legal para o mercado ilegal. Por isso, o processo de fiscalização e controle sobre os dados é tão importante.



Outra questão que discutimos muito é se o Estatuto do Desarmamento teve ou não teve resultado. Quando falamos numa política de controle de armas, nós afirmamos com bastante segurança que arma em circulação é questão de segurança pública. Portanto, fazer o controle das armas é absolutamente necessário.

Muito se fala da arma em relação a todo tipo de criminalidade, mas vale ressaltar que a redução de armas em circulação está diretamente vinculada à redução de homicídios no País. Então, é disso que nós estamos falando quando olhamos prioritariamente para o controle de armas. A redução do número de homicídios por arma de fogo, no ano passado, foi de 34 mil e 200 pessoas. Isso vem ocorrendo ao longo de pelo menos 5 a 6 anos nessa proporção. E sempre aumentando. Quem está morrendo no País? Qual é a característica dessas pessoas vítimas de arma de fogo? São principalmente os nossos jovens de 18 a 24 anos. São jovens negros, moradores dos grandes centros urbanos. É essa população que está morrendo vítima desse descontrole de armas de fogo no País.

Quando pensamos essa política de controle, é importante termos em mente o que nós estamos falando quando fazemos de controle de armas. Ou seja, evitar que os nossos jovens morram todos os dias. Nós vimos o caso trágico de Realengo, mas ele é só um pedaço muito triste da realidade que nós vemos todos os dias nas periferias dos centros urbanos.

Temos aqui alguns dados que foram abordados anteriormente. São Paulo, de fato, reduziu e muito a taxa de homicídios. Essa pesquisa, citada pelo Almir e realizada pelo Daniel Cerqueira, do IPEA, mostra alguns dados interessantes. É verdade que São Paulo tem uma década de investimentos no desarmamento e no decréscimo das taxas de homicídio. Mas vamos separar aqui o que aconteceu entre 2001 e 2003 e o que aconteceu depois da aprovação do Estatuto do Desarmamento. Entre 2001 e 2003, as taxas de declínio foram de 15%, 4,1% e 8,4%. Esses são os números anuais de decréscimo do número de homicídios em São Paulo. Depois do Estatuto do Desarmamento, no primeiro ano foi de 38,4% a redução dos homicídios, 20,3% e 43,2% em 2007. Depois de uma lei que restringe o porte, que facilita o trabalho da polícia na apreensão de armas ilegais, temos um resultado muito mais significativo. Por isso, olhamos hoje como estão as taxas de São Paulo. De acordo



com o último dado trimestral divulgado pela Secretária de Segurança Pública, fechamos o trimestre com a taxa de 9,52 homicídios por cada 100 mil habitantes. De fato, São Paulo vem implementando uma política de controle de armas em todo o seu Estado. Isso está se refletindo na redução dos homicídios que temos.

Durante o processo de implementação, como disse inicialmente, não basta ter uma lei, é preciso implementar essa lei. Na pesquisa que conduzimos entre 2008 e 2009, algo que percebemos é a desorganização dos dados existentes. São dados ainda não consolidados. Precisamos de um grande investimento para termos muito mais dados confiáveis. Como disse o Rangel, só assim, com dados científicos, vamos conseguir fazer políticas muito mais efetivas para reduzir a criminalidade. A arma de fogo, olhando o caso específico de São Paulo, que já consegue comprovar cientificamente, tem um papel fundamental e preponderante quando pensamos na redução dos homicídios e nesse problema que está afetando os nossos jovens no País.

Hoje em dia, muitos órgãos são responsáveis por esse controle. Então, a Polícia Federal tem isso, mas parte das informações continua no Exército. Quando olhamos os dados da empresa de segurança privada, também há um sistema único e próprio. Isso está pouco integrado com o SINARM. Então, ainda temos um universo de informações, quando tentamos entender exatamente como está o nível de controle de armas, quantas são, onde estão, o que sai das polícias dos Estados a partir da apreensão e como essa informação chega ao cenário. É absolutamente fundamental entender quando uma arma que estava no mercado legal passou para o ilegal. Ainda encontramos muitas dificuldades nos Estados para ter uma base de dados absolutamente confiável e conseguir conduzir políticas nesse sentido, para que nos tornemos muito mais efetivos.

Ainda existe uma grande discrepância entre as concessões de posse e porte nos diferentes Estados brasileiros. Ainda que a lei seja nacional, observamos uma grande diferença entre os Estados no seu processo de concessão de porte e de posse. Então, pensar em um sistema unificado que valha para todo o País tem muito a agregar para investirmos em um mecanismo de controle de armas.

Vimos percebendo também a marcação das armas e munições das forças de segurança pública. O Estatuto foi aprovado em dezembro de 2003, mas até o



começo de 2008 as munições ligadas às forças de segurança não estavam sendo marcadas. Hoje, ainda encontramos um problema bastante complicado para o processo de controle: os lotes de marcação ainda são muito grandes. São marcados em lotes de 50 mil munições e quando chega acaba perdendo-se nesse processo. Temos muito menos informações para saber se há desvio, o que está acontecendo, para onde está indo. Então, devemos pensar efetivamente no sistema de marcação de armas e munições, já previsto no Estatuto do Desarmamento. Mas como seguimos no processo da implementação?

Ainda temos um grande problema para entender quais são as guardas servis que têm porte de armas hoje no País. Essa informação ainda não é centralizada. Observamos que cada um dos Municípios às vezes tem autorização da Polícia Federal para ter porte, às vezes não, mas a arma de fogo está sendo bastante utilizada pelas guardas. Então, ter um controle efetivo sobre isso também é outro elemento bastante importante.

Acho que já foi tratado aqui do controle físico dos arsenais. Uma vez que se começa a reduzir a quantidade de armas em circulação, o que acontece é que os estoques físicos de armas e munições começam a ser bastante visados. O que temos percebido é que a segurança desses estoques é bastante falha. Há aqui uma série de notícias que sempre observamos: *“Criminosos roubam armas do fórum do Maranhão”*. Está aqui a pesquisa do CNJ dizendo que há mais de 750 mil armas em fóruns, que não têm mecanismos de segurança adequados. Então, a possibilidade de essa arma — ao invés de ser destruída, efetivamente, pelo Exército — voltar a circular é muito grande. Portanto, olhar para essa perspectiva do controle dos estoques é absolutamente fundamental.

Outra coisa com a qual viemos lidando e observando como um problema para a implementação efetiva do Estatuto do Desarmamento é a falta de recursos humanos e recursos tecnológicos para implementar todo o processo de controle e fiscalização que se propõe. Tanto na Polícia Federal, quanto no Exército observamos uma grande falta de recursos humanos destinados à política de controle de armas.

Falando um pouquinho desse processo, temos aqui alguns números, só para entender como essa arma circula muito facilmente do mercado legal para o mercado



ilegal. Até 2009, no Estado de São Paulo, tínhamos 69.613 armas registradas em nome de empresas de segurança privada. E tínhamos 21.240 furtadas ou roubadas. Então, essas armas que estão nas empresas de segurança privada, onde há vigilantes treinados para portar arma, estão sendo furtadas. E estamos falando da ordem de um terço dessas armas.

Então, é preciso fazer um controle efetivo para entender qual é o mecanismo que possibilita que essa empresa recompre armas e reponha a quantidade, uma vez que ela não está conseguindo dar garantia suficiente, a proteção e o controle efetivo para as armas de fogo.

A outra questão também é a quantidade de armas que há na mão de colecionadores, atiradores e caçadores. Estamos falando que são 154.522 armas na mão dessa categoria. Só para vocês terem uma ideia, isso representa quase 50% das armas nas mãos das Polícias Militares de todo o País. Então, é desse volume que estamos falando, de algumas categorias que têm acesso a grandes arsenais. Portanto, precisamos fazer uma fiscalização e um controle absolutamente efetivo.

O que temos visto — um impacto na implementação do Estatuto — é que, apesar de ele ser uma lei absolutamente moderna, no Congresso todos os dias uma série de projetos de lei tenta desvirtuar o espírito de controle com o qual foi aprovada essa lei. Há uma série de projetos de lei abrindo a concessão de porte para novas categorias ou tentando acabar com o mecanismo de recadastramento, política tão fundamental para termos uma noção melhor e um controle do estoque de armas em circulação. Então, precisamos observar muito fortemente o que está acontecendo todos os dias tentando desvirtuar o Estatuto do Desarmamento, que, como já foi dito, é uma lei bastante moderna, que possibilita que efetivamente tenhamos um controle das armas e munições no País.

Era isso que eu tinha para dizer.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradecemos à Sra. Melina Risso, Diretora do Instituto Sou da Paz.

Concedemos a palavra ao Sr. Salésio Nuhs, representante da Companhia Brasileira de Cartuchos — CBC e Diretor Institucional da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições.



O SR. SALÉSIO NUHS - Muito bom dia, Sr. Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

É um prazer bastante grande para a indústria poder, pela primeira vez, participar de uma audiência pública para trazer esclarecimentos que, depois de ter ouvido as participações anteriores, acho de fundamental importância.

Eu queria antecipar para os senhores que, na minha percepção do que foi dito aqui, ficou bastante clara a falta de informação, principalmente das organizações de desarmamento, com relação ao controle de armas e munições no Brasil. Então, dessa forma, eu estou bastante feliz de poder vir aqui e esclarecer. Agradeço ao Deputado Molon por ter incluído a CBC nesta audiência pública e ao Deputado Arnaldo Faria de Sá, que não está presente, que sugeriu colocar o nome da ANIAM também.

Os controles em relação a munições e armas é muito grande. Então, minha apresentação é um pouco grande. Assim, Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. me concedesse alguns minutos a mais, por se fazer necessário, devido à desinformação que realmente é bastante grande.

Antes de começar minha apresentação, gostaria de fazer um registro que não posso deixar de fazer. Como a minha empresa e o comércio que eu represento foram citados pelo Sr. Rangel, gostaria que ele comprovasse as informações que citou aqui, como a de que a empresa CBC não atendia à legislação. Eu gostaria que ele comprovasse. Aliás, acho que o Delegado da Polícia Federal tem interesse em saber também. Quais são as lojas legais que vendem munições e armas ilegais neste País?

Eu acho que é importante essa informação para termos isso esclarecido. Nós representamos a indústria e somos a favor do mercado legal de armas e munições. Somos totalmente contra o mercado ilegal.

Os senhores vão ter a oportunidade de ver aqui na minha explanação a dedicação, o empenho da indústria em colaborar para o controle de armas e munições neste País.

(Não identificado) - Sr. Presidente, se o pesquisador do IPEA puder sentar no lugar onde estava.



O SR. SALÉSIO NUHS - Estão todos me ouvindo? Eu fico em pé, se os senhores me permitirem. Meu nome é Salésio Nuhs. Eu sou o Diretor Institucional da Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições — ANIAM, e Diretor Comercial e de Relações Institucionais da Companhia Brasileira de Cartuchos — CBC.

Estou nesse segmento há mais de 20 anos. Quero deixar bem claro que nós somos totalmente transparentes, e não há nada na indústria obscuro.

(Segue-se exibição de imagens.)

Então, quem nós somos? A ANIAM é uma instituição fundada em 1969, tem 42 anos, e emprega 40 mil pessoas, direta e indiretamente. Tem um faturamento de 1 bilhão de reais. Recolhe 150 milhões de reais em impostos e tem uma exportação de, mais ou menos, 300 milhões de dólares. Isso significa que excluídos os impostos, quase 70% da produção são exportados.

Qual é a missão da ANIAM? Isso também é importante. Representar a indústria brasileira de armas e munições, contribuindo para a formulação de políticas públicas que permitam o fortalecimento do setor no País e no exterior para a criação e manutenção de uma base empresarial que contribua com a defesa nacional e com a segurança pública, visando à integração e à consolidação da participação dos seus associados na economia e no bem comum do Brasil. Essa é a missão da ANIAM.

Qual é o compromisso da indústria com o uso responsável de seus produtos e com a prevenção do tráfico ilícito de armas? Viabilizar com total segurança aos órgãos competentes a identificação personalizada de armas de fogo e munições, observando-se o rigoroso cumprimento da legislação. Quero dizer aos senhores que tudo o que estou afirmando aqui é verdadeiro.

Isso aqui é muito importante. Têm-se visto informações nesse sentido. Desde 1999, a Taurus e a CBC, duas grandes associadas da ANIAM, não exportam armas e munições para o mercado civil paraguaio. Isso é importante. Essa é uma carta que foi endereçada ao então Ministro da Defesa, Dr. Elcio Álvares, em outubro de 1999. Se os senhores se informarem no SISCOMEX, vão perceber que não há nenhum registro de exportação de armas e munições para o mercado civil paraguaio.



Entramos então no controle de armas no Brasil. Depois eu falo no controle de munições. Toda indústria, no caso a Taurus, que é fabricante de armas, tem de ser autorizada pelo Exército e certificada pela Polícia Federal. Então, tanto o Exército quanto a Polícia Federal cobram a aplicação da legislação. O Dr. Douglas está aqui e pode comprovar que a CBC é fiscalizada não apenas pela Polícia Federal quanto pelo Exército.

Então, se a CBC não estivesse cumprindo a legislação, a Polícia Federal certamente teria imputado alguma sanção à CBC.

Vamos entrar nas normas que regem a identificação de armas.

Não vou ler o regulamento aqui — estou deixando para o Presidente da Comissão uma cópia física dele e também desta apresentação na Mesa —, mas a lei que regulamenta a marcação é a Lei nº 10.826, de 2003, e a Portaria nº 07 do D Log, de abril de 2006.

Então, eu queria com isso dizer que todas as armas e munições são marcadas no Brasil desde 2006, desde a edição dessa portaria que regulamentou a Lei nº 10.826.

Ainda essa portaria determina que todas as partes móveis da arma sejam, quando substituídas, marcadas com a mesma numeração da arma e com a incisão da letra “r”, de reposição. Isso também é cumprido.

Todos esses registros de vendas são guardados pelos fabricantes por prazo indeterminado.

Nós temos aqui a marcação de armas.

Na Taurus, a geração do número de arma é feito por um sistema informatizado, e a gravação é feita por sistema mecânico, que é o pulsionamento por tipo único, ou a *laser*.

Nas armas são identificados o calibre e o modelo da arma, o ano de fabricação, o mês da fabricação, o número de série, o nome do importador, o nome da empresa e o país de origem.

Aqui nós temos um revólver com as marcações nas partes móveis, no cano e no mecanismo. Ele tem a numeração, o número de série, o mês e o ano de fabricação, o país de origem e o nome do importador.



No caso de uma pistola, em que existem três partes móveis, temos a marcação em três locais: no mecanismo, no cano e na culatra.

Nas armas longas, no caso aqui, nos fuzis, nós temos três marcações: uma no corpo da arma, que seria aqui. Aqui nós temos, em *zoom*, a marcação sob a carenagem; há também uma marcação no cano e no mecanismo interno da arma — três marcações. E ainda há uma marcação adicional.

Aliás, ontem ouvi uma explanação do Sr. Ministro da Justiça, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Ele falava da necessidade de colocar um *chip* de identificação nas armas. Eu quero dizer aos senhores que isso não é lei, não existe legislação. Nada no Brasil, em termos de legislação, obriga a indústria a fazer isso. E a indústria já faz isso. Ela já coloca um *chip* embutido na arma e fornece isso às Polícias. Nesse sentido, sim, Rangel, só para as Polícias que têm necessidade, porque elas têm que ter um sistema para poder usar essas armas. A indústria disponibiliza à Polícia que tem condições de implementar esse sistema a arma e o *scanner* para a leitura do *chip*. Isso já é feito pela indústria nacional por livre e espontânea vontade dela própria.

Quanto ao controle numérico de série, a geração da etiqueta é feita individualmente, e isso impossibilita que duas armas possam ter o mesmo número.

E aqui temos o sistema por robô, que faz a checagem da numeração das peças da arma com essa etiqueta. Os senhores verão aqui um robô que checa a numeração das partes da arma com o código de barras para ter certeza de que as três partes têm a mesma numeração e que essa arma tem a mesma numeração na sua embalagem, e não no código de barras.

Por último, no empacotamento, a pessoa, por um leitor ótico, faz ainda a última checagem entre a etiqueta e o produto que está lá dentro.

Como informação adicional, eu quero colocar aqui rapidamente como funciona a segurança patrimonial no caso da Taurus. Há uma central de operação com monitoramento 24 horas de toda a área fabril, por câmeras e dispositivos de segurança. A portaria funciona 24 horas e tem uma entrada única, com cerca elétrica. Todos os funcionários são vistoriados, na entrada e na saída, inclusive os veículos. Completa-se a revista com arcos e arquetes.



Agora vou passar ao controle de munições, que é um pouco mais complicado, até porque munição é um produto muito menor fisicamente.

A exemplo da Taurus, vou falar agora da CBC. A Taurus é a única fabricante de armas para segurança no Brasil, e a CBC é a única fabricante de munições. A CBC também é autorizada a ter um título de registro e um certificado de licença de funcionamento da Polícia Federal.

Como informação adicional, gostaria de dizer aos senhores também que todo produto controlado fabricado no Brasil precisa ser aprovado pelo Ministério do Exército. Para todo produto, seja arma, seja munição, antes de ser fabricado, o Exército tem que autorizar a fabricação do protótipo, no Campo de Provas da Marambaia, no Rio de Janeiro. Depois de aprovado o protótipo, a indústria, sim, recebe autorização para fabricar aquele produto e recebe uma apostila para comercializá-lo.

Isso aqui é mais uma prova de que a indústria é comprometida, sim, com a questão da segurança e com os desvios de armas e munições neste País.

A CBC — Companhia Brasileira de Cartuchos, desde 1990, criou uma marca de exportação, a Magtech Ammunition, para diferenciar a munição vendida no Brasil. Todo produto exportado leva a marca Magtech e todo produto vendido no País para o cidadão comum, para a loja, para o cidadão de bem, para o pai de família, desde 1992, é blistado. Ou seja, toda munição vendida em loja vai dentro de um blíster inviolável — desde 1992.

Eu não me lembro de ter assistido nos jornais à apreensão de munição e ter visto um blíster. Normalmente, o que se vê são munições avulsas. Ou seja, essa munição não é original de fábrica, ou é contrabando ou é recarga. Isso se dá desde 1992.

Normas reguladoras de identificação de munição.

Desde 2003, com o Estatuto do Desarmamento, no art. 23, §§ 1º e 2º, são determinadas as normas para a marcação de munições e embalagens. A portaria é de 28 de dezembro de 2004. Então, a partir de 2005, toda munição — toda munição —, sem exceção, é rigorosamente identificada, de acordo com os arts. 3º e 4º da Portaria do Exército Brasileiro.



É importante destacar o compromisso da empresa com relação à rastreabilidade da munição. A lei dizia que a marcação deveria ser na base do estojo. Nós, junto com o Exército, achamos melhor identificar neste espaço — o espaço do culote da munição — para que ela não fosse facilmente raspada. Se gravar na base do estojo, com um simples atrito se tira a gravação. Então, a munição é gravada em duas situações dentro do culote. Isto que os senhores veem não é reflexo da marcação, são duas marcações. Toda embalagem é feita em código de barra.

No caso de munição para instituições policiais, ela não é embalada em blíster — até por questões de manuseio seria difícil — mas numa caixa identificada. A caixa de transporte também leva uma etiqueta, cujas informações nela contidas são aquelas impressas nas caixas que estão dentro da caixa de transporte, que é o número que está gravado no estojo.

Eu tenho um vídeo para os senhores, de alguns segundos, no qual vão ver a marcação da munição. Temos uma máquina que tem uma esteira. Isto é a marcação a *laser* no cartucho. Os senhores estão vendo que ela vai marcando todas as munições sequencial e individualmente. Aqui o robô da máquina coloca a munição dentro da embalagem, para ter certeza de que a marcação está dentro da embalagem marcada com código de barras. Dessa embalagem, ela vai para a caixa maior.

Rapidamente, vou falar sobre a segurança patrimonial da CBC, para depois falar dos sistemas de controles.

A CBC também tem uma central de segurança corporativa, com monitoramento 24 horas por sistemas de segurança integrados. Toda circulação de pessoal é feito por crachá com *chip*. Se o funcionário não estiver com o crachá, não adentra a CBC. Ele passa, para entrar na área restrita, por um detetor de metais e também é revistado pela raquete.

Todos os visitantes, ao entrar na CBC, têm que relacionar todos os bens que estão trazendo. Na saída isso é confrontado e eles não podem sair com nenhum material, senão o que trouxeram.



Todo o estacionamento é monitorado 24 horas e todos os funcionários que estacionam o carro lá dentro também têm um *chip* de identificação no cartão de estacionamento.

Fluxos e sistemas de controles.

Vou falar dos fluxos de vendas de exportação e mercado interno e, no caso de exportação, tanto de arma quanto de munição. Portanto, vou falar da CBC e da Taurus. No caso do mercado interno, vou falar para todos os segmentos. Realmente, nós temos política e legislação específica para diversos segmentos.

O que é genérico é que toda arma ou munição produzida e vendida tem que, obrigatoriamente, ter nota fiscal — essa é uma obrigação fiscal — e uma guia de tráfego do Exército, com selo de autenticidade e uma assinatura, para circular, ou não circula. Isso serve para 50 cartuchos adquiridos por um atirador ou 1 milhão de cartuchos adquiridos pela Polícia ou a exportação de alguns *containers*.

Toda a transportadora que transporta produto controlado tem que ser autorizada pelo Exército e deve ter um CR - Certificado de Registro. Ao adentrar nas duas empresas, o caminhão é pesado e faz o carregamento da mercadoria. Sempre com o acompanhamento da segurança da empresa.

Esse *container* ou caminhão é sempre lacrado e, na saída, é pesado novamente. A diferença entre a entrada e a saída tem que ser exatamente o peso que está na nota fiscal, senão, o caminhão não sai da empresa, tanto na Taurus quanto na CBC.

Todo o faturamento, expedição e o transporte são monitorados, o que é muito importante. A coleta é acompanhada por escolta armada e rastreada por GPS de GPRS. O caminhão é acompanhado em todo o trajeto até o destino. O rastreamento ocorre em tempo real, a cada 5 minutos. A cada 5 minutos, se ele não tiver satélite, ele faz pelo celular, mas tem que fazer controle com a base para rastrear a carga.

O senhor sabe que é difícil. Eu, pelo menos, não me lembro de ter tido um roubo de carga, de arma ou munição neste País.

No caso das exportações, é muito importante, não sei se os senhores sabem dessa informação, mas toda a exportação de arma e munição, diferentemente do que se fala, tem que ser precedida de uma autorização, que se chama negociações preliminares. Então, o Itamaraty tem que autorizar o início da negociação de



exportação. De cem por cento das exportações que são feitas pelo Brasil, o Itamaraty tem que autorizar uma a uma. Isso pode ser checado no Itamaraty. Os senhores podem ficar à vontade e checar isso no Itamaraty.

Após a licença de exportação, se se trata de um produto de uso civil, tem-se que ter uma licença de importação do país que está importando. Se for um produto militar, tem-se que ter um certificado de usuário final. O que é isso? O país que está comprando tem que declarar que ele vai ser o usuário da munição ou do armamento.

Depois da aprovação pelo Itamaraty e pelo Ministério da Defesa, o Itamaraty só autoriza se o país destinatário não tiver conflito ou se não tiver nenhuma restrição de ordem diplomática. Não havendo nenhuma restrição, é autorizado e o pedido é feito.

Toda exportação é registrada no SISCOMEX, que é o Sistema Integrado de Comércio Exterior, do Governo, e o Exército autoriza no próprio SISCOMEX a exportação de produto controlado. Enquanto o Exército não entrar no SISCOMEX, que é um órgão da Receita Federal, a arma ou a munição não podem ser exportadas.

Aqui tem um desenho de como funciona isso.

Depois de feita a autorização e providenciado o faturamento, de novo, é feita uma vistoria física pelo fiscal militar regional, SFPC — Serviço de Fiscalização de Produtos Controlados. É colocado um lacre nesse *container*, o número do lacre consta na nota fiscal e essa mercadoria é transportada para um depósito, que se chama REDEX. É um depósito da Receita Federal.

Esse depósito é um recinto especial para despacho aduaneiro de exportação. Ao chegar nesse recinto, a Receita Federal abre o *container*, verifica o que tem lá dentro, checa, lacra novamente com o lacre, então, da Receita Federal. E esse *container* será o último a entrar no navio ou, no caso de avião, na aeronave. É sempre o último *container* a embarcar. Isso por normas do próprio Governo. E toda essa informação entra no SICOFA — Sistema de Controle Fabril, do Exército Brasileiro.



Mercado interno. Diferentemente de exportação, o mercado interno atende a vários órgãos de segurança, além de Forças Armadas, comércio especializado, atiradores, colecionadores e caçadores.

Vou falar a respeito de um por um. E, rapidamente, como funciona o controle.

Então, Forças Armadas. É feita uma licitação pública. Há um contrato de compra, no qual são estabelecidas as regras.

Depois que o contrato é feito, o fiscal militar, antes do faturamento, vai à companhia e faz toda a checagem do produto com relação à qualidade, controle medicinal, pessoas, pressão, velocidade, componentes, tudo o mais. Após ter aprovado essa munição, aí, sim, é feito o faturamento. Ele dá o ok nos resultados da provas, é feito o faturamento.

Quando é feito o faturamento para as Forças Armadas, automaticamente isso alimenta o SICOFA, o SIGMA, o SIREN e o SIP.

Em seguida, direi aos senhores o que cada um desses sistemas representa e darei detalhes de cada um deles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Dr. Salésio, sei da importância do assunto, pedir ao senhor que conclua, pelo adiantado da hora. Nós temos quase 15 Deputados inscritos ainda para fazer perguntas.

O SR. SALÉSIO NUHS - Sim, Sr. Presidente. Eu vou fazer o possível para passar rápido. Acho importante falar dos controles — vou falar mais rápido dos controles — porque foi dito aqui que não existe controle, que a coisa é feita de forma amadora, o que não é verdade.

(Segue-se exibição de imagens.)

Eu não vou entrar em detalhes. A própria Polícia Federal, para adquirir munição, tem que ter autorização do Exército. A própria Polícia Federal não pode comprar da CBC sem a pré-autorização do Exército. E o Exército autoriza de acordo com o quadro de dotação. O que é quadro de dotação? Depende do efetivo da instituição policial, das viaturas e tudo o mais, de acordo com as armas e as munições.

Eu não vou detalhar, então, Sr. Presidente; eu vou concluir depois, só nos sistemas.



Segurança privada. Foi falado em segurança privada. Nós temos dois tipos de segurança privada: cursos de formação, que só compram munição de treinamento, e segurança patrimonial, que são todas estas empresas aqui, que compram munição operacional. Elas são registradas na Polícia Federal. Quem dá autorização para compra é a Polícia Federal; depois o Exército. Depois que o Exército dá a autorização é que podemos faturar. E também alimenta os sistemas.

Esporte do tiro: confederação, federação, clubes e atiradores. A mesma coisa: registrado no Exército, cada um tem um Certificado de Registro próprio. O Exército, a Diretoria de Fiscalização e Produtos Controlados — DFPC controla isso, autoriza o mapa. Só então, a CBC fatura. E isso alimenta o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas — SIGMA e os outros sistemas.

Loja especializada. Isso é muito importante também. Além de todos os requisitos para se ter o estabelecimento comercial, são mais 15 exigências que o Exército e a Polícia Federal fazem para que uma loja possa vender armas e munições.

Toda venda de munição para a loja é feita pelo SINARM, tudo, até o consumidor. Ou seja, não é por meio de CPF que se vende para o consumidor final, é por meio do registro da arma. E o sistema não permite que um cidadão possa comprar em 365 dias mais de 50 cartuchos. O sistema não deixa fazer isso.

Estão aí as notas. Aqui tem o sistema, o Sistema de Controle de Vendas e Estoque de Munições - SICOVEM, que controla a venda no varejo, para o cidadão. Se a loja quiser comprar uma quantidade superior ao que está estabelecido no CR, o Certificado de Registro da loja, o sistema não permite. Primeiro, ela tem que vender essa munição e dar baixa, para que depois ocorra novo faturamento. E alimenta todos estes sistemas aqui.

Vamos, então, falar dos sistemas, rapidamente.

SICOFA é o Sistema de Controle Fabril. Esse é um sistema do Exército e abrange todas as armas vendidas legalmente no País e nas exportações.

SIGMA é o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. Eu tenho uma informação importante para os senhores. Temos visto muito na mídia que o SIGMA e o SINARM não conversam. Já estão conversando. Nós já temos quatro pessoas da Polícia Federal credenciadas no SIGMA e uma do Exército credenciada no



SINARM. Total disso nos próximos dias: serão 60 pessoas da Polícia Federal credenciadas para consultar o SIGMA e 30 pessoas do Exército credenciadas para consultar o SINARM. Essa informação foi dada pela DFPC, do Exército, pelo Diretor de Fiscalização de Produtos Controlados.

SINARM é o sistema da Polícia Federal, conforme o Dr. Douglas já falou.

SIP é o Sistema de Identificação Personalizada de munições. Esse é o que eu vou detalhar um pouquinho. Isso abrange todas as munições. Toda munição vendida às instituições é marcada em dois pontos e rastreada pela caixa e pela caixa maior. Nós recebemos mais ou menos 400 consultas de fóruns e delegacias por ano, e damos essa informação precisa, sem nenhuma dúvida, a partir da implementação desse controle, que ocorreu em janeiro de 2005.

SIREM é o Sistema de Rastreamento de Embalagens de Munição, que abrange todo o comércio — todo, civil —, todo o comércio. Inclusive, aquele blíster de que eu falava aos senhores no início é rastreado; cada blíster, com dez munições, é rastreado; sabe-se quem o comprou.

SICOVEM — eu já adiantei para os senhores — é o Sistema de Controle de Venda e Estoque de Munições, estoque de munições da loja. O Exército, em tempo real, consegue entrar nas mil lojas do Brasil e identificar o estoque que cada loja tem e quem comprou, individualmente, isso *on-line*; em tempo real, o Exército pode fazer isso.

Neste aviso vemos que a quantidade excedeu o permitido. Ou seja, a pessoa já tinha comprado 50 cartuchos, foi comprar mais um, e o sistema não permitiu lançar a compra.

Para terminar, sobre o tema do controle, quero dizer aos senhores o seguinte: o SICOFA e o SIGMA foram criados pelo Exército. O SINAB foi criado pela Polícia Federal, e o SIREM, o SIP e o SICOVEM foram criados pela indústria. Quando foi criada a Lei nº 10.826, de 2003, não foi previsto orçamento para que o Exército desenvolvesse os sistemas. A indústria os desenvolveu e os doou para o Exército. Os sistemas de controle e domínio do Exército quem desenvolveu foi a indústria, que pagou pelo desenvolvimento, porque a indústria não fabrica sistema, fabrica munição e arma.



Conforme adiantei aos senhores, cerca de 400 solicitações anuais são feitas e respondidas, o que identifica as munições.

Para finalizar, quero só dar uma informação muito importante aos senhores relativa ao controle de munições. Ouvi falar duas ou três vezes aqui sobre controle de munição. Quero esclarecer aos senhores que munição é um produto que tem, basicamente, estas partes: um estojo metálico, que tem aqui a sua gravação, como já mostrei aos senhores; uma espoleta, aqui embaixo; uma pólvora e um projétil. Depois do tiro, o que sobra é esse estojo, com a espoleta percutida. Esse estojo, com uma marcação interna, pode ser reutilizado dez vezes, no mínimo.

O que o sujeito faz? Ele pega um projétil. Há três ou quatro fábricas de projétil autorizadas no Brasil ou se pode fazê-lo em casa mesmo. Com uma coquilha e com chumbo de bateria, derrete-se e faz-se um projétil. Depois ele pega uma espoleta. Só neste ano a polícia estourou duas fábricas clandestinas de espoleta no Brasil; nas duas juntas somavam-se, aproximadamente, 500 mil espoletas por mês. Ou seja, 500 mil munições ilegais eram colocadas no mercado por mês. Ele coloca uma espoleta e tem um novo tiro.

Só no interior de São Paulo, havia 300 mil unidades e, em Caruaru, havia 200 mil unidades.

Aqui os senhores estão vendo as fotos de uma fábrica clandestina de munição. Olhem a quantidade de projetis, a quantidade de estojos para serem reutilizados e a quantidade de espoletas nesses baldes. Aqui há milhares de espoletas sendo feitas. Os estojos estão aqui; e os projetis, aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Obrigado, Presidente Salésio Nuhs, representante da CBC e da Associação Nacional da Indústria de Armas.

Terminadas as exposições, iniciaremos os debates.

Convido a retornarem à mesa os nossos convidados iniciais: Sr. Douglas Morgan Fullin Saldanha, Delegado da Polícia Federal; Sr. Bené Barbosa, Presidente do Instituto Viva Brasil; Sr. Antônio Rangel Bandeira, Coordenador do Programa de Controle de Armas do Viva Rio.



Destacamos que cada interpelante, nossos Deputados, poderá fazer sua formulação em, no máximo, 5 minutos, tendo os convidados igual tempo para responderem. Após todas as perguntas, serão permitidas as réplicas, pelo prazo de 3 minutos improrrogáveis.

Solicito a atenção dos Deputados, devido ao adiantado da hora. Não queremos permanecer aqui até duas ou três horas da tarde.

Inicialmente, concedo a palavra, por 5 minutos, ao Deputado Alessandro Molon, que sabiamente foi o autor do requerimento que nos proporcionou esta importante audiência pública, que mostra os lado da indústria, das organizações não governamentais, do Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada - IPEA e da Polícia Federal, para que possamos realmente chegar a um consenso sobre a importância da legislação do Estatuto do Desarmamento em nosso País.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado pelas palavras. Acredito que, de fato, a nossa Comissão acertou ao ter aprovado a realização desta audiência pública antes mesmo do massacre de Realengo. Portanto, a realização desta audiência foi pensada por esta Comissão antes daquele episódio, que não impediu esta Comissão de tomar uma medida rápida após recriar, acertadamente, a Subcomissão Especial de Controle de Armas e Munições, que já existiu no seio desta Comissão. Ela foi recriada com o objetivo muito claro, que me parece quase consensual, senão unânime, de aqui nos focarmos no cumprimento pleno de uma lei que está em vigor, o Estatuto do Desarmamento. Não me lembro de nenhuma manifestação nesta Comissão que defendesse a realização de novo referendo ou plebiscito.

Aliás, aproveito a oportunidade para cumprimentar a Rede Desarma Brasil, que defendeu, no referendo passado, o voto "sim", como eu defendi. Votei pela proibição do comércio de armas, mas há essa postura democrática de respeitar a decisão recente da população brasileira e, antes de discutir uma nova consulta, exigir o cumprimento da lei.

Aliás, nesse ponto também não pode haver divergência nesta Casa. Quem gosta da lei e quem não gosta têm que se unir no seu cumprimento, na exigência e na fiscalização de que a lei seja cumprida. Enquanto essa lei estiver em vigor, quem discordar da lei tem que lutar na Casa para mudá-la. Eu vou votar contra, mas,



enquanto ela estiver em vigor, tem que ser cumprida. E a nossa Comissão e a nossa Subcomissão terão o especial condão, no meu entendimento, de verificar o cumprimento, passo a passo, como foi mostrado aqui, ou o descumprimento, pelos diversos presentes.

Eu acho que nós acertamos no rol de convidados. Nós erramos, de fato, em deixar o Exército de fora, Sr. Presidente, nós não atentamos para essa necessidade. Por isso, esta Comissão, que já aprovou também a realização de seminário, por sugestão do Presidente desta Comissão, Deputado Mendonça Prado, deve convidar, para suprir essa nossa falta, o representante do Comando do Exército, para que possa participar e também para que possamos inquiri-lo aqui.

Eu gostaria também de deixar algumas perguntas, procurando cobrir essa longa e tão completa exposição dos mais diversos participantes, com as divergências que fazem parte da democracia. Esta foi a riqueza desta audiência pública: permitir o contraste de visões, para que não se tenha uma só. Eu tenho visão e posição, mas acho importante permitir a quem tem posição diferente se manifestar.

Eu perguntaria ao representante da Polícia Federal, que fez a observação, correta, referente à ausência do Exército, primeiramente, se tem sugestões para combatermos a subnotificação de apreensões citada na sua fala inicial. Isso é um problema que diz respeito às forças de segurança pública.

Aliás, Presidente Francischini, há alguma coisa, há um descompasso aqui, porque, em geral, os civis, entre os quais eu me incluo, são contra a ampliação do porte de armas e defendem que apenas as polícias o tenha e as usem. Os representantes das forças de segurança, às vezes, defendem o contrário: que não apenas as polícias tenham arma, mas os cidadãos comuns também. Nós precisamos fazer uma análise mais detida sobre isso, que não deixa de ser um fato que merece observação.

As forças de segurança, muitas vezes, subnotificam as apreensões. Há muitos caso de corrupção, como em qualquer corporação, em qualquer grupo social. De que maneira diminuir a subnotificação de apreensões, por exemplo? O senhor tem algo em vista? O senhor já pensou em alguma coisa a esse respeito — seja do



ponto de vista de uma nova portaria, seja do ponto de vista legal — para coibir a subnotificação de apreensões?

Em relação aos depósitos judiciais, Sr. Presidente, temos um problema: aparelhar as perícias estaduais para que registrem com mais rapidez as armas apreendidas, para acelerar a destruição das armas. Muitas vezes, é a ineficiência da perícia que impede a destruição da arma, que está acautelada, porque ela é prova material de um crime praticado. Esse é um problema que diz respeito a esta Casa, embora seja um tema que envolva os Estados também.

Peço também sugestões aos membros, para que se tome maior cautela com essas armas apreendidas ou por uma destruição mais rápida.

Em relação às observações feitas primeiramente pelo Dr. Bené Barbosa e depois pelo Rangel, quando se diz que São Paulo é o Estado onde mais se vende arma no Brasil, mas é, ao mesmo tempo, o Estado onde houve mais redução dos homicídios, acho que faltou aquela comparação que o representante do IPEA e a representante do Instituto Sou da Paz fizeram. Ou seja, em que medida a redução da disponibilidade de armas implicou na redução dos homicídios em contraponto ao aumento de outros crimes?

Atenção! Não é que o Estado não tenha adotado medidas adequadas para o combate à criminalidade. Adotou também. É claro que esse problema é complexo, pois não é só a disponibilidade de armas que determina a prática de crimes, mas ficou demonstrado pelo Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada, IPEA — desconfio que tenha usado a econometria para mostrar — que há correlação entre a disponibilidade de armas e a redução de homicídios. Contra fatos não há argumentos. Não são mais opiniões, são dados estatísticos, matemáticos, científicos.

Outro ponto, destacado pelo Rangel, é a marcação da munição pela CBC. Fiquei satisfeito ao ver que a CBC está marcando todas as munições. Pelo que o senhor nos informou aqui, todas as munições que estão sendo fabricadas estão sendo marcadas individualmente. É isso? Não sei se entendi bem, Presidente.

O SR. SALÉSIO NUHS - Para as instituições todas, conforme diz a lei.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, neste momento, quero fazer um apelo e propor um debate a esta Comissão no sentido de que



caminhemos para uma marcação de todas as munições fabricadas e vendidas no Brasil. Alguns anos atrás, dizia-se que era impossível marcar munição individualmente, e a CBC provou e hoje demonstrou que isso é possível.

Mas queremos avançar mais. Vimos bons mecanismos de controle, mas é preciso avançar mais. Portanto, o Congresso deve caminhar neste momento com um apelo — não é obrigação legal ainda, mas queremos chamar a CBC para essa responsabilidade — e caminhar para a obrigação de marcação de todas as munições fabricadas no Brasil.

O terceiro ponto relaciona-se com as observações feitas. Sr. Presidente, quero registrar a importância do dado trazido pelo pesquisador do IPEA referente à discrepância entre a queda de homicídios e o aumento de outras práticas de crime no Estado de São Paulo.

Quanto à Melina, Sr. Presidente, também foi feita essa importante comparação entre a queda de homicídios em São Paulo antes e depois do Estatuto. Isso, para mim demonstra, a importância da aprovação do Estatuto e das suas consequências.

Para concluir, Sr. Presidente, quero falar sobre a observação, correta também, da Melina Rizzo sobre a proteção dos arsenais. Na medida em que há disponibilidade das armas legalmente vendidas... Aliás, essa foi outra observação importante do Rangel: o que o massacre de Realengo nos ensina? Muitos elementos referentes a segurança nas escolas e a problemas de saúde mental no nosso País, mas também a que as duas armas entraram no mercado legalmente, as duas. Uma era de um segurança que a comprou legalmente à época e a vendeu. Ele vendeu ilegalmente, mas comprou legalmente; outra, roubada, que foi mencionada pelo Rangel.

Sr. Presidente, primeiramente, devemos discutir medidas para maior proteção aos arsenais que existem. Devemos proteger os estoques e fiscalizar a venda de armas.

Esta Casa, para terminar, realizou uma CPI na legislatura passada, a CPI das Armas, que mostrou que há lojas, como evidentemente nós sabemos que existem, que descumprem a legislação. É evidente que não são todas as lojas que cumprem a legislação. Nós vimos ali o ideal. A apresentação do representante da CBC



mostrou como deve ser, mas nós sabemos que a realidade está distante disso. Há lojas que desviam armas, há lojas que descumprem a legislação, e é atribuição desta Comissão e da Subcomissão Especial fiscalizar essas lojas, verificar quais estão se adequando e verificar as falhas no sistema.

Apesar da iniciativa da indústria de armas de criar o sistema para o qual não havia previsão orçamentária do Exército, convenhamos, Sr. Presidente, não é o ideal para o País. Não é o ideal para o País que o fabricante tenha de fazer o sistema. O sistema tem de ser feito pelo Estado brasileiro. Ainda que a indústria tenha tomado a iniciativa, é o Estado brasileiro que tem de fazer o sistema. Não pode ser o fabricante quem diz como vai ser fabricado o armamento que ele fabrica e tem interesse de vender — sem nenhuma insinuação sobre a CBC. Isso não é bom para o País. Então, temos de discutir um sistema feito pelo Estado brasileiro para esse controle.

Por fim, Sr. Presidente, não há dúvida de que vamos combater aqui o que há de ilegalidade também na fabricação de espoletas, de projéteis. A indústria clandestina deve ser objeto da nossa atuação aqui também. Devemos não apenas aperfeiçoar os controles da indústria legal, mas combater a indústria ilegal. Não tenha dúvida do nosso compromisso com essa causa também.

Para terminar, Sr. Presidente, e prometo que encerro, é animadora a declaração do Ministro da Justiça, dada ontem nesta Casa, na Comissão de Direitos Humanos, de unificação dos dados criminais do País. Esse foi um dos elementos tocado por diversos convidados. É importante criar confiabilidade nesses dados cada vez mais, Sr. Presidente. Quanto mais unificarmos e quanto mais houver controle, mais adequadas as políticas públicas que haveremos de adotar daqui para a frente.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradeço as perguntas e o posicionamento ao Deputado Molon, registrando a tolerância, já que o mesmo é o autor do requerimento que nos trouxe a esta audiência.

Cada três Deputados Federais farão as perguntas e abriremos a palavra aos debatedores, para adiantarmos as nossas perguntas.



(Não identificado) - Sr. Presidente, apenas uma sugestão: aumente para 5. Quantos estão inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Temos 3 inscritos. Vamos então passar a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, para que S.Exa. possa formular suas inquirições sobre o debate.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quero desejar bom dia a todos os painelistas, aos Deputados e às Deputadas, àqueles que nos acompanham.

No Brasil se faz uma confusão proposital na área de segurança que é misturar controle de armamento com controle de criminalidade. Toda vez que o Estado se mostra incompetente para manter bandido preso ou produz legislações em que o homicida em meia dúzia de anos está na rua para matar de novo ou não paga dignamente seus policiais — está aí a Proposta de Emenda à Constituição nº 300 se arrastando — ou não investe em novas tecnologias, a pergunta é: por que a Colômbia conseguiu reduzir drasticamente a sua criminalidade? Não estou falando em Primeiro Mundo, em Estados Unidos, em Europa, mas estou falando na Colômbia, com narcotráfico, com guerrilha urbana, com todos os problemas e dificuldades que a Colômbia tem. E as experiências, por exemplo, de Medellín e Bogotá não são importantes? Sim, são importantes.

Aliás, juntas, a Polícia Federal e a nossa embaixada na Colômbia realizaram várias missões e por meio delas pudemos ver, primeiro, como se limpa a Polícia; segundo, como se equipa a Polícia; terceiro, como se capacita a Polícia; quarto, como aproximar a Polícia da comunidade; quinto, quais equipamentos urbanos valorizam a comunidade; sexto, a colocação da polícia na rua. E hoje se anda nas ruas de Bogotá e Medellín, a qualquer hora do dia ou da noite, como não se anda em nenhuma rua do Brasil.

Quando há essa mistura de coisas, é preciso separar as questões. Primeiro, aqui foi dito que o Estatuto do Desarmamento provoca efeitos positivos. Acho que sim. Acho que há controle de armamentos fundamental. Mas ele foi preparado e previsto, porque, dentro deste Parlamento, a mídia brasileira dizia que 80% dos brasileiros votariam “sim”. Qual foi o resultado? Nenhum Presidente do Brasil fez os votos que o “não” fez: mais de 60 milhões de votos. Sessenta e quatro por cento no meu Estado, 87% dos habitantes do Estado mais armado do Brasil, por isso com os



menores índices de criminalidade e homicídio em todo o País, votaram contra o desarmamento.

E como era o perfil da sociedade brasileira? À época do desarmamento, 97% não tinham arma em casa. E como é hoje? Esses 97% continuam, Deputado Alexandre, sem ter arma em casa. Do que tratou a população brasileira? Ela tratou de manter o direito de, se houver necessidade, adquirir, de ter porte e posse legal. Aliás, no Brasil se tem muito mais posse do que porte, isso é um fato. O Brasil é único país do mundo onde para se ter posse de arma em casa tem que fazer psicotécnico, teste de tiro.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Como não, Sr. Rangel? Acabei de fazer o meu registro. Tem que fazer teste de tiro e psicotécnico, sim.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Qual é o outro?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O senhor me manda depois.

Mas quero dizer o seguinte: temos uma legislação no Brasil que é super-restritiva, tanto é que porte e posse de armas foram completamente restringidos no Brasil. Nós podemos avançar para tentar entender por que o País chamado Brasil entra nesse debate quando não se está, neste momento, tentando selar as fronteiras brasileiras. Por que tem tanto contrabando nas fronteiras secas, nos portos e aeroportos brasileiros? Aliás, portos e aeroportos são antros de corrupção e talvez, agora, com a privatização que vai ser feita pelo Governo do PT, ela possa diminuir.

As armas que estão disponíveis hoje para as quadrilhas de narcotraficantes no Brasil por acaso são revólveres, pequenas pistolas, ou são AR-15, FAO, lança granada-foguete e por aí afora? Esse é o fato.

O cidadão brasileiro tem o direito de não viver a situação que vive o cidadão inglês hoje. A Inglaterra, em 1997, assim como a Jamaica, anteriormente, e a Austrália fizeram um desarmamento da sociedade. Os índices de homicídios por 100 mil sempre foram baixos na Inglaterra, mas, hoje, de cada 100 assaltos à residência, em 40 a família está dentro. Nos Estados Unidos, Suíça e países mais armados, de cada 100 assaltos em apenas 10 a família está dentro. Imaginem a cena: mulher,



filho, pai e mãe ficam sem nenhuma chance de defesa porque o Estado lhes nega. Foi isso que a população brasileira sabiamente preservou.

Vou contar aqui duas histórias para ilustrar porque nós nos batemos pelo direito à legítima defesa. E acho que o Deputado Alexandre Molon está correto quando traz esse debate à cena. Temos que chamar o Ministro da Justiça e lhe perguntar em quanto precisamos aumentar o orçamento, e tem que ser um pacto de todos nós para aumentar o orçamento do Ministério da Justiça, para que haja mais condição de se fazer presente a segurança no Brasil.

Estas histórias estão registradas no meu Estado. Canoas. Mãe e filha, às 11 da noite, começaram a ligar para a força policial do meu Estado: *“Olha, estão forçando a porta, vão entrar”*. Ligaram sucessivamente um total de 4 ligações. Após a quarta ligação, a casa foi invadida e lamentavelmente as duas foram estupradas. E até horas depois de o fato ter sido consumado, não chegou nenhuma força de segurança para dar proteção a elas.

Segunda cena. Um sítio em Esteio. Uma viúva que havia sido casada com um refugiado de guerra tinha prazo, data fixa, para o recebimento da pensão. No dia em que ela recebeu a pensão — sou veterinário e tratava os cães dela e por isso conheço bem a história, os cães foram todos mortos —, começaram a forçar a porta da frente da casa e ela disse: *“Não entrem porque eu estou armada”*. E os caras disseram que iam entrar, chamaram ela de velha e disseram mais: *“Tu estás com o dinheiro que nós queremos. Nós sabemos que tu recebestes a tua pensão”*. Arrombaram a porta da frente, ela se refugiou no quarto. Quando se refugiou no quarto, estavam já arrombando a porta do quarto e ela atirou. Um morreu o outro fugiu. A integridade, a dignidade desse ser humano foi preservada. O que nós defendemos aqui é isto, esta possibilidade, porque não podemos esquecer que um cidadão que, dentro da lei porta uma arma, tem uma capacidade de dissuasão do ataque e pode fazer com que sua dignidade, a sua família e a sua vida sejam preservadas. Por esse direito, Deputado Alexandre, nós vamos lutar para que ele seja permanente no Brasil.

Sobre os demais pontos que V.Exa. levantou, aqueles em que o Estado deve nos responder com segurança, com reforço de fiscalização, com melhoria de controle, V.Exa. terá nossa parceria, mas o sagrado direito à vida... O Brasil é



subscritor da Declaração dos Direitos Humanos e está lá no art. 30 que nós temos o direito à vida, à liberdade e à defesa pessoal e nenhum órgão, Estado ou País tem o direito de negar isso a um ser humano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Concedo a palavra ao Deputado Federal Delegado Waldir.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Bom dia, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Venho trazer um pouco da minha experiência, adquirida nos últimos 15 anos, dos quais 10 como delegado em Goiás, e também fui policial civil no Paraná. Essa questão das armas realmente aflige, pena que ela tenha aparecido apenas no momento em que aconteceu uma tragédia em Realengo.

Eu diria que talvez estejamos errando em alguns aspectos. Hoje, na minha casa, meu filho de 13 anos e o outro de 7 anos talvez estejam jogando *videogames* e *playstations* e o objetivo de todos esses jogos é matar. Então, não estamos agindo na prevenção da violência em crianças e adolescentes, e acho que esse é um caminho em que temos de trabalhar com muita ênfase. Não devemos só pensar em frear o controle e a venda de armas. Eu acho que isso poderia ser um remédio, mas também deveríamos estudar alternativas que estão acontecendo na sociedade e que talvez não estejamos vislumbrando, nem os órgãos de pesquisa estejam percebendo que temos outra violência e que ela se cria na infância, quando somos criança ainda, se cria na escola e se cria com o *bullying*, e com várias alternativas.

Eu quero saber dos pesquisadores a respeito do milagre paulista, uma vez que lá o número de homicídios tem reduzido, mais armas são vendidas, mas é um dos Estados que pior paga ao policial. Quero saber como está acontecendo esse milagre, uma vez que São Paulo paga menos ao policial do que o Acre.

Quero conversar com o delegado do Sistema Nacional de Armas, que é especialista. O SINARM existe há bastante tempo, e ainda não existe a integração dos bancos federais e estaduais. Por que não punir? Nós temos visto que o Governo Federal tem mandado recursos para os Estados, mas não o controle. Vamos fazer com que sejam mandados recursos para os Estados a partir do momento em que se criarem sistemas mais rígidos de controle.

É isso o que quero saber do delegado — o único representante da União na Mesa —, ou seja, quem é o responsável por essa guerra, no Brasil, da falência do



sistema público e do Estatuto do Desarmamento. O fato de terem sido entregues 500 mil armas significa o quê, tendo em vista que temos 16 milhões em circulação no Brasil?

Talvez o senhor possa nos dar uma luz. De quem é a culpa? Quem tem falhado nesse período? É a falta de verbas para o sistema de segurança?

Faço também uma pergunta objetiva ao Sr. Salésio, representante das Forças. Percebi na sua apresentação que os cartuchos ou os estojos são marcados. É possível a marcação dos projéteis, porque nos locais de crime o que sobra são os projéteis deflagrados, o cartucho o malandro leva, não deixa ali para facilitar.

E muitas informações que o senhor nos passou nem os policiais nem os delegados sabem. Acho que indústria poderia investir no treinamento das forças policiais para que elas tenham a informação da indústria, e assim poderíamos aperfeiçoar.

Aproveito a oportunidade para sugerir a criação de um fundo para indenizar as vítimas de crimes de homicídio. Quem pagaria esse fundo? Aquele que compra armas. Vamos onerar o preço das armas no Brasil.

Hoje uma arma custa o mesmo que uma televisão, uma geladeira, ou até menos. Mas o bandido tem dinheiro para comprar arma de 1 mil, 1.500 reais e até de 5 mil reais. Quem tem matado no Brasil? As armas de grosso calibre ou o .38 e a .380? O que tem matado no Brasil são as armas de baixo calibre. Por isso, num revólver calibre 38 é colocado um custo de 5 mil reais. E quem vai pagar isso? Quem vai comprá-lo. E que esse dinheiro vá para um fundo para indenizar as vítimas de homicídio. É da mesma forma com as munições. Não sei se é uma proposta ousada, mas temos que pensar numa alternativa, alguém tem que pagar esse preço, e que este preço não seja pago pelo cidadão desarmado.

Se eu quiser andar armado, se eu gosto de andar armado, eu tenho que pagar um preço por isso. Se eu quero ter uma Mercedes-Benz, eu vou pagar o preço que ela custa. Este é um dos caminhos que entendo que temos de seguir, pela minha pequena experiência.

O meu tempo já deve estar se esgotando, mas devo dizer para os senhores que ter arma é apaixonante. E temos a falsa sensação de que a arma vai nos livrar



de ser morto, de sofrer uma violência. Mas é preciso saber usar a arma, é preciso fazer um treinamento.

E o Sr. Salésio mencionou uma questão importante sobre a qual devemos nos aperfeiçoar: os recarregadores clandestinos. Fiquei assustado porque eu desconhecia a informação e a quantidade existente. E digo mais — e seria jogar para o Governo Federal —, eu tenho conhecimento de diversas academias de polícia e outros órgãos que fazem recarregamento de munições. Então, nós não podemos imputar só à indústria da arma essa responsabilidade. Temos que trazer representantes de academias, órgãos clandestinos, expor isso e, se necessário, tipificar na lei essas condutas e com penas elevadas.

Só deixem-me ver, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO WALDIR - Sim, para concluir. Um último detalhe. Os Institutos de Criminalística. Pouco se falou aqui, mas no Brasil todos eles estão falidos.

Em Goiás, nós temos 2 peritos para fazer uma perícia de milhares de armas. E lá, onde estão alojados, não têm segurança. Ouviram? Se a malandragem quiser saber, os Institutos de Criminalística são a maior fonte para fornecer arma. Vou dar uma notícia aqui, então, que os Estados se virem para mandar as Polícias Militares fazerem o policiamento ostensivo. E são milhares de armas que podem ser levadas facilmente. Então, temos que pensar nesses detalhes.

Muito obrigado e que esta Comissão seja um instrumento para que poupemos vida.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Com a palavra o Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, em nome de V.Exa., quero cumprimentar todos os Deputados e Deputadas, parabenizar os expositores pela qualidade das informações.

Vou fazer 3 perguntas objetivas e, no final, uma consideração.



Primeiro, gostaria que todos aprofundassem aqui as estatísticas. O Sr. Bené informou, ratificou que venda de armas não tem nada a ver com redução de homicídios.

A representante do IPEA, a Sra. Melina, e o representante da Polícia Federal disseram o contrário. Então, gostaria que isso fosse aprofundado.

O Sr. Bené falou que a maior quantidade de armas apreendidas é do exterior, de fora. O Ministro da Justiça, ontem, nos disse o contrário: que apenas 20% dessas armas são externas. Isso não quer dizer que iremos relaxar nas políticas de controle da fronteira. Mas há contradições de informações. Então, gostaria que a Mesa discutisse um pouco mais sobre as estatísticas.

O Sr. Salésio informou que as indústrias de armas pagam 150 milhões de impostos. Gostaria que o IPEA ou quem puder explicasse se há dados sobre os custos dos homicídios para a saúde pública, para a polícia, com todo o processo de inquérito, com o Poder Judiciário, a Previdência, os custos que a família tem com o cara que está preso ou com a pessoa que morreu. Os custos da empresa. É preciso saber se compensam os 150 milhões ou os empregos com aquilo que o Estado, ou que nós pagamos pela violência.

Gostaria de perguntar ao representante da Polícia Federal quantas armas legais foram furtadas dos donos em 2010, de acordo com o SINARM. E, deste montante, quanto foi furtado de empresa de segurança? Gostaria de saber se o senhor pode nos informar.

A D. Melina informou que, de 69 mil armas em poder das empresas privadas, 21 mil foram furtadas. Gostaria que o senhor aprofundasse esses dados. Desejo saber ainda quantos foram furtados dos cidadãos, quantos foram furtados da própria Polícia e se o senhor tem alguma coisa a dizer sobre os fóruns, porque, constantemente, os jornais exibem matérias sobre isso.

E a consideração final, Sr. Presidente: acho que o debate aqui também deveria ser sobre outros temas. A segurança pública é dever do Estado e direito do cidadão, não dele individualmente, mas da sociedade brasileira, ou nós vamos transferir essa responsabilidade para um indivíduo, como muitos defendem que se faça na área da saúde, que se transfira para as empresas privadas, ou na área da



educação, que dizem que o Estado tem de reduzir o seu tamanho e ampliar o poder do mercado? Este é que é o debate.

Tenho a concepção de que a segurança quem tem que garantir é o Estado. Eu já pago meus impostos.

Segundo, eu não posso admitir que eu, com uma arma dentro de casa, vou ter a mesma competência do bandido.

Então, aqui é a disputa entre o tamanho do Estado e o tamanho do mercado. Eu sei que as armas dão lucros: lucro com caixão, com jazigo, com vela, com mortalha. Portanto, esse é o debate. E nós vamos ter que travar esse debate aqui para saber se conseguimos convencer as pessoas de que segurança pública, nos termos da Constituição, é dever do Estado. Num país urbanizado, de regiões metropolitanas, achar que com uma arma em casa eu vou me defender de um bandido, acho que é uma ilusão. Talvez estejamos favorecendo o mercado.

Esta é a consideração que quero fazer no final, porque é um debate político, um debate ideológico que se dá também em outras áreas nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Com a palavra o último inscrito deste primeiro ciclo de perguntas, o Deputado Pastor Eurico, do PSB de Pernambuco.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Deputado, eu vou sugerir que se cumpra o tempo de cada Deputado, que todos façam as suas perguntas de forma objetiva, para que todos tenham oportunidade de falar, senão os integrantes da Mesa vão falar 3, 4 vezes, e os Deputados, talvez, nem tenham oportunidade de fazer nenhuma pergunta. Sugiro aos Deputados que sejam objetivos nas questões, para podermos escutar todos em vez de cinco.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Eu prometo ser bem rápido.

Sr. Presidente, em primeiro lugar quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos e todos os palestrantes, que trouxeram informações importantíssimas. Concordo com alguns companheiros que há alguns conflitos.

Eu quero rapidamente fazer algumas colocações sobre o problema do porte de arma, essas armas que estão em mãos do cidadão civil. Eu falo de todo cidadão civil. Existem registros de que eles têm porte de armas. Esse seria um ponto.



Sengu, o Sr. Antonio Rangel disse algo coisa que me preocupou. Ele falou que os imigrantes brasileiros compram armas no exterior e as remetem para o Brasil. Ele citou que essas armas entram pelos Correios. Gostaria de saber se existe comprovação dessa informação. Trata-se de um fato muito grave.

Quanto à marcação de munições, eu quero fazer coro com o Deputado Molon. Acho muito importante pensar nesse assunto de forma geral, porque isso já traria uma certa promoção. Conforme o Deputado Delegado Waldir disse, gostaria de saber se é possível a marcação dos projéteis.

Finalmente, quero dizer que não estou aqui para defender que o cidadão tenha armas. Temos uma posição pessoal. Mas, nesse discurso, o que me preocupa é o seguinte: a arma está sendo causa dos homicídios. Eu deixaria uma pergunta para os senhores concernente a esses homicídios. Quanto aos cidadãos de bem que compram arma legalmente, que têm direito a portá-la, já está comprovado que não são eles que praticam os homicídios em sua grande maioria. Quando ocorrem os homicídios, são sempre em legítima defesa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Seguindo a proposta do Deputado Nelson Marchezan, vou dar a palavra a mais um Deputado, para que haja somente dois blocos e também para facilitar vida dos debatedores, a fim de não estendermos esta audiência até 3, 4 horas da tarde.

Convido para usar a palavra o Deputado Alberto Filho, do PMDB do Maranhão. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado José Augusto Maia, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO MAIA - Em nome do Deputado Francischini, saúdo todos da Mesa. Nós, que ouvimos os painelistas que estiveram aqui, ficamos um pouco confusos. A empresa mostrou aqui a sua organização, coisa de Primeiro Mundo, como deu para vermos isso aqui. Ela está organizada na questão da fabricação de armas e munições. O problema não está na empresa que fabrica armas e munições, mas no comércio, nas ruas, nas cidades. Ela é totalmente legalizada aqui, mas, no comércio, na cidade, como foi dito aqui pelos painelistas, há facilidade de se comprar uma arma e até fraudar documentos com despachantes?

Existe aquela questão de se o cara tem ou não condições de usar armas. A coisa se contradiz muito. Foi falado aqui do milagre de São Paulo. Eu vim de uma



cidade de Pernambuco, Santa Cruz do Capibaribe. Lutei muito junto ao meu partido para estar nesta Comissão. Uma vez eu disse aqui que também houve um milagre em Santa Cruz do Capibaribe, um cidade de aproximadamente 90 mil habitantes, que tinha o maior índice de violência do País.

Para os senhores terem uma ideia, quando fui Prefeito da cidade, em 2000, o índice de homicídios era de 96 por ano, isso numa cidade de aproximadamente 90 mil habitantes. E depois do trabalho que eu fiz em Santa Cruz do Capibaribe, de 2000 a 2007, esse índice caiu para 10 homicídios por ano. O índice talvez seja igual ao de São Paulo. Em São Paulo, por ser a maior cidade do país, é tudo divulgado. Podem até dizer que foi fácil fazer em Santa Cruz do Capibaribe, uma cidade do interior. A minha cidade é atípica no Brasil, porque ela se tornou o segundo maior polo de confecções do País, perdendo apenas para São Paulo. Por ser o segundo maior polo de confecção do País, Santa Cruz do Capibaribe recebe, por semana, de 25 mil a 30 mil compradores do Brasil inteiro, todos levando dinheiro. Imaginem uma cidade do interior de Pernambuco sem policiamento, que recebe de 25 mil a 30 mil pessoas por semana, depois se tornar no maior exemplo de segurança!

Se os senhores consultarem o mapa da violência do Brasil, vão ver que Santa Cruz foi a cidade que teve a maior queda no índice de violência do País. De 2000 a 2007, caiu de 96 para 10 homicídios por ano. E qual foi o milagre de Santa Cruz do Capibaribe? Primeiro, educação. Quando eu peguei a cidade, tínhamos 900 crianças de rua cheirando cola, tínhamos *crack* e tantas outras drogas. Eu as coloquei todas na escola. Santa Cruz do Capibaribe ganhou prêmio por ser a cidade com o menor índice de criança de rua de Pernambuco. Monitoramos, com recursos do próprio Município, as entradas e saídas da cidade. Fizemos a integração dos Poderes. Criamos Conselho Tutelar — o CONDECA já existia. Foi feita a integração do CONDECA com as Polícias Civil e Militar, com o Ministério Público e com o Poder Judiciário. Nessa integração, criamos o Conselho de Paz, discutindo com a sociedade. O sucesso foi total. Santa Cruz do Capibaribe perdeu a pecha de cidade mais violenta de Pernambuco e passou a ser exemplo de segurança para o País.

E digo mais aos senhores: eu achava, como tantos, que era só colocar polícias nas ruas — o que é importante demais — e melhorar o salário de todos, como foi dito aqui que temos de fazer, Mas a educação é fundamental! Outra coisa



— não foi falado até agora, mas acho que vai ser falado — é a questão da droga. As drogas estão acabando com a nossa juventude. Só cego que não vê isso. O que está acontecendo é isso: nossa juventude está morrendo. Temos de encontrar uma saída para combater a droga, o crack e outras que estão surgindo por aí.

Outra sugestão. Antes, os pilares de uma sociedade eram educação e saúde. Em todos os discursos de campanha eles eram citados. Nessa última eleição, foi segurança. A própria Presidente Dilma e todos os candidatos a Deputado falaram em segurança. Temos que gastar — eu que fui Prefeito — 25% em educação, e precisava ser até mais, e 15% em saúde. E em segurança? Por que não se cria um teto para se gastar, obrigatoriamente, com segurança?

Se não colocarmos dinheiro na segurança, este País não vai ter condição de se desenvolver. Tudo que foi falado e sobre que ainda vamos falar não será conseguido se não tivermos dinheiro para investir em segurança, para melhorar o salário dos profissionais, mas também investir em equipamento, em tecnologia.

O milagre de São Paulo não é outra coisa senão gestão e tecnologia. Fui convidado por essa comissão e fiquei encantado com São Paulo. São Paulo merece nossos aplausos. A gestão, a tecnologia a serviço da segurança em São Paulo está dando um grande exemplo. Hoje, a Polícia de São Paulo é a uma das melhores do mundo, podemos nos orgulhar. A minha cidade, uma cidade pequena, de 90 mil habitantes, também deu um grande exemplo.

Vamos continuar com o debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Parabéns ao Vice-Presidente da Comissão. Palavras de quem foi Prefeito e sentiu na pele a criminalidade. Vários membros da Comissão, quando S.Exa. falava, realmente reconheciam isso.

Passo a palavra ao Deputado Nelson Marchezan Junior. S.Exa., que já estava muito preocupado com o horário, com certeza vai fazer as suas perguntas, sendo o único representante do famoso PSDB do Rio Grande do Sul.

O SR. NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Famoso para o bem, eu espero.

Deputado Fernando Francischini, nobres colegas, senhores painelistas, vou ser bem objetivo. Primeiro, vou colocar a minha posição no que se refere à



afirmação de que os problemas do setor público se resolvem com dinheiro. Isso, para mim, é uma mentira, é uma falácia. Os problemas do setor público se resolvem com combate à corrupção e com gestão. Todos os indicadores mostram que servidores mais bem remunerados, tanto na saúde, como na segurança, como na educação, não significa, proporcionalmente, melhores resultados, em todos os Estados, em saúde, segurança e Educação. Não há uma relação direta entre recursos públicos e resultados. Há, sim, uma relação direta entre gestão dos recursos públicos e resultados para a sociedade.

Segundo, se fosse essa a solução, no Brasil não teríamos problemas. Pagamos uma das maiores cargas tributárias do mundo. Recurso público não é problema no Brasil. O problema é a gestão e o controle do recurso público.

E aí eu vou um passo adiante. Sempre dizemos que precisamos de mais recursos públicos para solucionar os problemas da saúde, da segurança e da educação. E quem paga? O cidadão. Esse foi o mote das manifestações aqui feitas. Parece-me que não há dúvida, nem dos Deputados nem dos painelistas, de que há segurança na indústria e até o produto chegar ao comprador, eu diria assim. Não me parece que haja alguma dúvida entre nós.

Também não há dúvida de que a legislação é razoavelmente boa — pode se avançar um pouquinho aqui, mudar um pouquinho ali. O problema, pelo que entendi, na minha pequena capacidade de compreensão, novamente está no setor público.

Quais foram os problemas aqui levantados? Basicamente, o descumprimento do Estatuto; e, antes disso, roubos nos foros, fiscalização nas empresas privadas de segurança, fiscalização nas lojas, fronteiras, Exército, Polícias Civil e Militar. Todos os problemas estão no setor público. E qual é a solução que se apresenta de novo? Dizer ao cidadão que ele não pode ter a liberdade de adquirir uma arma.

Eu não vi aqui ninguém buscar soluções ou dizer que o Ministério da Justiça está sendo incompetente, que a gestão da segurança pública, em âmbito federal, está sendo incompetente. O Estatuto funcionou só em São Paulo, não funciona no restante do País? O motivo de a segurança pública ir bem é porque o Estatuto só é cumprido em São Paulo? Nenhum outro Estado brasileiro, então, cumpriu o estatuto? São Paulo foi o único Estado que melhorou na área de segurança? Eu não vejo o Estatuto como salvação. Eu o vejo como uma grande busca, como uma



tentativa de atingir o objetivo desejado. A segurança pública em São Paulo, pelo que me parece, teve uma gestão qualificada, teve uma melhora, o que não se deu, como também foi registrado aqui, simplesmente pelo aumento do salário dos servidores. Houve todo um processo de gestão. Parece-me que invertemos, que queremos esvaziar a banheira e mandar a criança junto pelo ralo, ou que queremos acabar com a seca produzindo torneiras. Acho que nos equivocamos novamente.

Para mim, o grande problema é outro. E aí a minha pergunta: existe, na opinião de alguém aqui presente, algum desconforto com o Estatuto, que deveria sofrer uma grande mudança? Existe, por parte de alguém na Mesa, algum desconforto com a segurança que a indústria de armas e munições oferece no Brasil?

Essas seriam as minhas duas questões objetivas, Sr. Presidente. Não me parece que aqui tenha sido colocado nenhum dado objetivo de que, tirando-se a arma ou a liberdade de o cidadão poder comprar uma arma, vamos ter uma melhoria na segurança. Não é o cidadão que faz a segurança. Todavia, se o Estado é incompetente, ele tem o direito de fazer a sua segurança. Será que vamos acabar com os problemas da saúde dizendo que o cidadão não pode ter um plano de saúde? Será que vamos acabar com os problemas da educação dizendo que o cidadão não pode pagar, com o seu dinheiro, uma escola ou uma universidade privada? Acho que estamos fugindo do problema e buscando, quem sabe?, como o Presidente do Senado, no meu entender, um pouco de holofotes, buscando uma pauta equivocada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Com a palavra a nobre representante do Acre Deputada Perpétua Almeida.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, é bom que a Comissão de Segurança faça este debate. Aliás, faz tempo que eu não vejo, numa quinta-feira pela manhã, tantos Parlamentares numa audiência pública. Isso significa que o tema é envolvente.

Lamentavelmente, este debate sobre as armas e a campanha de desarmamento estão vindo muito à tona depois da tragédia ocorrida no Rio de Janeiro. Na minha opinião — e disse isso em vários momentos nesta Comissão de



Segurança Pública —, a campanha para o recolhimento de armas nunca deveria ter parado, para poder incentivar as pessoas. E mais: o Governo precisa botar preço nas armas, porque é muito fácil comprar arma com o preço atual. Por que o Governo não bota preço, para incentivar mais as pessoas fazerem a devolução.

Agora, claro, tem que haver uma conexão de todas as ações. Só dinheiro não resolve. Por exemplo, tem essa experiência na área da saúde: se o Município não comprovar uma quantidade xis de pessoas vacinadas, não recebe recursos para aquela área. Então, essas coisas também têm que começar a serem feitas na área da segurança pública, como comprovar a redução da criminalidade e fazer essas especificações, porque, caso contrário, não vamos conseguir sucesso.

Antes de fazer minhas perguntas, quero lembrar que já aprovamos requerimento nesta Casa e, no dia 31 de maio, será feito uma audiência pública sobre a segurança no País com foco também na valorização dos trabalhadores da segurança pública. Nessa ocasião será, inclusive, lançada a Frente Parlamentar da PEC 300.

Também já encaminhamos, e esta Comissão aprovou, requerimento para fazer um debate acerca da fiscalização das fronteiras. Todos os jornais, ultimamente, têm focado a fragilidade nas fronteiras. Aliás, o Acre virou manchete esses dias por conta da entrada do oxi, que teria chegado ao País por ali.

Conversando com os colegas da Polícia Federal, da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Polícia Rodoviária Federal, sabemos que não dá para ficar do jeito que está. A fiscalização das fronteiras precisa melhorar. Tem que ter uma ação mais enérgica nesse sentido. Além de buscar o recurso para isso, é preciso fazer o acompanhamento interno dos funcionários das instituições, porque eles ajudam e facilitam o tráfico. Então, tem que haver uma fiscalização interna dos servidores das instituições.

Sr. Presidente, já discuti aqui sobre um novo referendo. Não concordo. Não vejo isso como um problema. O problema, hoje, está no não cumprimento do Estatuto do Desarmamento por todas as esferas de Poder, tanto os Municípios como dos Estados e a União.. É preciso fazer uma fiscalização maior em torno disso.

Há pouco, perguntei, por escrito, se a Polícia Federal ou outras entidades têm algum dado sobre a munição utilizada nos crimes. A maior parte dela é marcada ou



não? Precisamos desse levantamento, para saber se está vindo da Polícia ou de armas soltas por aí. Se não tiver, é preciso haver esse levantamento, para que se possa mapear e monitorar.

Sou favorável, sou simpática ao debate sobre a marcação da munição. Inclusive, estou com reunião marcada com a Polícia Federal, no Acre — vamos definir uma data. Eu me envolvi e vou continuar me envolvendo nas campanhas de desarmamento no País, nessa questão do Estatuto do Desarmamento. Agora, não podemos punir o pequeno. Quem mora na floresta, precisa da sua arma, precisa de munição para poder sobreviver, para obter a sua alimentação. Inclusive, o Estatuto já garantiu isso: para ele não pode haver as exigências de um cidadão comum, como o Deputado Onyx, que tem dinheiro e pode pagar para ter uma arma. As questões são separadas e diferentes. Aliás, pelo Estatuto, fora os caçadores e o pessoal da Polícia, a pessoa só poderia ter uma arma se comprovar que está sendo ameaçada de alguma forma; senão, isso é facilitação, segundo o Estatuto do Desarmamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Com a palavra o Deputado Alexandre Leite.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Primeiramente, eu gostaria de agradecer aos convidados a presença a esta audiência. Este debate foi acarretado pelo psicopata do Realengo. Acho uma forma incorreta de se iniciar o debate, porque o Realengo é um psicopata. Ele irá cometer o crime com uma arma de fogo, com uma serra elétrica, com uma faca, com uma machadinha ou com qualquer outro instrumento possível. Então, não é bem por aí que se começa este tipo de debate.

Em relação ao plebiscito, o povo já foi consultado, isso é problema superado. Custa dinheiro ao Estado brasileiro fazer um plebiscito. Dinheiro do povo não é capim para ficar sendo ruminado por opinião alheia. Tem que ser uma coisa certa. Como disse o Deputado Delegado Waldir, a arma de fogo dá às pessoas um sentimento apaixonante, talvez falso, de segurança, mas não podemos tirar esse direito das pessoas. Pode ser falso, mas esse é o direito que elas têm. Então, não tenho preocupação de que isso seja levado novamente a plebiscito.

A Dra. Melina falou em tipificar as armas dos bandidos. Tipifico para a senhora: 380, .40, 38. E, outra: arma de bandido é raspada, sem regularização.



Estamos criando um problema para nós mesmo. Estamos regularizando uma coisa que só nós vamos usar. O bandido não tem arma registrada no CR e não paga a documentação necessária. O bandido tem dinheiro, tem fomento do narcotráfico, do tráfico. O que dá dinheiro para o bandido comprar e fornecer armas aos seus protetores na região onde atuam é o tráfico de drogas. E, se ele bem quiser, pega o nome de uma pessoa limpa, faz ela passar por todos os exames necessários, compra a arma regularizada e raspa o número. Para o bandido não é vantagem ter arma regulada. Se ele puder ter, vai raspar a numeração para poder usar. No Estado de São Paulo, recentemente, com os assaltos ocorridos às joalherias dentro de *shoppings*, os policiais civis, ao prenderem os bandidos, foram procurar e perguntar sobre as metralhadoras. O bandido simplesmente disse ao policial: *“Doutor, a arma é terceirizada; eu aluguei”*. Nós estamos criando um problema para nós mesmo.

Eu gostaria de perguntar aos integrantes da Mesa quanto tempo é necessário para se regularizar uma arma de fogo? Em quanto tempo eu consigo tê-la regularmente, nos prazos e trâmites legais dentro do CR?

Alguns colegas falaram em aumentar o preço da arma de fogo. Hoje, só quem tem dinheiro consegue ter arma de fogo — ou a pessoa de classe média alta ou um bandido traficante rico. Pobre não consegue ter arma de fogo.

Vou citar alguns dados que obtive de um clube de tiro de São Paulo. Um certificado de registro do Exército, com despachante, custa 350 reais por ano; um certificado de registro de arma de fogo custa 70 reais — isso de uma arma mais barata; uma guia anual de transporte de arma de fogo custa 100 reais; a inscrição num clube de tiro, 400 reais. A Confederação de Tiro Defensível, anualmente, custa 200 reais. No total, 1.120 reais por ano para ter uma arma barata.

Eu gostaria até que o Dr. Salésio me confirmasse o preço das armas mais baratos vendidos pela CBC. Eu tenho conhecimento, pelo clube de tiro, que uma calibre 12 custa 1.600 reais — é quase o mesmo valor da documentação — ou um 38 de mil reais, ou um seminovo por menos que isso. A documentação já custa, anualmente, 1.120 reais à pessoa que deseja portar arma.

Então, temos que pensar nisso. O bandido não está se preocupando com isso. Não adianta aumentar o preço da arma ou da documentação ou sequer fazer um plebiscito. Se o plebiscito proibir a venda de arma, alguém aqui se ilude e acha



que vai acabar? Alguém acha que as armas vão se extinguir? O que os senhores vão estar fomentando? O que vamos estar fomentando? O mercado negro. É o mercado negro que vai crescer. Uso o exemplo do cigarro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Para concluir, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE LEITE - Estou concluindo, Sr. Presidente.

Muitas pessoas dizem que os cigarros têm de ter os impostos aumentados para ficar mais caros e o consumidor não comprá-los. Consumidor viciado vai comprar do mercado ilegal.

Ao se encarecer as armas de fogo e a munição, vamos fomentar o mercado ilegal. A Dra. Melina citou dados sobre armas registradas. Graças a Deus, elas estão registradas. Agora que há um número, se o Exército quiser saber onde estão essas armas, eles têm um registro. A senhora não consegue obter um dado de arma irregular. Não dá para saber quantas são. Não dá para saber quantas entram pelo Paraguai, pela Colômbia. Entram junto com as drogas. O tráfico é o mesmo e vai continuar existindo. É mais fácil comprar, Dr. Salésio, munição do Paraguai do que do senhor. É muito mais fácil e mais barato.

Então, temos de rever isso. O que estamos criando e o que vamos causar?

É isso o que queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Gostaria que substituíssem a expressão “mercado negro” por “mercado ilegal”. Senão, passa-se a impressão de tudo o que não presta é porque é negro. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Recebido pela Mesa seu requerimento.

Com a palavra o Deputado Hugo Leal.

O SR. DEPUTADO HUGO LEAL - Sr. Presidente, senhores palestrantes, toda vez que um Deputado começa a dizer que vai ser bem rápido, acaba falando bastante. Então, não vou dizer que serei breve, mas que falarei dentro do tempo regulamentar.

Sr. Presidente, esta discussão é sempre importante e produtivo, porque o papel deste Parlamento é exatamente fazer o debate de ideias, de propostas. Tudo



o que aqui foi dito parece ter um foco único. O Estatuto do Desarmamento é de 2003. Salvo engano, foi dito pelo Deputado Onyx que, quando aprovado, já havia a intenção de que o referendo do desarmamento fosse aprovado. Então, o Estatuto foi aprovado em 2003, com foco no desarmamento, e houve o referendo. Ora, primeiro teria de ser feito o referendo e depois o Estatuto. Mas fizemos o inverso. Tudo bem, já está consolidado.

Fizemos o referendo. O referendo disse “não”, e já estávamos com o Estatuto do Desarmamento praticamente pronto. Existiu um hiato que, acho, para o País foi até produtor. Por isso, estamos discutindo aqui; por isso, temos essa dificuldade de entender o que está acontecendo. Nesse caso, o carro veio na frente dos bois — conforme diz o ditado popular.

O que eu percebi dessa manifestação? Hoje, no País, está acontecendo com a questão das armas o que ocorre com outros sistemas. Salvo engano, o Deputado Molon disse que o Ministro esteve aqui e declarou que agora eles vão conseguir criar um Sistema Nacional de Informações Criminais.

Por que chamamos o crime de crime organizado? Porque a segurança pública é desorganizada. Vou citar um dado, que V.Exa. sabe muito bem, Sr. Presidente: sistema de identificação, cada Estado tem um. Eu posso tirar 27 documentos de identidade. Hoje, nem de sistema de identificação — quem dirá o criminal — se fala.

Por que estou trazendo a questão da segurança pública? Porque a segurança pública sempre foi descentralizada. Cada Estado teve seu papel, cada Estado produziu sua Polícia, cada Estado produziu sua segurança, cada Estado produziu sua base de dados. Há 10 ou 15 anos, tenta-se criar um registro único ou uma carteira de identidade única. Apenas agora é que parece que vamos chegar próximo a isso.

O que estamos vendo hoje no sistema de armas é exatamente isso. É essa dificuldade. Não existia sistema nenhum.

O SINARM existe há quanto tempo? Desde 1997, mas ele foi se consolidar mesmo em 2003, depois do Estatuto. Falo isso a despeito de a Deputada Perpétua Almeida dizer que só pode ter arma quem é policial. Eu possuo arma há mais de 26



anos, tenho porte de arma há mais de 19 anos e o sistema passou a ter esse tipo de preocupação muito depois do Estatuto de 2003.

Foi dito aqui, salvo engano pelo Dr. Salésio, que foi aprovado o Estatuto, mas não foram dadas condições orçamentárias à Polícia Federal ou aos órgãos interessados de fazer um sistema. A despeito do que foi falado aqui, tenho que agradecer ao mercado da arma, à CBC, à Taurus, à Rossi, a quem for, que ajudou um Estado a produzir um sistema para o controle, porque senão nem isso teríamos hoje.

É claro que o sistema do Exército e o da Polícia Federal vão se aperfeiçoar, mas não tínhamos. O que está acontecendo hoje é uma deficiência desse sistema que já existia literalmente. Cada Estado resolve o seu problema, e segurança pública não pode ser feita dessa forma.

Aos poucos, de 10 anos para cá, nesse caso especificamente de 5 a 6 anos, a Polícia Federal tem tomado a frente. E tem que ser dessa forma, tem que haver ter um sistema nacional.

Vou fazer a pergunta, para encerrar, Sr. Presidente.

A minha preocupação é sobre como estão convivendo esses sistemas, o SINARM, que hoje é o sistema principal, e, por exemplo, o recolhimento de armas que acontece nos Estados. Porque os Estados continuam tendo o seu departamento — o DFAE no Rio de Janeiro —, continuam fazendo isso. Como está a obrigação da alimentação desse sistema, como estão se falando esses sistemas.

Pelo o que ouvi aqui, salvo engano foi dito pelo representante da indústria de armas, o SINARM vai falar com o SIGMA. Mas vou dar um exemplo de um sistema integrado em nosso País. Não é perfeito, mas diz respeito a um assunto que estou sempre debatendo: veículos.

Hoje, pode-se registrar um veículo no Amazonas ou no Rio Grande do Sul e o sistema é único. Chama-se RENAVAL — Registro Nacional de Veículos Automotores; ou pode-se tirar uma carteira de habilitação em Pernambuco ou em Santa Catarina e o número é único. A isso chama-se sistema.

Então, a pergunta que faço é a seguinte: qual é a maior dificuldade? Qual será, nos próximos anos, o avanço, principalmente nos sistemas estaduais? Como, aos poucos, vai acontecer, Dr. Douglas, a absorção das informações do sistemas



estaduais, principalmente do recolhimento dessas armas? Como o sistema vai ser alimentado? Onde está a obrigatoriedade? Em curto prazo ou em médio prazo, como vai se estabelecer um sistema único? Quando o SINARM será um sistema único a ser obedecido por todos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Com a palavra o Deputado Guilherme Campos.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Sr. Presidente, caros colegas, senhores expositores, agradeço a oportunidade do debate. Mais uma vez, fica uma turma defendendo o porte e outra, contra. Praticamente, vira uma questão ideológica todo o debate.

Repetindo o que sempre falo no meu bordão: não sou policial civil, não sou policial militar, não sou ligado a nenhuma força de segurança; sou um cidadão comum a partir do momento que deixar de ser Deputado Federal. Defendo a liberdade do cidadão de poder se proteger e sempre pautei minha atuação, principalmente nesta Comissão de Segurança, dessa forma.

Agora, em razão dos fatos recentes, esse assunto volta à tona com a possibilidade de um plebiscito — sou totalmente contra; isso já foi definido — e com o questionamento do controle de armas no País.

Nosso controle não é perfeito, não é cem por cento, mas é um controle nota 8, nota 9, é um belo controle, integrado, com todos os órgãos responsáveis fazendo a sua parte.

O grande problema é o ilegal, é o oculto, aquele que vai no subterrâneo. Esse efetivamente é o foco sobre o qual temos de nos pautar e procurar agir nesta Comissão.

Especificamente no tocante à segurança privada houve a formação, na Legislatura passada, de uma Comissão Especial que discutiu a nova legislação para o setor. O parecer está pronto. Acho que tem que ser constituída uma nova comissão para que esse parecer possa ser apreciado e, assim, possamos atacar um ponto que é muito vulnerável, a vigilância particular.

Para encerrar, Sr. Presidente. Minha preocupação é que, infelizmente, não vivemos num mundo em que o Estado é onipresente, onipotente e onisciente. Ele é falível e as pessoas têm que ter o direito a se defender, obedecendo à legislação,



que tem que ser rigorosa, com testes psicotécnicos, testes de habilidade para que alguém possa portar um equipamento como esse com responsabilidade.

Para finalizar: eu nunca dei um tiro nem tenho porte de arma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Muito obrigado, Deputado Guilherme Campos, por prestigiar a reunião desta Comissão de Segurança.

Passo a palavra ao penúltimo inscrito, o Deputado Delegado Protógenes.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Sr. Presidente, colegas Deputados, senhores convidados para este debate sobre o controle de armas. Agradeço a todos a presença e ao público em geral, em especial ao *rapper* Gog, que é da comunidade da periferia de Brasília.

Abro o debate com uma expressão cunhada por ele há pouco. Eu lhe pergunte: *“Gog, qual a tua impressão sobre o controle de armas? Quero saber o que o povo na periferia, mais pobre, pensa sobre esse problema do controle de armas, o problema da violência que cada caso tem que ser focado”*. Ele me deu a seguinte expressão: *“As nossas comunidades, doutor, não têm porto nem aeroporto”*. Vamos mais além, Gog: *“Nenhuma comunidade é fronteira, não tem fronteira seca também”*.

Este debate se forma no paradoxo — eu abro para depois encaminhar a demanda aos convidados que aqui expuseram. A Constituição da República, faço questão de exercitá-la diariamente no Congresso Nacional. Estamos na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, e o tema da segurança é a abertura da Constituição da República. *“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir o Estado democrático”*, e mais à frente vêm alguns princípios que tratam da liberdade, da segurança e do bem-estar, do desenvolvimento, de igualdade, de justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna.

Há um paradoxo na nossa Constituição, o art. 5º, que traz o direito à vida, sem distinção, porque na prática não é bem assim que observamos no dia a dia, porque morrem mais pobres neste País que pessoas mais abastadas, que têm condições de se proteger. As vítimas do sistema são produzidas não só na escola de Realengo, como no nosso dia a dia. Nós, Parlamentares, apesar de estarmos no Parlamento brasileiro, quando saímos daqui somos pessoas que deveriam ter um



certo critério de segurança por sermos legisladores federais; não, somos cidadãos comuns, permeando o estado falimentar em que se encontra a segurança pública no Brasil.

O art. 144 está no Capítulo III, Da Segurança Pública, que faz parte do Título V, Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Esse é o arcabouço constitucional. E no âmbito da segurança pública, elenca o sistema de segurança pública.

Então, não dá para dissociar a segurança do Estado Democrático do Direito do direito à vida; não dá para dissociar o tema segurança pública de órgãos de segurança fortes, como pilares de sustentação do Estado brasileiro. Hoje, esses pilares de sustentação do Estado brasileiro — as polícias brasileiras — não são uma instituição de Estado, mas uma instituição de Governo. Estamos no dia a dia sofrendo as agruras da democracia brasileira ao termos a Polícia Federal com redução do orçamento.

Eu estive, na semana passada, na tríplice fronteira, e um colega da fronteira disse-me o seguinte — a própria Deputada Pérpetua lembrou do problema da fronteira: o controle não só o controle de drogas, mas de armas também, uma vez que essas armas não são produzidas nessas comunidades pobre: *“Protógenes, nós vamos desativar aqui um efetivo de 100 funcionários da Polícia Federal que ajudam no controle de fronteira aqui, em Puerto Iguazú, por falta de verba. Vamos retroceder àquilo que tínhamos há 20 anos.”*

E vou além disso: têm-se o pensamento de fazer uma politização no sistema de segurança pública. Trata-se de uma politização partidária e não uma politização de políticas públicas em favor de dar segurança ao cidadão, aos nossos filhos que vão à escola, que vão ao lazer; a nós que vamos para o trabalho; enfim, àqueles que se dedicam às suas tarefas diárias nas comunidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Conclua, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO PROTÓGENES - Há um paradoxo que acho extremamente preocupante: a politização no sentido de restringir a atividade policial, de ter o controle centralizado, e, assim, restringir a atividade policial até do uso de armamento, com a substituição de armas letais por armas não letais. Será



que hoje temos no Brasil um sistema de segurança que nos permita a esse nível de excelência?

Entendo que a fiscalização da fronteira é prioritária, assim como cumprimento do Estatuto. Acredito que já debatemos exaustivamente isso. Agora, a demanda que eu coloco à Mesa, além desse controle, dessa substituição de armas não letais, da restrição da atividade policial, é se existe dentro do ordenamento do instituto — até sou da paz — como acompanhar um planejamento de segurança pública que atenda ao exercício da cidadania, hoje, sem o uso de armamento pelas polícias dos Estados e sem que haja um controle efetivo dessas armas nas fronteiras do País, nos portos e nos aeroportos?

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Obrigado, Deputado Federal Delegado Protógenes.

Convido para ocupar a presidência, homenageando o autor do requerimento, o Deputado Molon, para que eu possa fazer minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alessandro Molon) - Quero agradecer ao Deputado Francischini, que ora preside os nossos trabalhos, e, ao mesmo tempo, conceder-lhe a palavra, para as suas perguntas e considerações.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Nobres colegas, não vou ser tão direto — como disse o Deputado Hugo Leal — que não use os 5 minutos do tempo necessário, mas minha grande preocupação é: o foco é a arma ou o homicídio? Nós debatemos durante 90% do tempo a questão do controle da arma, mas a nossa preocupação com o controle de arma não é diminuir o homicídio? Ou nossa preocupação é diminuir a quantidade de pessoas armadas? Acho que não! Se vivêssemos em um país em que a arma não estivesse influenciando no homicídio, não estaríamos debatendo esse tema aqui e tantas pessoas importantes da nossa sociedade, independentemente de suas posições ideológicas, políticas e de defesa dos interesses da comunidade, não estariam aqui.

Eu passei por um grande desafio na minha carreira — talvez o desafio que me trouxe até a Câmara dos Deputados. Depois de muitos anos como delegado da Polícia Federal, fui levado para ser Secretário Municipal na Prefeitura de Curitiba pelo atual Governador Beto Richa. Quando fui designado para essa Secretaria —



que posteriormente foi chamada de Secretaria Antidrogas —, nossa preocupação não era droga, mas homicídio. Poucos sabem que Curitiba, incluindo a região metropolitana, conhecida como cidade-modelo, como cidade-referência, com muitos pontos turísticos, está estigmatizada pelo homicídio doloso, cometido por armas de fogo, com grande envolvimento do tráfico de drogas, do *crack*, principalmente. A Região Metropolitana de Curitiba chega a ter 60 homicídios para cada grupo de 100 mil habitantes. Isso é índice de guerra, isso é índice de países envolvidos por guerras civis.

A preocupação nossa foi realmente a de adotar medidas efetivas, o que poderíamos fazer? Sou de um partido de oposição, com muito orgulho, o PSDB, mas gosto muito da posição do Ministro da Justiça no sentido de que o referendo é um absurdo. Como gastar 300 milhões de reais num referendo, se o Ministério da Justiça tem apenas 10 milhões para indenizar quem entregar as armas? Vamos gastar 300 milhões na atividade-meio, para saber se precisa de um referendo, e só dispor de 10 milhões para gastar lá na ponta, a título de indenização! Então, o Ministro da Justiça está certo em defender isso. Acho que a maioria desta Comissão como um todo foi contra o referendo.

Já se sabe o que a população quer: deve-se aumentar o controle, o que já vem sendo feito pela indústria.

Há coisas para serem corrigidas? Sim, as ONGs mostraram isso. A indústria vai se adaptar a esses pontos, como aumentar o controle e o rigor, que eu já vi que é grande hoje em dia.

Mas eu trago uma grande preocupação a todos os senhores, independentemente da minha posição, que é a de defender as pessoas que têm o direito de comprar a sua arma e de mantê-la em casa. Acho que têm o direito de portá-las aqueles com condições psicológicas, que sejam aprovadas em exames de tiro, que apresentem atestados de não terem antecedentes criminais. A arma ilegal, essa, sim, é a minha maior preocupação.

A arma ilegal, como todos bem colocaram, é aquela que vem do tráfico internacional de armas — no Paraguai, principalmente, e na Bolívia —, ou do comércio legal mas que se transformou em comércio ilegal. São vários os crimes ocorridos no País daí decorrentes, nem precisamos citá-los. Um deles foi aquela



tragédia de Realengo. Acredito que nenhuma campanha de desarmamento ia evitar um crime como aquele.

Mas a minha preocupação é a seguinte: em que essa campanha de desarmamento — que eu apoio e, tenho certeza, a maioria dos senhores também apoiam — resultará? Temos de incentivar aquele que não quer mais aquela arma em casa, que deseja entregá-la. O que podemos fazer para tirar a arma ilegal de circulação? Tirar a arma que eu, o Deputado Dutra e a Deputada Perpétua, que somos cidadãos do bem, temos em casa, isso é fácil! Agora, tirar a arma das mãos do bandido para que não assalte ou para que não mantenha o ponto de tráfico, nenhuma campanha de desarmamento vai conseguir, porque não vai sensibilizá-lo. O que podemos fazer — fica aí esse desafio para todos nós — para tirar a arma da mão do bandido? Como tirar a arma daquele que não quer entregá-la? Nem a arma comercializada legalmente, e depois comercializada ilegalmente, a campanha do desarmamento vai conseguir tirar de circulação.

O Júlio Jacobo referiu-se a uma pesquisa, de 2008, mas nós já estamos em 2011. Eu, polemicamente, discuto, não concordo com os resultados, acho que esses números estão defasados; entendo que há subnotificação nos casos de tráfico de drogas influenciando no homicídio. Porque ele diz que 56% dos homicídios resultam da relação de proximidade. Ou seja, é a arma que a pessoa mantém em cima do armário em sua casa, e que, numa situação de briga em bar, após tomar bebida alcoólica, vai à sua casa pegar a arma, retorna ao bar e lá comete o crime. Acho que esse tipo de crime ocorre mais do que os crimes com envolvimento de drogas. Mas considero essa pesquisa muito importante para sabermos onde buscar a saída.

O Presidente da Comissão, o Deputado Mendonça Prado e eu — e a maioria da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado vai nos ajudar nesse sentido — fizemos uma proposta de indicação ao Ministro da Justiça no sentido de que seja baixada uma medida provisória incluindo um artigo a mais no Estatuto do Desarmamento. Esse artigo vai nos ajudar, com certeza, com dois indicadores: primeiro, a subnotificação da entrega de armas apreendidas pela polícia e, segundo, a diminuição da corrupção.

As armas apreendidas pela polícia que não vão para a delegacia são usadas, muitas vezes, como instrumento de corrupção. Isso ocorre porque não há nenhum



tipo de incentivo à atividade policial. Então, o que se está atacando? Eu acho que nós podemos, como a Deputada Perpétua aqui falou, indenizar não só o cidadão de bem que entrega a sua arma, mas indenizar também o policial que fizer a apreensão da arma ilegal da mão do bandido. Praticamente, vamos pagar por produtividade ao policial. Vamos incentivá-lo, e assim o policial não vai tentar revender a arma para aquele que está na corrupção.

A gente não pode agora querer tapar o sol com a peneira nesta Comissão. Há vários policiais que sabem o que acontece nas ruas, e há gente aqui que vive esse problema na periferia. Há muita gente que fica com arma apreendida porque não há incentivo nenhum. E muitos que vivem com esse salário ridículo, pago em alguns Estados, resolvem vender armas a bandidos.

Então, o Ministro da Justiça iria dar um grande passo se ele, complementando a campanha do desarmamento, encaminhasse uma medida provisória para o Congresso Nacional, através da Presidência da República, estendendo a indenização que é paga ao cidadão de bem ao policial, para que, dessa forma, possamos retirar as armas que estão matando.

A última preocupação nossa, Sr. Presidente, para finalizar, é com relação à nossa fronteira. Hoje, em Foz do Iguaçu, o Governador Beto Richa e o Ministro estão lançando os Gabinetes de Gestão Integrada em toda a fronteira do País. Mas para isso dar certo, como vários falaram aqui, não adianta só montarmos uma sala e colocarmos, lá em cima da porta, uma placa com a seguinte inscrição: Gabinete de Gestão Integrada. Ou para, uma vez por mês, a Polícia Militar, a Polícia Civil e alguns integrantes da polícia paraguaia e da polícia argentina atravessarem a fronteira para discutir criminalidade. O Governo brasileiro tem que mexer no orçamento, botar dinheiro público para tecnologia, para melhorar o sistema de controle; tem que dar incentivo às polícias, tem que aprovar as PECs dos policiais e dos guardas municipais, que estão engavetadas há anos. Acho que essa é uma forma de enfrentar com eficiência esse nosso grave problema.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alessandro Molon) - Muito obrigado, Deputado Fernando Francischini, por sua manifestação.

Terminados os debates, passaremos agora às considerações finais.



Início pelo Sr. Douglas Morlan Fullin Saldanha, Diretor do SINARM e Delegado da Polícia Federal.

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Sr. Presidente, só um pedido, que acabei esquecendo.

Eu quero que a Polícia Federal nos informe sobre a estimativa de armas que ela pretende retirar das ruas com essa campanha, e quanto custará essa campanha.

O SR. DOUGLAS MORGAN FULLIN SALDANHA - Com relação à campanha, ainda não fizemos nenhuma estimativa. Temos os dados das últimas campanhas, como já relatei. A média de apreensões — sem que se fizesse nenhuma divulgação — foi de 15 mil a 20 mil armas entregues por ano. Essa é a variação em cada ano. Naquela primeira fase, recolhemos 500 mil armas. Então, como já houve esse primeiro momento, em que, entendemos, ocorreu um enxugamento do excesso de armas em circulação, esse número tende a diminuir com as próximas campanhas. Mas ainda não estamos trabalhando com nenhuma estimativa.

Com relação aos questionamentos que foram colocados pelos Parlamentares, eu vou tentar me circunscrever aqui à atribuição da Polícia Federal e à missão constitucional não só da Polícia, mas especificamente do SINARM, estabelecida na Lei nº 10.826. E tentarei ser o mais breve possível.

Com relação ao questionamento de subnotificação de apreensões — isso está muito relacionado também com outros questionamentos de integração dos sistemas estaduais —, esse não é um problema único do controle de armas, como foi colocado aqui por outros Deputados. É o problema da identificação criminal, é o problema da identificação civil — e nós vivemos numa federação. Então, é muito difícil que consigamos fazer a integração de todos esses sistemas.

Esse problema da subnotificação das apreensões não é novo; já foi identificado na CPI do Tráfico de Armas. Até no anexo do relatório final daquela CPI foi colocada uma minuta de um projeto de lei tentando até criminalizar a conduta do agente público que não fizesse a atualização do sistema, para que pudéssemos ter essa informação disponível. Parece-me que isso não logrou êxito. Iniciativas com relação a esse problema foram identificadas, já foram tomadas, mas até hoje ainda não temos esse sistema de forma integrada. Quando eu falo sistema de forma



integrada, não digo que existam vários sistemas. Na verdade, o sistema de controle de armas é um só: o Sistema Nacional de Armas — SINARM. Há também o sistema do Exército, que controla as armas dos militares e de colecionadores, atiradores e caçadores. E essa é a menor parcela das armas.

O SINARM é um sistema único, mas, na verdade, ele deveria ser alimentado pelo sistema das polícias estaduais, pelos sistemas de controle de procedimentos judiciais, pela Polícia Judiciária — enfim, armas que são apreendidas por várias instituições policiais. E essas informações deveriam ir para a Polícia Federal. Já há uma obrigação no regulamento do Estatuto do Desarmamento, mas, até o momento, como não há também nenhuma sanção, nenhuma penalidade, muitas vezes, essa regra é descumprida.

Fomos questionados também a respeito da dificuldade de posse ou de porte de arma.

Cumprimos o que a lei determina. Naquele primeiro momento, do Estatuto do Desarmamento, foi proposta uma política de banimento das armas para esse *referendum* a respeito do comércio de armas no País. A população decidiu que o comércio deveria se manter, que o cidadão de bem tem a possibilidade de ter uma arma de fogo.

Então a Polícia Federal adota dois critérios diferenciados: um critério para o cidadão poder adquirir uma arma e mantê-la em casa ou em seu local de trabalho, e um critério para que o cidadão possa obter porte de arma, possa conduzir uma arma em local público. Com certeza, o critério para se obter um porte de arma é muito mais restritivo do que aquele para que o cidadão possa ter uma arma na sua residência. Em ambos os casos, ele tem de fazer o teste técnico e o teste psicológico. E acredito que esse é um requisito que ninguém discute, porque é uma segurança para a sociedade. Então esse também é um procedimento que costuma demorar um pouco.

Foi questionado pelo Deputado Alexandre Leite quanto tempo demora um processo de aquisição. Esse processo pode demorar até três meses, dependendo até mesmo da iniciativa do cidadão, porque ele tem de se dirigir a um psicólogo para fazer um exame psicológico, e ele tem de se dirigir a um instrutor de tiro. Então esse



processo pode demorar até três meses. Este é o tempo: em média, de um a três meses para ele ter uma arma legalizada na sua casa.

Bom, o Deputado Valdir também questionou a respeito da falência do Estatuto, que haveria 16 milhões de armas em circulação. A Polícia Federal não trabalha com essa estimativa. Quando comecei a trabalhar nessa área, há 5 anos, especificamente na área de armas, falava-se em 9 milhões de armas em circulação. Há 3 anos, essa estatística aumentou para 12 milhões, e agora se fala em 16 milhões. Mas não sabemos dizer de onde vem esse dado.

O dado que temos é o dado que está no banco de dados oficiais, e nós, a Polícia Federal especificamente, não trabalhamos com esse dado. Entendemos que aquele número de armas que foi tirado de circulação na primeira Campanha de Desarmamento foi um número bem significativo: 500 mil armas. Como a própria Melina disse aqui em relação à dotação das Polícias Militares, foi quase o dobro do número de armas que estão em posse de policiais militares.

Então é um quantitativo muito expressivo, sim. Não considero que o Estatuto é uma falência, até porque houve um recrudescimento da legislação. Antes, tínhamos a Lei das Contravenções Penais que punia a posse de armas com uma pena muito diminuta. Depois tivemos um avanço com a Lei nº 9.437, prevendo-se já também a detenção para esse tipo de crime, culminando com o Estatuto do Desarmamento, que prevê tráfico internacional, comércio ilegal, posse e porte de armas com penas de reclusão, e penas bem pesadas. Naquele primeiro momento, esses até eram crimes inafiançáveis, o que depois posteriormente foi declarado inconstitucional pelo STF.

Mas vemos um movimento legislativo para recrudescer essa legislação e provocar efeitos. Com essa dificuldade hoje, é inegável, até pelo controle que foi introduzido e aplicado pela Polícia Federal, que é muito mais difícil ter um porte de armas. A incidência de portes de arma antes dessa legislação era muito maior. Hoje é muito mais difícil, e somos constantemente criticados por cumprir a lei. Dizem que há muita burocracia para se ter uma arma dentro de casa hoje, que se tem muita dificuldade. Mas, na verdade, nada mais fazemos do que cumprir a lei.

A lei define que o cidadão não tem de ter antecedentes criminais e que ele tem de fazer exames psicológicos e exames técnicos. Acho que esses são critérios



realmente mínimos. Se isso demora ou se isso é burocrático, realmente essa é uma discussão que deve ser discutida para, eventualmente, se alterar a lei. Mas nós cumprimos a lei, e estes são antecedentes mínimos: a pessoa não ter antecedentes, ter condições mentais e ter condições técnicas para não se acidentar com aquela arma. Isso é o que fazemos. Cumprimos o que pode ser colocado como uma burocracia, embora isso possa ser revisto.

Com relação à recarga de munições também só uma informação para corrigir. Foi colocado que as instituições de ensino policiais e também das guardas municipais, acrescento, estão fazendo recarga de munições e que assim poderiam estar desvirtuando da lei. Na verdade, a lei foi alterada posteriormente para permitir que as instituições policiais façam isso, até em função do número de cartões que utilizam para capacitação de seus policiais. Então isso está permitido na lei, isso não é ilegal. E, inclusive, quando o fazem — no caso da Polícia Federal, parece-me que isso não é feito —, quando outras instituições o fazem, comprando os petrechos de recargas da própria CBC, que produz também espoletas e cartuchos, isso pode ser fornecido de forma legal também.

Com relação aos depósitos de armas que foram discutidos por vários Deputado, como fóruns, delegacias e outros institutos de criminalística locais, que podem ter armas e podem ser uma fonte de acesso fácil de armas para criminosos. Na verdade, as armas são um bem diferenciado. Hoje o cidadão tem um veículo e tem medo que seu veículo seja furtado. Então ele coloca travas, alarmes seguros, bloqueios diversos para proteger esse patrimônio. A arma de fogo, pelo perigo que já está intrínseco, é a natureza desse objeto, e ela tem de ser merecedora dessa mesma proteção. Então ela tem de estar bem acondicionada, tem de haver as cautelas devidas para que esse material não seja desviado, tanto na casa do cidadão como em órgãos oficiais.

Nesse sentido, nosso instituto de criminalística — isso até pode ser discutido posteriormente — tem uma proposta muito interessante para esses grandes depósitos de armas: que esses arsenais que estão em institutos de criminalística, fóruns e outros locais, que todas essas armas possam ser parcialmente inutilizadas, preservando-se somente o cano e o percussor, no intuito de que seja possível fazer



uma perícia posterior, mas que se inviabilize ou se retire o interesse de qualquer criminoso de assaltar aquele arsenal para retirar aquelas armas dali.

Então há possibilidade técnica de se inutilizar parcialmente essa arma de forma que ela não possa ser utilizada por um criminoso, mas de forma que um perito com equipamento adequado possa reproduzir uma perícia naquele armamento. Isso é possível e isso pode ser discutido. São soluções.

Com relação a estatísticas de violência, na verdade, acho que até não sou a pessoa mais adequada para falar sobre isso, porque me parece que essa é uma competência da SENASP, da Secretária Nacional, que infelizmente não pôde comparecer, que trabalha com essas estatísticas.

A Polícia Federal se baseia nas estatísticas governamentais que são reproduzidas em alguns institutos reconhecidos como o IPEA — viemos acompanhando a pesquisa do Daniel Cerqueira —, e nos mapas de violência que são feitos pelo Instituto Sangari. Como são dados retirados do Sistema do Datasus, também costumamos acompanhar essas pesquisas. Então não temos nenhum juízo de mérito sobre essas estatísticas de violência.

As armas furtadas também foram questionadas pelo Deputado Domingos Dutra. Temos uma média de 12 mil armas furtadas que constam no SINARM. Infelizmente, é de nosso conhecimento que esse número não reflete a realidade, tendo em vista o problema que já discutimos das subnotificações. Então o número de armas furtadas é muito maior do que esse; só que o SINARM não reflete esse dado por conta da subnotificação.

O Deputado Pastor Eurico também questionou a respeito de todas as armas que estão em circulação ou que estão em posse do cidadão, se todas elas são legais. Infelizmente isso não podemos afirmar, até porque, na época que o SINARM veio para a Polícia Federal, alguns bancos de dados estaduais foram migrados para a Polícia Federal, e nem todas essas armas foram cadastradas nesses prazos sucessivos que foram concedidos pela legislação. Então o número final que conseguimos alcançar foi de um 1 milhão 840 mil. Esse número está sendo atualizado, tendo em vista alguns procedimentos que já estão em andamento, mas já diz bem a realidade das armas que estão legais em circulação.



Foi questionado a respeito também armas pelos Correios. Esse é um problema que foi colocado aqui e que pode ser discutido. A legislação que permite o transporte de armas pelo correio é definida pelo Exército. Essa legislação foi restrita no ano passado, permitindo-se que armas possam ir do fabricante para o comerciante pelos Correios em determinadas situações. Essa é uma questão que pode ser rediscutida, revista, até junto ao Comando do Exército, para se saber se isso é realmente conveniente ou não.

Bom, o Deputado Nelson Marchezan Junior fez diversas colocações. A algumas delas já respondi, e uma delas é com relação à segurança privada. Foi dito aqui e quero fazer justiça à segurança privada, hoje é controlada de forma centralizada pela Polícia Federal, que não reflete a realidade. Na verdade, hoje a segurança privada é muito bem controlada pela Polícia Federal, não é o setor específico que trabalho, mas estamos trabalhando sempre em conjunto. E não há bancos de dados separados, como foi colocado aqui pela Melina do Instituto Sou da Paz.

O banco de dados de armas que a segurança privada utiliza não tem um banco separado; é o mesmo banco de dados do SINARM. Na verdade, ele controla os vigilantes e os postos de trabalho; e o banco das armas é o banco do próprio SINARM.

Ao longo do tempo, algumas empresas de segurança tinham uma resistência de fazer o cadastramento de suas armas exatamente em função dos prazos sucessivos que foram concedidos e do custo que isso implicava. Em 2009, os prazos não foram mais prorrogados, e essas empresas tiveram de efetivamente fazer o seu cadastramento. Então agora todas essas empresas estão sendo legalizadas, e algumas entraram na Justiça contra essa exigência do Estatuto. Então temos algumas empresas que ainda não se adequaram aos ditames do Estatuto, e há processos em andamento. Mas toda arma que está na segurança privada é controlada.

Havia, antes da edição do Estatuto, uma informação de que muitas das armas que estariam na criminalidade seriam oriundas de empresas de segurança privada. Isso foi identificado, tanto que no art. 13 do Estatuto do Desarmamento há criminalização dessa conduta. O diretor ou sócio de empresa de segurança privada



que, em 24 ou 48 horas, não comunique à Polícia Federal e à Polícia Civil do desvio daquela arma, pode responder por um crime. Então isso já foi identificado já no Estatuto, e há essa previsão legal.

Foi muito comentada aqui a questão do comércio. Esclareço que a Polícia Federal não fiscaliza o comércio. O fabricante e o comerciante são fiscalizados pelo Comando do Exército. A partir do momento em que o cidadão adquire aquelas armas, então a Polícia Federal passa a controlar. Então a Polícia Federal não tem nenhuma atribuição de controlar nem a fabricação nem o comércio. A partir do momento em que a arma sai do comércio, daí a Polícia Federal controla.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alessandro Molon) - Para concluir, nosso convidado, Delegado Douglas.

O SR. DOUGLAS MORGAN FULLIN SALDANHA - Basicamente, essas são minhas colocações.

Só uma última questão que foi muito colocada por vários Deputados, pelo Deputado Protógenes e por outros: a questões do controle nas fronteiras. Asseveramos também que o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Polícia Federal é um trabalho profícuo, tanto que alguns dos fatos que vou colocar aqui V.Exas. vão perceber que vêm ocorrendo mesmo.

Algumas das dificuldades, primeiro. Temos uma ausência de harmonia legislativa nos países da América do Sul. Costumamos falar, em alguns encontros internacionais, que estamos sempre em parceria com instituições de outros países para tentar fazer esse combate em conjunto. Há uma ausência de harmonia legislativa. Então não adianta o Brasil ter essa legislação totalmente restritiva, se, num país vizinho, há uma legislação muito mais flexível. Então fica aquela porta aberta para que tenhamos de fazer esse combate. E nós temos uma extensa fronteira.

Lembro até de um ex-diretor-geral nosso que disse que nem se todos os policiais se dessem as mãos na fronteira conseguiríamos cobrir toda a fronteira. Então é um trabalho realmente muito árduo.

Temos essa dispersão das informações sobre armas apreendidas, o que dificulta muito o rastreamento das armas. Temos um controle, às vezes deficitário,



por diversos órgãos governamentais; e há insuficiência de equipamentos em alguns locais.

Controle de fronteiras. O efeito das operações que a Polícia Federal vem desenvolvendo e até de um trabalho em conjunto com polícias de outros países.

Vemos que, nas operações, há uma escassez de armamento ilegal, o que ocasionou aumento nos preços. Então, se pegarmos as estatísticas que vimos acompanhando, um fuzil que era adquirido há anos por 5 mil reais, hoje ele chega a custar de 30 a 40 mil reais. Isso em função da escassez. A repressão aumentou, há menos armamento disponível no mercado, e esse preço veio a aumentar.

Predominância de armas usadas.

A maioria das armas que se encontram nessas operações, até atravessando fronteira, são armas usadas. Isso porque há um movimento internacional de coibir o tráfico internacional. Há tratados internacionais, tratados regionais que estão coibindo o tráfico internacional. Muitas vezes, encontram-se armas da Segunda Guerra. Infelizmente, um armamento bem tratado consegue estar em funcionamento por mais de 50 anos.

Outro fato que também é incontestável e incontestável são os ataques e desvios de arsenais públicos, pela dificuldade de se trazer esse armamento de fora do País. Então muito se fala de fronteira, nessa questão de se estigmatizar a fronteira, que a arma é trazida de fora e vai parar em grandes centros urbanos. Mas por que estão roubando armas em quartéis do Exército, estão atacando arsenais em fóruns e delegacias? Porque há dificuldade de se trazer armamento de fora. Não está fácil como se coloca. Então, muitas vezes, a solução da criminalidade está em pegar a arma onde ela está, aqui dentro do País, e não trazer essa arma de fora. Até mesmo pela questão de custo/benefício: se eu fosse da criminalidade, eu não iria entrar em um quartel do Exército para tirar uma arma; seria mais fácil trazer da fronteira. Mas, não. Estão buscando os arsenais públicos porque a dificuldade está muito grande.

Está havendo até mesmo uma grande mudança na atuação das organizações criminosas. Dificilmente encontra-se um grupo organizado que se dedica ao tráfico de armas. Muitas vezes, é um grupo que se dedica ao tráfico de drogas, ou a outro tipo de contrabando, com outro tipo de criminalidade. Como ali ele é um



transportador, como ele é um mero transportador, daí ele transporta qualquer tipo de mercadoria. Então, se houver oportunidade, ele traz também armas para subsidiar essas outras atividades.

Eram essas as colocações que queria fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradecemos ao Delegado da Polícia Federal, Dr. Douglas Morgan Fullin Saldanha. Com certeza, S.Sa. muito contribuiu com esta audiência pública.

Passo a palavra ao Sr. Bené Barbosa, para responder aos quesitos da Comissão.

O SR. BENÉ BARBOSA - Eu vou me ater exatamente aos comentários feitos pelos Deputados, porque, se formos tentar rebater ou contestar outras informações que estão sendo colocadas aqui, acabaremos o debate só no ano que vem ou um pouco depois! (*Risos.*)

O que mais me espantou hoje, e nesse caso o espanto foi negativo, é que viemos até aqui falar em controle, em fiscalização, em melhora ou definição desses controles; mas o que eu vi mais sendo discutido já foi referendado e decidido em 2005: o cidadão brasileiro, apto para isso, tem o direito de ter uma arma de fogo em sua casa. Esse é um direito indiscutível. Se é ruim, se é bom, se é perigoso ou não, se defende ou não o cidadão, isso já foi discutido à exaustão, em 2005. Aliás, isso vem sendo discutido desde, pelo menos, 1995. A população decidiu, e essa decisão precisa ser respeitada.

A segunda questão mais comentada hoje pelos Deputados diz respeito a armas roubadas. A arma utilizada em Realengo foi um dia roubada. É verdade. Ela foi roubada. Isso quer dizer que, lá atrás, o Estado falhou em proteger aquele cidadão que teve sua arma roubada. E falhou de novo ao não proteger as crianças que foram mortas por essa arma; falhou quando, mesmo com o boletim de ocorrência de furto ou roubo, não recuperou essa arma da mão da criminalidade. E a arma continuou circulando. Ou seja, batemos exatamente no que ouvimos hoje aqui: precisamos começar a falar não em arma legal ou ilegal, porque o principal problema é o cidadão ser legal ou ilegal. O problema hoje não é a violência em si; é a criminalidade e, junto com ela, a impunidade que ainda impera no Brasil.



O milagre de São Paulo foi simplesmente começar, principalmente com o objetivo de redução de homicídios, a melhor equipar as polícias, a melhorar o salário dos policiais e, principalmente, a investir muito nas delegacias de homicídios de São Paulo, que pulou de uma taxa de 10% de resolução de homicídios para 47%, nesses últimos 10 anos, chegando a ter na capital quase 70% de resolução dos homicídios. Por isso o número de homicídios caiu.

Bruno Paes Manso, em seu livro chamado *O Homem X*, descreve exatamente quem mata e quem morre nas periferias, nesse caso de São Paulo. E são matadores contumazes, sim. Essa ideia de que o que mata no Brasil é briga de trânsito, é briga de bar, é briga de vizinhos não é verdadeira. O Brasil não é um país de assassinos. O Brasil é hoje um país de vítimas. E quando se começa a tirar esses criminosos das ruas, obviamente obtém-se queda na criminalidade. Coisa que vem sendo feita há 10 anos nos Estados Unidos.

Retornando a São Paulo, aquele Estado tem hoje a maior taxa de encarceramento do Brasil. E continuo dizendo que é o Estado que mais prendeu e condenou criminosos, principalmente os perigosos, violentos.

Os Estados Unidos têm hoje uma taxa de 5 homicídios por cada 100 mil habitantes apenas. Aquele dado apresentado pelo IPEA está desatualizado, porque aparece com quase 12. São 5. Basta procurar as estatísticas do Governo dos Estados Unidos. E existem hoje na mão daquela população simplesmente 270 milhões de armas de fogo. Como foi dito pelo delegado, no Brasil o número de armas registradas não chega a 2 milhões; obviamente, há um monte de armas ilegais.

A respeito de a arma ser contrabandeada, de calibre restrito, importada, exportada, produzida ou não no Brasil, o que precisamos entender é que o crime, principalmente o crime organizado, se modifica com o tempo. Ele busca se atualizar, inclusive em relação ao armamento. Então, quando nas décadas de 1970, 80 e 90 o 38 e a 765 satisfaziam os criminosos, hoje isso não acontece. Eles começam a substituir o armamento por um mais moderno, mais eficaz e, principalmente, com mais poder de fogo. E aquele armamento, para ele obsoleto, começa a ganhar as ruas nas mãos dos pequenos criminosos.



Com relação a arma roubada, volto a insistir que estão jogando a culpa da insegurança, a incapacidade e a inépcia de combater a criminalidade nas costas do cidadão honesto que foi vítima. Por exemplo, alguém aqui acredita que um assaltante que rouba um caixa eletrônico vai usar o dinheiro numa instituição de caridade? Não, ele vai financiar outros crimes. Aquele que rouba um relógio também vai financiar outros crimes. Quem rouba celular, manda-o para dentro da penitenciária, para comando do crime aqui fora. No fundo, no fundo, a culpa é daquele que é roubado. Então, ele é vítima duas vezes.

Precisamos mudar o foco dessa discussão.

Voltando ao referendo, eu sou absolutamente contrário a ele. O povo votou, e foi inequívoca a votação. Não votou errado coisa alguma, não votou equivocadamente coisa alguma; porque sabia muito bem o que estava votando: o direito de ter uma arma.

O Movimento Viva Brasil não diz que você tem que ter uma arma, não sugere que você compre uma arma. Muito pelo contrário, o que defendemos é a opção que tem o cidadão e lhe é garantida.

Como eu disse, não podemos travestir fiscalização, controle e mais restrições para proibir o que o referendo não proibiu, porque é isso o que está sendo proposto em muitas falas que ouvi aqui hoje.

Sobre o referendo, além de tudo isso, além de ser um golpe à democracia, é abrir precedente muito perigoso de começarmos a contestar quanto realmente vale o voto popular, quanto realmente vale uma eleição. Será que ela só vale quando eu ganho? Quando eu perco, ela tem de ser feita novamente, *à la* Hugo Chávez?! Vai se fazendo referendo até obter uma decisão que agrade?! Isso é perigoso. Se se faz isso com o referendo hoje, diz-se que a população votou errado; e amanhã pode-se fazer isso com uma eleição para Presidente da República e dizer: já que a população votou errado, vamos contestar isso, vamos fazer de novo.

Então, acima de tudo, a democracia precisa ser respeitada.

Gostaria de corrigir uma questão: o valor do referendo. Se levarmos em consideração a eleição majoritária de 2010, teremos um custo direto de 450 milhões mais 850 milhões em isenção fiscal. Quer dizer, passaremos de 1 bilhão de reais para realizar novo referendo a esta altura do campeonato. Enquanto isso, vemos a



Polícia Federal sem verba até para fazer decolar aquele avião não tripulado. Ele foi comprado, mas ainda não saiu do chão por não se ter dinheiro para comprar gasolina. Tudo isso precisa ser visto com muito cuidado.

Eu não vou me estender mais. Como disse, se ficarmos contestando um ao outro, passaremos a semana inteira. O que peço a todos que estão nos ouvindo é para não acreditar em mim ou em outro; procurem mais informações. O que repassamos aqui é apenas a ponta do *iceberg*. Há muito mais por detrás disso, há muito mais a ser discutido, há muito mais a ser estudado, há muitos outros exemplos. Tem que haver um aprofundamento para não tomarmos decisões erradas, que, no futuro, vão refletir negativamente na segurança pública. E não há fórmula mágica para melhorá-la. O trabalho tem de ser constante, diurno e de combate à criminalidade. Enquanto isso não for foco no Brasil, não conseguiremos melhorar esta questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradecemos ao Dr. Bené Barbosa e ao Movimento Viva Brasil pela colaboração com as suas palavras, com as suas colocações nesta audiência pública.

Passo agora a palavra ao Sr. Antônio Rangel Bandeira.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - Muito obrigado. Vou responder muito rapidamente, porque são muitos os oradores, e para não deixar sem resposta o que me pareceu mais relevante. Mas o tempo é pequeno.

Primeiro, apoio a proposta do Deputado Alessandro Molon de convocar, no Exército, o Departamento de Fiscalização de Produtos Controlados — a maior autoridade de controle de armas no Brasil é o Exército, parceiro nosso nas campanhas de desarmamento —, inclusive para que ouçamos as dificuldades que o Exército tem para fiscalizar, porque quem fiscaliza a loja é o Exército. Quem fiscaliza transporte também deveria ser o Exército, e são as próprias empresas que se autofiscalizam.

Então, há muitas funções, que vêm da época da ditadura militar, que o Exército ainda assume. Para sabermos das dificuldades deles em cumprir a lei, o Estatuto do Desarmamento exigiu a integração dos bancos de dados das Forças Armadas e da Polícia Federal. Agora, 8 anos depois, começa a haver conversa,



porque antes os militares se recusavam a fornecer informações sobre as armas privadas dos militares, dos policiais, caçadores e atiradores. O próprio Exército havia averiguado em investigações anteriores que boa parte é desviada para a criminalidade.

Respondendo às indagações do ilustre representante da Companhia Brasileira de Cartuchos, sou um otimista; se assim não fosse, não estaria aqui há 13 anos lutando para diminuir a violência no País, dando o melhor de mim, que é pouco. Antes, fui instrutor de tiro, inclusive no Exército. Mudei porque pesquisei, porque me dediquei à questão da violência no meu País. Quero acreditar que a CBC vai mudar de comportamento porque o passado da CBC, infelizmente, não é de transparência e de sinceridade. Falo isso, mas não gosto nada de criticar. Não sou político. Eu quero elogiar, mas votamos o Estatuto do Desarmamento aqui nesta Casa principalmente porque mesmo Senadores e Deputados que apoiavam as armas ficaram indignados com a CBC.

Um dos diretores da CBC declarou publicamente... Estava nos jornais. Ele citou inclusive que marcar munição era antieconômico e praticamente impossível, principalmente munição pequena. Pois um velho funcionário da CBC, já aposentado, ficou tão indignado ao ouvir isso, que me procurou e me deu 5 cartuchos marcados pela CBC, quando era uma pequena fábrica em 1954; tudo marcado e vendido para o Exército, para a Marinha, e tudo mais.

Então, o jornalista Elio Gaspari botou a fotografia e disse: que escândalo! a CBC mentindo... Foi uma indignação pela manipulação da informação. Isso fez com que houvesse unanimidade na votação do Estatuto, porque, infelizmente, naquela época — provavelmente, o senhor nem fosse da CBC ainda —, a CBC faltou com a verdade e manipulou informações.

O senhor me pede exemplos de que as lojas não cumprem a lei. Bem, vou ficar com o que é mais oficial: a CPI das Armas, que fez um excelente trabalho nesta Casa, e com a qual nós colaboramos. Ela trouxe para depor aqui um xará meu, Antônio, que tinha sido condecorado pela indústria de armas brasileiras e pela Associação de Comerciantes de Armas como o campeão de vendas de armas no Brasil. Ele citou isso aqui com o maior orgulho. Ele veio algemado à CPI porque a



loja dele em Pernambuco, *O Rei das Armas*, comprovou-se ser a vendedora e distribuidora de armas para todo o crime organizado do Nordeste.

Então, isso é oficial. Também oficial foi a constatação das investigações da Polícia Federal e as nossas do Viva Rio para a CPI, que confirmaram o nome de 8 lojas no Rio de Janeiro. Estão lá. Elas foram responsáveis por 68% do desvio de armas ilegais no Rio de Janeiro — 7 estão na Via Dutra, não por acaso próximas ao narcotráfico, no Rio de Janeiro. Está tudo lá. As lojas foram acusadas de comprarem da indústria brasileira; e daí as armas foram parar na criminalidade. Nunca foi investigado.

Vou ficar apenas com esses relatos oficiais. A leitura da CPI das Armas pelos Srs. Deputados é fundamental. É o melhor diagnóstico da situação das armas ilegais no Brasil. Lá estão todos os furos desse queijo suíço por onde as armas saem do mercado legal e vão parar no mercado ilegal. Todas as armas ilegais eram legais. Toda a questão — repete-se aqui o que chamamos de doutrina Bush sobre armas boas e armas más — é que todas as armas más eram boas antes.

No Brasil, menos de 1% das armas é de manufatura caseira. Todas as demais são legalmente produzidas. Não quer se dificultar a fiscalização do comércio legal, porque na medida em que ele é fiscalizado a arma não vai para o mercado ilegal.

Enfim, o ilustre representante da CBC menciona o nome fantasia de exportação da Magtech. Conheço-a intimamente porque a situação no Brasil era de tal ordem catastrófica do ponto de vista de violência em 2000, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso nos mandou, integrando uma comissão do Governo brasileiro, ao Paraguai — e estivemos até com o Presidente do Paraguai — para investigar a fronteira com o Paraguai. Todas as lojas de fronteira do Paraguai estavam abarrotadas de Magtech.

Vocês exportavam essa munição para o Paraguai, e essa munição era revendida para os narcotraficantes do Brasil, a tal ponto que o então Ministro da Justiça, Nelson Jobim, hoje Ministro da Defesa, pediu ao Departamento de Estado Americano que proibisse a exportação de munições para o Paraguai. O Governo americano proibiu. Mas os senhores continuaram a vender munição para lá, sabendo que a munição ia para lá e voltava para o crime organizado no Brasil.



Então, o que falta é sensibilidade social por parte desse fabricante. Não podem pensar apenas na ganância; têm que pensar na segurança do povo brasileiro. Quero realmente acreditar nas suas palavras e quero ser chamado por vocês, como sou chamado para a Noruega. Estou indo agora para a Noruega para me reunir num seminário com um dos maiores fabricantes de munição no mundo, que são os noruegueses. Lá eu dialogo com os fabricantes de munição porque eles estão empenhados em dar mais segurança à sua munição, que é exportada para todo o mundo, para que não haja esse clima de antagonismo.

Eu quero sentar e trabalhar com vocês. Vocês têm direito de ter os seus fantásticos lucros, de vender munição. Mas vocês são, pela Constituição, obrigados a ter responsabilidade social. O seu produto não pode ir para a mão dos bandidos, para matar brasileiros. Tem que haver fiscalização. A ganância tem que ter limites.

Então, vamos sentar fraternalmente e discutir seriamente de maneira que os senhores tenham o seu lucro devido, mas não às custas da vida dos brasileiros. Desculpe-me a emoção, mas eu convivo com vítimas de armas todos os dias. Aqui, até pego uma sugestão de um Deputado — perdão, mas não conheço ainda os novos Deputados —, propondo que fosse taxada a venda de armas em favor das vítimas.

Entreguei ao Ministro da Justiça o que a Argentina está fazendo. Toda a arma lá que está sendo levada para os fornos das siderúrgicas, todo esse aço que se produz, reverte-se em dinheiro para as vítimas de armas nos hospitais públicos argentinos. Por que não fazer isso aqui também? — já que as armas produzem essa maravilha que é essa mortandade, que faz do Brasil campeão mundial em homicídios por armas de fogo.

Não tenho orgulho nenhum disso. Nenhum.

Concluindo, estou falando mais exaltado, mas não estou falando mais do que os outros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Com certeza, não.

O SR. ANTÔNIO RANGEL BANDEIRA - O Deputado Lorenzoni não está aqui, apenas digo que o discurso do Onyx é sempre sobre um caso, só que nos jornais existem mil casos diferentes. Ora, não se faz política pública assim. Se há um rio poluído levando enfermidade para a maioria daquele bairro, não me interessa



pegar o caso de uma família que não está contaminada. Ele não trabalha com estatística e com pesquisa; mas ele conta dramaticamente, com muita eloquência, e emociona a todos. São casos, como de alguém que se livrou de ser morto porque usou a arma. Claro que isso existe. Agora, isso é excepcional. Basta ver as estatísticas oficiais.

Ele mencionou a Colômbia. Mencionou as várias razões que diminuíram a criminalidade. Deve ter se esquecido — é claro que foi um esquecimento — que uma das razões maiores da redução de homicídios na Colômbia foram campanhas de desarmamento voluntário frequentes.

Vivo sendo chamado na Colômbia. Trouxemos eles aqui em outubro. Bogotá tem todos os anos campanha de desarmamento, controle sobre as armas dos policiais e sobre as armas dos cidadãos. Um controle muito mais restrito do que o nosso. Por acaso, ele esqueceu de mencionar o controle de armas no "milagre colombiano".

Para concluir, apenas uma resposta. Acho que a pergunta é de um Deputado de São Paulo. É sobre as armas que vêm pelos Correios.

O Viva Rio levantou 3 mil armas americanas apreendidas com bandidos no Rio de Janeiro, e isso foi entregue ao FBI norte-americano, que apurou e conseguiu rastrear 800 dessas armas. A grande maioria, primeiro, eram fuzis da primeira guerra contra o Iraque. Segundo, a maioria tinha sido vendida na Flórida; e, terceiro, para imigrantes brasileiros. Eles os compraram nas lojas da Flórida, que é um paraíso de venda de armas, e esses fuzis vieram para o Rio de Janeiro. Como vieram de Miami para o Rio, ninguém investigou, não houve rastreamento. Onde está nossa polícia? — não é verdade?

Então, a questão dos Correios é a seguinte. Está aqui a revista *Época* desta semana, que traz duas informações que só confirmam o que já sabíamos por pesquisa: o cidadão comprou um 38 na Internet em 24 horas. Querem comprar arma barata? Vão à Internet. Há falta de fiscalização.

Segundo, a arma, quando vai pelos Correios, é coberta por uma cobertura de chumbo, que não passa nos Raios X; ou, o que é mais frequente, e isto não é mencionado aqui, eles compram a arma no exterior pelos Correios e a arma vem aos pedaços, em partes. Assim passa cano, etc.



Quando o PCC tomou São Paulo, comprovou-se que eles tinham recebido armas pelos Correios dentro da penitenciária. Quer dizer: com uma total cumplicidade por parte das autoridades carcerárias.

E, por último, para não me alongar, sobre a afirmação de que o Estatuto faliu, pergunto: como faliu? Dez por cento dele foi aplicado, e baixou em 11% o número de homicídios. A falência é a aplicação do Estatuto. Como acusar uma lei de falência se ela continua no papel? E o que dela foi aplicado deu benefício.

Ele, o Estatuto, foi considerado inconstitucional por um delegado de polícia, muito ligado à indústria de armas no Rio de Janeiro, e isso foi para o Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal fez uma grande avaliação e concluiu várias coisas: primeiro, que os únicos países no mundo em que o cidadão tem direito a arma de fogo são os Estados Unidos e o México; em todos os demais o cidadão não tem direito a ter arma. Ele pode comprar uma arma se a lei assim o permitir, por concessão do Estado. O direito é do Estado, que tem o monopólio sobre as armas, porque essa é uma definição de democracia. Na democracia quem tem o monopólio da violência é o Estado.

Segundo, o STF avaliou e concluiu que todos os estudos sérios, não os pagos pela National Rifle Association, que inclusive financia aqui dentro do Brasil, demonstram que o cidadão tem direito de fazer o que quiser da sua vida, como andar com o carro a 300km por hora, ter uma arma em casa, etc.; mas todos os estudos indicavam que uma arma dentro de casa aumenta a insegurança dessa família por “n” razões que não vou reportar aqui. A conclusão foi que a arma representa muito mais um risco para quem a tem e para sua família do que uma segurança. Essa foi a primeira conclusão do Supremo Tribunal Federal do Brasil.

Segundo, o direito que é garantido é o direito à vida. E as pesquisas demonstram que arma coloca em risco a vida.

Vejam como não somos um país tão avançado assim. Por exemplo, na Nova Zelândia, para um homem comprar uma arma — arma é uma bobagem de homem, na nossa cultura —, ele precisa ter autorização da família, porque ele pode colocá-la em risco. No Canadá, se o homem tem alguma acusação de violência, não pode comprar arma. Enfim, a ideia é o direito à vida e não à arma.



A pesquisa comprova que a arma é muito mais um risco do que uma proteção.

Com isso, eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradecemos ao Sr. Antonio Rangel Bandeira.

Esta é uma Casa democrática. Respeitamos todas as posições. Por isso mesmo o senhor foi convidado a estar aqui. Respeitamos a sua posição e lhe agradecemos por contribuir para este debate democrático.

Convido a fazer uso da palavra agora o Sr. Almir de Oliveira Júnior, pesquisador do IPEA.

O SR. ALMIR DE OLIVEIRA JÚNIOR - Eu vou responder algumas questões aqui apresentadas e sobre as quais tenho conhecimento.

Primeiro, foram levantadas dúvidas sobre as estatísticas. Não vejo confusão em relação a elas. Agora, as estatísticas têm que ser interpretadas. Nesse caso, realmente sempre haverá controvérsias.

Quero deixar claro que não basta nos remetermos a São Paulo para dizer que há correlação entre a vigência do Estatuto do Desarmamento e o efeito na taxa de homicídios. Podemos falar em termos de Brasil. O que está em jogo não é só a diminuição dos números das taxas. Em termos de Brasil, desde a década de 80, acentuando-se na de 90 e início da seguinte, houve aumento nas taxas de homicídios. E essa tendência de aumento teve uma inflexão a partir da metade da década passada, coincidindo com a implementação do Estatuto do Desarmamento. Houve, então, uma inflexão. Ela deixou de subir, quando considerado o Brasil.

Não houve queda apenas em São Paulo. Isso ocorreu também em outros Estados. Agora, São Paulo é muito citado porque é aquele caso que, para os estudiosos, chama a atenção: lá, onde a criminalidade é muito forte, a taxa caiu mais. É como em Bogotá, chama a atenção. Quer se saber o que foi feito para diminuir os números.

É claro que não foi só a campanha do desarmamento. Não estamos fazendo confusão. Mas a proposta de debate para a reunião de hoje era o controle de armas, a tentativa de se discutir se o controle de armas tem algum efeito sobre as taxas de violência. É evidente que podemos discutir vários fatores em outras reuniões, como



a atuação das polícias. Muitos alegaram que há outros fatores. Mas hoje a tentativa foi ver se existe alguma relação entre o comércio, a circulação e a disponibilidade de armas e as taxas de violência, principalmente de homicídios. E as estatísticas indicam que há essa correlação.

Vamos considerar agora o plano internacional. Os Estados Unidos não podem ser comparados com o Brasil nem com a Colômbia, por conta da diferença de patamar socioeconômico. Vamos então comparar os Estados Unidos com países que têm a mesma classificação. Nos Estados Unidos há muitas armas e a mais alta taxa de homicídios entre os países desenvolvidos. Então, vê-se esta correlação: disponibilidade de armas e alta taxa de homicídios. Essa correlação existe, apesar de a disponibilidade de armas não ser o único fator explicativo da violência, claro.

Custo da violência. No *site* do IPEA — www.ipea.gov.br —, estão disponíveis vários estudos, principalmente na forma de TDs, Textos para Discussão. Há mecanismos de busca. Por exemplo, digita-se a palavra “homicídio”, e aparecerão estudos sobre o assunto. O IPEA realizou alguns estudos sobre os custos da violência.

Inclusive, falou-se em realizar uma comparação com a arrecadação. Independente disso, quero dizer que esses estudos estão disponíveis. Agora, os números variam muito. Alguns estudos sobre custo da violência o estimam em 2,5% do PIB anual; outros, em 5%. Por quê? São muitas as variáveis, depende da metodologia, do que é levado em consideração. Alguns consideram aspectos mais amplos. A criminalidade vai ter efeito sobre o sistema de saúde, com demanda muito cara para os planos de atendimento. Cito o caso das pessoas que foram baleadas. Haverá também efeito para a família, pois renda deixará de ser auferida pela pessoa que foi assassinada ou teve de sair do mercado de trabalho. Alguns estudos levam em consideração até o seguro. Por exemplo, roubo de carga é um tipo de crime associado ao uso de arma de fogo. Se há aumento desse tipo de crime, tem que se gastar mais com seguro. Então, as estimativas a respeito de todos esses aspectos chegam a 5% do PIB. É uma criminalidade que está associada, em grande parte, à disponibilidade de arma de fogo. Mais uma vez digo que não é esse o único fator explicativo.



Polícia *versus* controle da criminalidade. Já foi dito várias vezes que a questão é salário, etc. Há algo importante a se dizer em relação a isso. Não há associação direta entre investimento, orçamento para os órgãos de repressão, no caso a polícia, e diminuição das taxas de criminalidade ou mesmo da efetividade quanto ao sentimento de segurança da população.

Vou citar o exemplo do Distrito Federal, onde há o maior investimento *per capita* na área de segurança pública, até porque recebe todo um aporte de recursos da União. É a polícia, de longe, mais bem remunerada do País. No entanto, a taxa de homicídios não é baixa e não há um sentimento de segurança da população. Então, não há relação direta com o aumento de investimentos e do número de policiais nas ruas.

Remuneração *versus* resultados. Também não há. Existe estudo do IPEA relativamente ao assunto. No último comunicado sobre o Sistema de Indicadores de Percepção Social — SIPS, um sistema de percepção dos serviços públicos, fazemos uma comparação, levando em conta o sentimento de segurança da população, a confiança na polícia, os investimentos feitos, a remuneração dos policiais, o número de policiais por habitante. As coisas não têm relação direta, justamente devido à complexidade do fenômeno da violência. Não é um problema só de polícia, não se resolve só com investimento em polícias.

O Deputado não está mais presente. Mas foi citado este caso: o criminoso está batendo na porta; a pessoa liga uma vez, duas, três, e, como não tem uma arma, não pode se defender. Nos casos de assalto à mão armada, o elemento principal do criminoso é a surpresa. Em menos de 1% dos casos — digo isto com certeza — o criminoso vai bater na porta para dizer que vai assaltar, vai estuprar, vai matar toda a família. Não, há o elemento surpresa. Não vai dar tempo nem de ligar para a polícia. Nesse caso, então, não adianta haver policial disponível, porque a pessoa não vai ter tempo para ligar para a polícia, procurar a arma, se tiver uma em casa.

Quero reforçar esse aspecto, baseado em estatísticas, em pesquisas de vitimização, nas circunstâncias em que os crimes ocorrem.

Não discuto a questão do direito. Pode ser um direito ter arma. Aliás, é um direito garantido, reforçado pela consulta que se fez à população. Mas dizer que ter



uma arma promove a segurança do cidadão... Isso não. Pode-se achar que sim, mas os dados contrariam isso fortemente. Não há muita controvérsia em relação a isso.

O problema da arma legal. Isso é muito importante. Houve exposição muito clara a respeito da fiscalização sobre a produção de armas. Agora, o problema maior da arma legal não é a produção e a distribuição inicial desse armamento no mercado. O problema vem depois que a arma é vendida. Quanto à produção, o.k.

Fui professor por uns 5 anos, até 2006, em cursos de gestão estratégica e especialização em segurança pública da Academia, por convênio da Academia de Polícia Militar de Minas Gerais com a Fundação João Pinheiro, uma instituição muito respeitada. Fiz parte da banca no caso de dois estudos realizados por altos oficiais da Polícia Militar. Não estou falando em tom de denúncia. É estudo. Eles veem com um problema. O grande número de armas desviadas são compradas legalmente e desviadas por policiais militares que usam do direito de ter uma segunda arma. A arma que utilizam em serviço é deixada no quartel, na corporação. Eles têm direito a ter uma segunda arma para defesa. Essa é a situação legal, pelos estudos que avaliei. É uma fonte de renda de muitos policiais. Isso era de conhecimento da corporação, que discutia como resolver a questão. Como tinha facilidade para comprar arma, ele a comprava como se fosse para defesa e a vendia. Estavam sendo analisados casos de policiais que fizeram isso várias vezes, que compraram várias armas em um ano. Onde elas estavam? Tiveram o mesmo destino da arma que meu pai comprou quando eu era criança: foi vendida para alguém sem que se soubesse qual seria o uso.

Não há nenhum controle depois que a arma é distribuída pela indústria ao comércio. Todos os dados de controle são mostrados, muito bem, mas há o problema. A questão do *chip* é uma ideia interessante. Não sei bem como funciona essa tecnologia, mas o *chip* parece ser a única medida de fiscalização que teria resultado mais efetivo depois que a arma já está disponível no mercado. O problema é o controle da arma legal que vai para o comércio ilegal.

Outra observação sobre a arma legal. O número de crimes passionais no Brasil também é alto. Em nenhum momento foi discutido isso aqui. Eu achei interessante esta expressão utilizada: "*armas do bem e armas do mal*". Não dá para



fazer essa distinção, pois cidadãos de bem — não têm antecedente criminal, têm uma profissão, não estão incluídos nas estatísticas que pessoas geralmente usam para relacionar criminalidade com pobreza, com trauma na infância —, cidadãos os mais comuns também podem utilizar arma de forma completamente equivocada.

Não estou dizendo que esses casos são os mais expressivos, mas isso acontece em brigas de vizinhos, em conflitos desse tipo, em brigas de trânsito. Em brigas de trânsito, isso é mais comum. A pessoa discute num bar e, se tem oportunidade, vai a sua casa, volta com a arma que tinha comprado legalmente e efetua o homicídio, com essa arma legal. Isso acontece também. É uma questão para reflexão.

O fato de a pessoa comprar a arma legalmente, como já falei, não quer dizer que vai aumentar sua segurança, sua capacidade de se defender de criminosos. E mais: mesmo que a arma seja legal, mesmo que a pessoa não tenha porte e que a arma seja só para ficar em casa, a pessoa pode vir a utilizá-la para cometer um assassinato. Isso acontece de forma até significativa.

Minha última observação refere-se ao que foi falado várias vezes. É claro que os profissionais de segurança pública, que os policiais são fundamentais. É essencial haver condições de trabalho. É fundamental o serviço de inteligência da Polícia. Porém, o investimento em polícia tem limite. Imaginem se não existisse policial na sociedade. Seria o caos, o Estado hobbesiano, de natureza. Agora, chega a um ponto que não adianta, satura. Não adianta haver mais policiais, porque os crimes vão acontecer. Mesmo que houvesse um policial em cada esquina, crimes aconteceriam. Mesmo que nós tivéssemos uma sociedade policial — uma espécie de *Big Brother* —, crimes aconteceriam. Então, tem de haver essa relativização.

Eu fui chamado para discutir hoje principalmente a questão da disponibilidade de armas, e disseram que a questão da responsabilidade do Estado é policiamento. É responsabilidade do Estado, mas não é só policiamento, não. Nós poderíamos ter falado das políticas preventivas que há em São Paulo, em Minas Gerais e que surtiram efeito. Então, há outras questões para discutirmos em outro momento. O ponto é este: há relação, sim, clara, estatística, entre disponibilidade de armas e homicídios. Os Estados Unidos devem ser comparados a outros países desenvolvidos. A taxa de homicídios no Brasil, após o Estatuto do Desarmamento,



teve diminuição, ou alcançou uma estabilidade, uma inflexão na tendência de crescimento. Essa relação existe.

Era isso o que eu queria deixar mais reforçado no final.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Agradeço ao Sr. Almir de Oliveira Júnior, pesquisador do IPEA, sua participação, assim como agradeço ao IPEA.

Passo a palavra à Dra. Melina Risso, para que possa contribuir com explicações sobre a sua área.

A SRA. MELINA RISSO - Obrigada.

Vou tentar ser breve, porque, pelo adiantado da hora, acho que todos estão com fome.

Antes de começar minha explanação, gostaria de trazer dois pontos, que são duas correções sobre o que estava circulando.

Primeiro, o Deputado Hugo Leal disse que, no referendo, nós votamos pela negação do Estatuto do Desarmamento. Na verdade, não foi isso o que aconteceu. O Estatuto do Desarmamento é uma lei aprovada. A única coisa que nós votamos foi em relação à proibição da venda de armas de fogo. Isso não coloca em xeque, não acaba com o processo do Estatuto como um todo. Então, a medida de controle é válida, é eficaz.

A segunda correção. O Deputado Onyx Lorenzoni disse que, no art. 3º da Declaração dos Direitos Humanos, se fala em defesa pessoal. Já vi isso em outros momentos. Só quero dizer que o artigo fala em segurança humana e não em defesa pessoal, que são conceitos bastante distintos. Faço essa observação apenas para não confundirmos essas questões apresentadas, que às vezes causam um pouco de confusão. São coisas bem distintas.

Eu acho que, de tudo o que aqui foi falado, é importante pensarmos no sistema mesmo de marcação. Nós estamos dizendo que muitas armas saem do mercado legal e entram raspadas no mercado ilegal. Então, acho que nos cabe pensar como criar mecanismos melhores, efetivamente eficazes, para rastrear essas armas. Se todo o mundo tem interesse em que haja controle e em que essas armas



não caiam nas mãos dos bandidos, como podemos desenvolver mecanismos para que possam ser efetivamente rastreadas?

Já existe, hoje, tecnologia, e outras tecnologias estão sendo desenvolvidas. Os institutos de criminalística, os institutos de balística têm muita experiência e muita informação sobre como podemos efetivamente colocar marcação nas armas, de modo que possamos fazer o rastreamento e não ficarmos neste processo: *“Ah, está ilegal. A gente não sabe de onde veio”*. Então, vamos investir nisso. Vamos entender de onde essas armas vêm, porque eu acho que esse é um ponto absolutamente relevante para avançarmos.

Muito se está falando aqui, quanto a homicídios, como se fossem cometidos única e exclusivamente por bandidos, como se esse fosse o único elemento no contexto da sociedade brasileira. O que nós observamos é que a alta disseminação de homicídios muitas vezes se dá por conflitos interpessoais, e muitas vezes são cometidos por pessoas que não têm antecedentes criminais. Então, uma arma de fogo dentro de um conflito aumenta muito a letalidade. Às vezes nos limitamos a uma dicotomia. Parece que é só bandido que tem arma. Na verdade, o que observamos nas periferias é a ampla disseminação de armas de fogo, o que está matando o nosso jovem que não tem envolvimento com drogas, que não tem antecedentes criminais. E, dentro desse conflito, no contexto da cultura da violência, acaba ocorrendo esse foco. Então, é importante que tenhamos esse elemento em vista, ou seja, não é algo que está no bandido, mas em quem está matando e morrendo.

Há um estudo do DHPP, o Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa de São Paulo, em que foi feita a investigação dos homicídios na cidade de São Paulo. Tem alta taxa de esclarecimento de homicídios. Há um investimento muito sério nisso, na Polícia de São Paulo. Segundo a pesquisa que eles divulgaram sobre o esclarecimento dos homicídios de 2010, o perfil de quem mais mata e de quem mais morre é muito parecido: são homens jovens, de 18 a 30 anos, que têm baixa escolaridade. Estou falando aqui de processos esclarecidos, ou seja, daqueles em que se conhece o autor. As pessoas não usavam drogas. Então, existe aqui um fator absolutamente preponderante para olharmos. Outro elemento: quanto aos que



mataram, 49% não tinham antecedentes criminais, quanto aos que morreram, 70% não tinham antecedentes criminais.

Então, esses dados chamam a atenção para o fato de que o problema dos homicídios no Brasil vai muito além dos bandidos, do crime organizado. Há uma cultura de violência absolutamente disseminada entre os jovens nas periferias dos grandes centros urbanos, e, dentro desse contexto, está a arma de fogo. A ampla circulação, sem controle, forma uma tragédia como a que vemos: todos os anos, mais de 34 mil pessoas morrem, vítimas de arma de fogo.

Nós estamos falando bastante de fronteira. Eu acho que temos, de fato, de investir na fiscalização das fronteiras. Mas é um mito acharmos que haverá um homem da Polícia Federal ou do Exército em cada lugar. Nós temos de investir efetivamente em informação e tecnologia para conseguir fiscalizar as fronteiras.

O Brasil tem 26 mil quilômetros de fronteiras, sendo 19 mil terrestres e 7 mil marítimas. A fronteira mais fiscalizada do mundo, a fronteira entre o México e os Estados Unidos, tem 3.140 quilômetros. Portanto, não se pode pensar que vamos reproduzir aqui o que existe lá, com aquela quantidade de câmeras, de policiais. Mesmo com esse intenso processo de fiscalização, não se consegue evitar completamente que o tráfico de pessoas, de armas, de drogas, etc. ocorra entre os dois países.

Acho que temos de pensar o processo de fronteira, mas dentro de outra lógica. Não será com homens na fronteira que vamos conseguir fazer isso. Precisamos de acordos bilaterais, de acordos regionais, bastante tecnologia, precisamos ver como a Polícia Rodoviária Federal pode atuar nesse caso. Nós temos de pensar a questão das fronteiras sob uma perspectiva mais ampla.

Falamos muito aqui sobre a questão da segurança pública. Em nenhum momento se pretende que o controle de armas vá resolver o problema da segurança pública. Acho que ninguém veio propor isso aqui. Não é essa a questão que está em debate. O problema da segurança pública é bastante complexo e é composto por um conjunto de atores. Há todas as questões federativas envolvidas, há o papel do Município, de como ele entra no sistema preventivo. Nós temos de investir muito em prevenção, que não está recebendo investimento no País. Não temos políticas



claras de prevenção da violência em todos os locais e precisamos melhorar o sistema de repressão.

Então, certamente o investimento em segurança pública como um todo dentro desse sistema é absolutamente fundamental. Agora, é inegável que o controle de armas tem um papel dentro desse complexo sistema da segurança pública. Os dados e as estatísticas todas vão mostrando o que significa o descontrole de armas de fogo no País e como isso tem afetado o número de jovens que morrem todos os anos. Não se trata de achar que o controle de armas será a solução dos problemas da segurança pública, mas ele é um componente absolutamente fundamental no contexto brasileiro, pelos dados que observamos, pelas estatísticas.

De novo, acho que nós falamos muito da questão de São Paulo. De fato, há um investimento bastante integrado, e muita gente fala sobre todo o composto do que está acontecendo em São Paulo. Há investimentos do Município em trabalhos de prevenção. Há investimento muito grande na polícia, na formação e treinamento dos policiais, na seleção, na tecnologia, no armamento. Realmente é um composto muito grande.

Há também o controle de armas. Falando disso, alguns estudos, tanto o mais recente, do pesquisador Daniel Cerqueira, do IPEA, como o feito pelo pesquisador Samuel Pessoa, da Fundação Getulio Vargas, conseguem estabelecer qual é a participação do controle de armas na redução dos homicídios em São Paulo. É responsável por 100%? Não, mas o controle tem uma responsabilidade significativa. O estudo de Samuel Pessoa mostra que 30% da redução dos homicídios dizem respeito à política de controle de armas no Estado de São Paulo, que não começou com o Estatuto do Desarmamento. Ela começou bem antes desse processo. A Polícia tem investido muito no processo de apreensão das armas ilegais, de retirada de circulação das armas que estão no mercado ilegal, e não só na entrega voluntária de armas.

Na cidade de São Paulo há um grupo, como se fosse um GGI, um grupo de gestão integrada, para tratar da questão de armas. Ali se sentam todos os atores responsáveis por esse controle. Eles se reúnem mensalmente e estão seguindo com um processo de controle na cidade de São Paulo. Em dezembro de 2010 foi lançado um plano de controle de armas para a cidade, considerando toda essa perspectiva



do circuito da arma nesse processo. Então, há muita coisa sendo feita nesse sentido na cidade.

Estamos falando disso aqui, e eu acho que é importante que os senhores, de fato, procurem informações. Há uma série de pesquisas, dados. Mas vamos olhar muito para a qualidade das informações e das pesquisas. Observem a metodologia que foi feita para a pesquisa, até para se conseguir entender o que está se dando. Cada um vai apresentar aqui um número, mas vale a pena procurar essas informações, olhar a metodologia que está sendo utilizada, para se chegar, então, à conclusão do que, de fato, está dando certo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Gostaria de agradecer à Dra. Melina Risso, jovem, altamente preparada.

Parabéns pela explanação. Nós lhe agradecemos, em nome desta Comissão.

Passo a palavra ao último debatedor, o Dr. Salésio Nuhs, representante da CBC e da ANIAM, para que faça as suas observações perante os Deputados.

O SR. SALÉSIO NUHS - Obrigado, Sr. Presidente.

Mais uma vez, antes de responder os questionamentos dos Deputados, terei que me defender das acusações feitas pelo cidadão Rangel. Se os senhores perceberam, em sua primeira intervenção ele declarou que esteve na CBC e que um funcionário da CBC teria dito a ele que não marcava as munições. Eu comprovei aqui, para os senhores, que a CBC, desde 2004, marca suas munições. Por último, ele declarou que um senhor, velho, funcionário da CBC, o procurou e disse que a CBC já marcava a munição desde mil novecentos e bolinha.

Eu quero dizer aos senhores que a CBC identifica a munição desde antes de ser CBC. Em 1926, quando foi criada, chamava-se Fábrica Nacional de Cartuchos e Munições. Foi fundada pela família Matarazzo. Já nessa ocasião, ela colocava, no culote do cartucho, "FNCM", Fábrica Nacional de Cartuchos e Munições. Isso é marcar, não significa rastrear. Então, o sistema de rastreamento de munições foi desenvolvido pela CBC, foi custeado pela CBC e feito pelo Exército Brasileiro.

Eu quero também comentar aqui duas observações do Rangel. Em toda a sua explanação, ele disse que a violência está relacionada diretamente à venda de arma e munição legal. Por último, ele fez uma revelação surpreendente, disse que o Viva



Rio rastreou 3 mil armas, que eram fuzis vendidos na Flórida. Então, nós temos dois discursos, duas situações. É uma pena que ele tenha saído. Eu gostaria que ele estivesse presente neste momento, em que falo.

Por fim, ele deu uma aula aqui de como contrabandear armas, colocando dentro do chumbo, não sei o quê, aquele negócio pelo Correio, aquelas coisas todas.

Então, quero, de novo, reafirmar aos senhores que a CBC, a Taurus, a indústria nacional de armas e munições tem um compromisso com a rastreabilidade desde 1992.

Ele disse que Magtech ia para o Paraguai e voltava. A CBC, em 1990, mudou a marca da munição exatamente para que ela não volte. Em 1992 ela criou o blíster. Blíster é isto aqui. É inviolável. A munição civil é vendida aqui dentro. Não se consegue tirar uma munição daqui sem violar isto aqui. O que era exportado era a granel, e o que era vendido no Brasil era isto aqui. Isso facilita a identificação pelas autoridades de uma coisa e outra.

Então, senhoras e senhores, eu quero deixar bem claro que as informações que o Rangel deu aqui são desconstruídas e não são verídicas, com relação à minha empresa. Estou falando com relação à minha empresa.

Muito bem, vou rapidamente responder aos Deputados.

O Deputado Molon e também o Deputado Pastor Eurico falaram sobre marcação de munição, da munição civil. Nós tentamos marcar por código de barra, rastreado de dez em dez, porque o grande problema nosso, repito, é a recarga da munição. O estojo, que é a parte metálica, é o mais difícil de ser fabricado, porque ali é que está a tecnologia do tiro. Isso é que é difícil. Primeiro, a produção de projétil é permitida no Brasil. Quanto à espoleta, eu mostrei aos senhores duas fábricas que, neste ano, foram estouradas. Vendiam 500 mil por mês ao mercado. Então, marcar eu marco, eu me comprometo a marcar, desde que consigamos resolver essa questão da recarga. O.k.?

Outra coisa, o sistema do Exército...

A SRA. DEPUTADA PERPÉTUA ALMEIDA - Salésio, eu só queria entender essa questão da recarga.



O SR. SALÉSIO NUHS - A questão é a seguinte, Deputada Perpétua, um cartucho é composto de um estojo metálico, uma espoleta, uma carga de pólvora e um projétil. O estojo, esta parte metálica, é a parte mais difícil de ser falsificada. Por quê? Porque a tecnologia está no estojo, é ali dentro que se dá a iniciação do tiro, a queima da pólvora. Então, ele tem que ter uma tecnologia, tem que ter condições de absorver esse impacto da detonação do tiro. O projétil é expelido, fica o estojo com a marcação. O sujeito compra uma espoleta falsificada, como eu mostrei aos senhores, numa fábrica, e põe uma nova espoleta; coloca pólvora dentro (pode ser até pólvora preta, pólvora de rituais, o que seja, ou uma pólvora de qualidade, não interessa, coloca um propelente ali dentro); põe um projétil (feito em casas autorizadas ou até mesmo em casa, derretendo-se chumbo de bateria e o colocando numa forma), e se tem uma nova munição.

Então, rastrear munição de fábrica é fácil; difícil vai ser rastrear a munição recarregada. Mas eu me comprometo, em nome da indústria, a discutir esse assunto, Deputado Molon. Sou parceiro nessa discussão.

Esclarecimento sobre a questão do sistema do Exército. Foi custeado pela empresa e feito pelo Exército.

Sobre projetis marcados já falei também. O Deputado Pastor Eurico fez esse questionamento.

O Deputado Waldir falou de projetis marcados. De novo, a mesma resposta: se for o projétil marcado da fábrica, consegue-se; agora, se for o marcado do contrabando, feito em casa, não se consegue. Somos parceiros...

(Não identificado) - No projétil não é feita a marcação.

O SR. SALÉSIO NUHS - No projétil não é feita. Não é feita exatamente por conta disto: o projétil se coloca em casa, faz-se em casa. É marcado o estojo, que é difícil de ser falsificado.

O Deputado Domingos Dutra falou da questão de se ter ou não arma. Eu sou partidário do Prof. Bené: a questão de se ter ou não se ter arma não é objeto de discussão, isso já foi discutido em 2005, a população votou pelo direito de tê-la. Isso é uma realidade.

O Deputado também questionou se o Estatuto é bom, e o Deputado Marchezan fez o mesmo questionamento. Eu costumo dizer que o Estatuto do



Desarmamento é a lei do controle de armas e munições, porque o único artigo do Estatuto que foi revogado perante o referendo da população foi o da questão da proibição. Então, não é o Estatuto do Desarmamento, é o estatuto do controle de armas. Eu diria aos senhores o seguinte: ele é quase perfeito, é o melhor que eu conheço no mundo, precisa é ser aplicado. Eu acho que, quanto a isso, todos aqui concordaram, e a indústria tem a mesma opinião.

Respondo ao Deputado Alexandre Leite com relação ao preço de arma. Um trinta e oito vendido numa loja custa mais ou menos 1.500 reais.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Uma curiosidade: qual é a quantidade de trinta e oitos que são fabricados no Brasil por ano, mais ou menos, a quantidade vendida para o Brasil e a quantidade exportada?

O SR. SALÉSIO NUHS - Eu posso dizer a V.Exa. o número real, que, inclusive, é do SINARM. Em 2010 foram vendidas 22 mil armas, aproximadamente, para o cidadão comum, para as Polícias Civas e para empresas de segurança. Dessas, senhores, Deputada Perpétua, 1.100 foram adquiridas por chefes de família. As demais são adquiridas por policial que tem o seu segundo emprego, no qual não pode usar a arma da Polícia, por Guarda Civil Metropolitano e pelo próprio segurança privado, que não pode usar a arma da empresa para fazer o serviço dele quando está de folga. Então, pelas pesquisas realizadas pela ANIAM, no ano passado, apenas 1.100 armas foram vendidas para chefes de família — essa é uma informação importante —, das 22 mil que foram registradas no SINARM em 2010.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Salésio...

O SR. SALÉSIO NUHS - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Nesse caso, são armas de calibre 38?

O SR. SALÉSIO NUHS - Calibres 38 e 380, que são os calibres permitidos. Houve a soma dos dois tipos.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Calibres 38 e 380. Mais 38, ou mais 380? O senhor tem ideia disso?

O SR. SALÉSIO NUHS - Agora é uma opinião. Eu não gosto de dar opinião. Alias, o Sr. Almir, do IPEA, no final, deu uma série de opiniões, falou da arma do pai dele, aquela coisa. Eu acho que estatística é estatística, opinião é opinião. Eu não



gostaria de dar a minha opinião, mas, nesse caso, eu não tenho estatística, vou dar a minha opinião. Eu diria ao senhor o seguinte: revólver, 30%; pistola, 70%. É uma opinião, analisando, inclusive, a venda de munição desses calibres.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Isso, para o Brasil.

O SR. SALÉSIO NUHS - Para o Brasil.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Para exportação, é a mesma coisa?

O SR. SALÉSIO NUHS - O controle de armas, o uso permitido e o uso restrito, lá fora, são bastante distintos. Por exemplo, lá fora, 9mm, .40 e 357 são consideradas como de uso permitido. Então, as coisas se invertem. Quanto a 380, não se exporta quase nada. Por quê? Porque todo o mundo compra 9mm, pois é um calibre permitido fora do Brasil. Então, as estatísticas não podem ser comparadas, em relação a mercado interno e a exportação, Deputado Molon.

Respondo ao Deputado Alexandre Leite, que também não está presente. Um revólver vendido numa loja, fora as despesas de registro, custa 1.500 reais aproximadamente. Segundo ele mesmo levantou, são mais mil reais de despesas, com despachante, essas coisas todas. O mesmo revólver é comprado no Paraguai por 700 reais, praticamente a metade do preço — hoje a *Folha* está dizendo isso. E não se paga registro, não se paga...

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Em Goiânia se pagam 200 reais. Se quiser, eu trago meia dúzia.

O SR. SALÉSIO NUHS - Uma pistola 380, Deputado Molon, custa, numa loja, entre 2.500 e 3.500 reais.

O Deputado Hugo Leal, que também não está presente, falou em aperfeiçoar o sistema entre o Exército e a Polícia.

Eu quero dizer aos senhores — empenho a minha palavra aqui, a palavra da indústria — que a indústria está completamente comprometida com isso. Os senhores viram que a indústria, antes mesmo da Lei do Desarmamento, já procurava identificar essas coisas. Somos parceiros.

Deputado Molon, completamente na contramão do que o Rangel disse aqui, uma das duas armas que foram usadas naquele crime bárbaro em Realengo foi vendida há mais de 40 anos. Só foi possível identificá-la porque a indústria tinha o



registro. É importante declarar isso aqui. Esse senhor diz coisas aqui que não são verdadeiras. Eu sou obrigado a usar este meu espaço para dizer isso. Essa arma foi vendida há 40 anos e foi identificada porque a Taurus disse quem comprou. A loja identificou o comprador, e chegou-se ao cidadão.

Sr. Presidente, até porque fiquei por último, quero ser bastante rápido. Parabenizo os membros desta Comissão; os Deputados que aqui estiveram, o Deputado Guilherme Campos e outros Deputados que não conheço; o Deputado Waldir, que é da Comissão; o Deputado Molon, que convocou esta audiência pública; a Deputada Perpétua, que luta, sobretudo, em favor das pessoas que caçam para sobreviver. S.Exa. conseguiu um capítulo no Estatuto do Desarmamento para esse povo. Parabéns, Deputada.

Eu queria fazer um desafio para o Rangel. Como ele não está aqui, vou fazer esse desafio, Sr. Presidente, para a Comissão. O Governo está fazendo uma campanha de desarmamento, que será lançada no dia 6. Eu estive ontem reunido com a equipe técnica do Ministério da Justiça e faço um desafio ao *Viva Rio*: a indústria apoia 100% da campanha de retirada de arma ilegal do mercado — aliás, nós já fizemos isso em outras campanhas —, desde que nessa campanha seja dada a possibilidade ao cidadão de bem, que tem uma arma em casa, que a recebeu de herança do avô, e não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Anistia?

O SR. SALÉSIO NUHS - Eu nem falo em anistia, Sr. Presidente, porque anistia acaba isentando do crime aquelas pessoas que estão hoje sendo julgadas por posse ilegal de arma. Eu diria o seguinte: a qualquer momento, o cidadão poderia entregar a sua arma e receber o dinheiro que o Governo está pagando ou registrá-la sem custo — sem custo.

O que nós temos de fazer é identificar as armas. Vamos banir as armas ilegais, vamos recolher todas, principalmente as dos bandidos. Nós vamos legalizar todas as armas que estão na mão do cidadão de bem que não quer devolvê-las. Em todas as campanhas de devolução do Governo foram recolhidas 500 mil armas. Segundo números aqui, foram 14 milhões, 12 milhões, 11 milhões, 10 milhões. Está muito longe do número total. Então, vamos saber onde estão essas armas. Nós somos parceiros. A indústria entrou na campanha, a exemplo do que fez em 2009,



investiu e colocou toda a sua rede, as mil lojas, para legalizar as armas em mãos de cidadãos de bem.

Eu disponibilizo a nossa rede inteira, mil pontos de vendas, para receber as armas devolvidas. Todas as nossas lojas possuem cofres, alarmes e segurança física. Essas armas não vão ser desviadas, a exemplo do que aconteceu, inclusive, em delegacias. Eu não vou me estender, mas eu tenho informação de que armas foram desviadas de delegacias em São Paulo e foram para o crime em Santos; 14 armas foram desviadas de delegacias no Rio Grande do Sul e foram presas no crime.

Então, eu disponibilizo a minha rede de mil lojas. E digo mais: a indústria pode custear um sistema para que o cidadão, quando quiser devolver sua arma à polícia ou a uma loja, cadastre essa arma e a Polícia Federal possa ter, *on-line*, a informação de quantas armas estão sendo entregues no Brasil, desde que a situação seja democrática. Ou seja, o cidadão tem duas opções: ou ele legaliza a sua arma, ou devolve a sua arma.

Essa é a proposta da indústria. Essa é a proposta que faço aqui.

Sr. Presidente, gostaria que a Comissão levasse essa proposta ao Ministro da Justiça, para que fizéssemos essa campanha juntos a partir do dia 6 de maio.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Sras. e Srs. Deputados. Muito obrigado, senhoras e senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Eu agradeço ao Dr. Salésio.

(Não identificado) - Sr. Presidente, vamos ter as considerações finais, nem que seja um pouco só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Eu vou repassar a palavra à Dra. Melina, porque ela quer fazer um rápido agradecimento.

A SRA. MELINA RISSO - Desejo somente fazer um agradecimento, em nome do Sou da Paz e da Rede Desarma Brasil, ao Deputado Alessandro Molon, por ter convocado esta audiência pública.

Eu acho que este debate, de fato, é necessário. Fazer esta discussão nesta Casa, democraticamente, com a apresentação de diversas opiniões, é absolutamente fundamental.



Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Para encerrar, concedo a palavra ao Deputado Molon, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. e a todos os que acompanharam a audiência até agora.

Se nesta Casa, a Casa do dissenso, podemos partir de um consenso, que é a luta pela aplicação do Estatuto do Desarmamento, já é um primeiro passo muito importante, em que pesem todas as divergências, em que pese ter entrado no debate a possibilidade de referendo ou não. Embora ninguém aqui tenha defendido novo referendo ou plebiscito neste momento, é importante dizer que nada impede que o País, em algum momento, no futuro, decida enfrentar essa questão novamente. Eu não o considero conveniente no momento. Mas o fato de ter havido uma decisão não impede o País de refletir sobre isso, porque a sociedade muda, as pessoas mudam, a Nação muda. Ninguém, contudo, está defendendo isso aqui. Nós queremos defender o cumprimento do Estatuto do Desarmamento.

Então, eu acho que houve um início de debate muito positivo.

Na semana que vem será instalada a nossa Subcomissão de Controle de Armas e Munições, conforme V.Exa. me informou ontem. Eu acho que ela tem uma primeira missão: participar do lançamento da campanha do desarmamento; visitar a CBC, visitar a indústria de armas, visitar as entidades que trabalham com isso e estipular uma sequência de passos, para garantir que o Estatuto seja cada vez mais aplicado. É muito bom começar por esse ponto.

Muitas divergências vão surgir, mas fazem parte da democracia. Que bom, já iniciamos de maneira positiva a luta pelo cumprimento do Estatuto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Fernando Francischini) - Obrigado.

Eu quero fazer um comunicado. Nós recebemos das mãos de um integrante da força de segurança pública do Rio de Janeiro, há poucos instantes, Deputado Molon, uma denúncia grave. É um relatório de inteligência, que vou encaminhar, para confirmação, ao Presidente da nossa Comissão, um relatório detalhado, com números de série e registros das 289 armas de fogo apreendidas na invasão militar da Vila Cruzeiro, do Complexo do Alemão. Conforme esse relatório, 77% dessas



armas eram de fabricação estrangeira, 60% eram de uso restrito e 56% eram fuzis e metralhadoras.

Pode ser usado para que seja feito um novo estudo, por todos os institutos que aqui estavam. E aqui eu vejo números de armas, localização detalhada. É um relatório de inteligência detalhado. Vou encaminhá-lo à Comissão Especial de Armas e ao Presidente desta Comissão. É um dado muito importante.

Eu uso o sigilo da fonte e a minha imunidade parlamentar para proteger esse integrante da força de segurança, que assistiu a boa parte do debate e confiou nesta Comissão. É um dado de inteligência importante, para que possamos debater também o tráfico de armas em nosso País.

Eu finalizo homenageando duas pessoas do seu Estado, Deputado Molon, o Rio de Janeiro. Refiro-me ao 2º Sargento Márcio Alexandre Alves e ao Sargento Edinei Feliciano da Silva. Um utilizou arma; o outro não usou nenhum tipo de arma. Um, com sua perícia e sua presença, impediu que aquele homem com transtorno psicológico cometesse mais crimes dentro do colégio, impediu que mais crianças e adolescentes morressem. Realmente, com seu espírito, socorreu muitas crianças e adolescentes, que sobreviveram graças a sua rápida intervenção.

Isso mostra que nós podemos, com arma ou sem arma, conviver num País melhor, podemos chegar a soluções que atendam toda a nossa comunidade.

Em nome desta Comissão, eu quero agradecer aos convidados a presença, que nos honraram com suas exposições, esclarecimentos; a todos da imprensa; às cidadãs e aos cidadãos que estão nesta audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes, porém, convoco reunião de instalação das Subcomissões desta Comissão e eleição dos seus Presidentes para o dia 3 de maio, terça-feira, a partir das 14 horas, a realizar-se neste plenário, de nº 6.

Está encerrada a reunião.